

Conselho Internacional de Arquivos

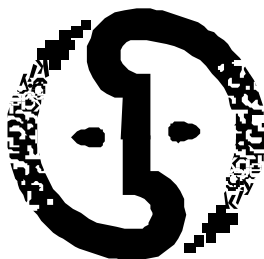


ISAAR (CPF)

Norma internacional de registro

de autoridade arquivística para
entidades coletivas, pessoas e famílias

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS



ISAAR (CPF)

Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas,
Pessoas e Famílias

Segunda Edição

Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição
Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003

ISAAR (CPF)

**Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para
Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias**

Copyright © by Conselho Internacional de Arquivos
Copyright © 2004 by Arquivo Nacional
Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Telefone: (21) 3806-6115
Fax: (21) 3806-6114
E-mail: normdesc@arquivonacional.gov.br

Presidente da República

Luís Inácio Lula da Silva

Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

José Dirceu de Oliveira e Silva

Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República

Swedenberger Barbosa

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental

Alexandre Manuel Esteves Rodrigues

Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo

Dalton José Alves

Tradução

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Edição de texto

Alba Gisele Gouget

Editoração eletrônica e capa

Tânia Maria Cuba Bittencourt

O original deste documento é a versão em inglês. A presente tradução é apenas um documento de referência.
Não é um documento oficial.

Conselho Internacional de Arquivos

ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

99 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; nº 50)

Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003.

ISBN: 85-7009-071-4

I. Arquivos – Arranjo e Descrição – Normas 2. ISAAR(CPF) I. Arquivo Nacional (Brasil). II. Fonseca, Vitor Manoel Marques da, trad. III. Título. IV. Série.

CDD 025.34

Dedicada a

Hugo Leendert Philip Stibbe

secretário e diretor do projeto
da Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição do CIA (1990-1996)
e do Comitê de Normas de Descrição do CIA (1996-2000)

e

Kent Haworth

membro (1996-2000),
secretário e diretor do projeto do
Comitê de Normas de Descrição do CIA (2000-2002)

Preparada pelo

Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, adotada na reunião em Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003.

Distribuição

A norma do CIA ISAAR (CPF), segunda edição, é distribuída gratuitamente a todos os membros do CIA (International Council on Archives – ICA). Está disponível na página oficial do Conselho: www.ica.org.

Copyright

© International Council on Archives
60, rue des Francs-Bourgeois, 75003, Paris, França.

Reprodução e tradução

É permitida a reprodução por tradução ou reimpressão do todo ou de partes para objetivos não comerciais, desde que feito o devido crédito.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
1 ÂMBITO E OBJETIVO	11
2 NORMAS E DIRETRIZES RELACIONADAS	13
3 GLOSSÁRIO DE TERMOS E DEFINIÇÕES	14
4 ESTRUTURA E USO DA NORMA	15
5 ELEMENTOS DE UM REGISTRO DE AUTORIDADE	17
5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	17
5.1.1 Tipo de entidade	17
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	17
5.1.3 Formas paralelas do nome	18
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	18
5.1.5 Outras formas do nome	18
5.1.6 Identificadores para entidades coletivas	19
5.2 ÁREA DE DESCRIÇÃO	20
5.2.1 Datas de existência	20
5.2.2 História	20
5.2.3 Locais	21
5.2.4 Status legal	21
5.2.5 Funções, ocupações e atividades	22
5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade	23
5.2.7 Estruturas internas/Genealogia	24
5.2.8 Contexto geral	25
5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS	26
5.3.1 Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	26
5.3.2 Categoria do relacionamento	26
5.3.3 Descrição do relacionamento	27
5.3.4 Datas do relacionamento	27
5.4 ÁREA DE CONTROLE	29
5.4.1 Identificador do registro de autoridade	29
5.4.2 Identificadores da instituição	29
5.4.3 Regras e/ou convenções	30
5.4.4 Status	30
5.4.5 Nível de detalhamento	31
5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência	31
5.4.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita	31
5.4.8 Fontes	32
5.4.9 Notas de manutenção	32

6	RELACIONANDO ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E OUTROS RECURSOS	33
6.1	Identificadores e títulos dos recursos relacionados	33
6.2	Tipos dos recursos relacionados	33
6.3	Natureza dos relacionamentos	33
6.4	Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	33
APÊNDICE A		
	Mapeamento dos elementos de descrição entre a primeira e a segunda edições da ISAAR (CPF)	37
APÊNDICE B		
	Exemplos completos	38
1	Descrição de entidade coletiva. Idioma: inglês (Estados Unidos)	38
2	Descrição de entidade coletiva. Idioma: espanhol (Espanha)	40
3	Descrição de entidade coletiva. Idioma: espanhol (México)	46
4	Descrição de entidade coletiva. Idioma: português (Brasil)	50
5	Descrição de pessoa. Idioma: inglês (Austrália)	55
6	Descrição de pessoa. Idioma: italiano (Itália)	63
7	Descrição de pessoa. Idioma: sueco (Suécia)	69
8	Descrição de pessoa. Idioma: alemão (Alemanha)	71
9	Descrição de pessoa. Idioma: inglês (Estados Unidos)	73
10	Descrição de família. Idioma: inglês (Reino Unido)	75
11	Descrição de família. Idioma: francês (França)	80
APÊNDICE C		
	Exemplos completos da versão brasileira	83
1	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional	83
2	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Arquivo Central do IPHAN	85
3	Feio, José Lacerda de Araújo (1912-1973). Museu Nacional	92

PREFÁCIO

- P1. A primeira edição desta norma foi desenvolvida pela Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) entre 1993-1995. A norma foi publicada pelo CIA em 1996. A Comissão tornou-se um comitê permanente do CIA no Congresso Internacional de Arquivos de Pequim, China, em 1996. O atual Comitê de Normas de Descrição (CIA/CND) empreendeu a revisão da ISAAR (CPF) como sua primeira tarefa no programa de trabalho para o quadriênio 2000-2004.
- P2. Esta segunda edição da ISAAR (CPF) é o resultado de um processo de revisão de cinco anos que foi acordado pelo Comitê de Normas de Descrição do CIA. A comunidade arquivística internacional foi convidada a fazer comentários para a revisão ao final de 2000 por meio de cartas enviadas a todas as instituições e associações membros e unidades organizacionais pertinentes do CIA, além de outras organizações internacionais análogas. O mesmo convite foi também enviado por correio eletrônico para a lista do CIA e outras listas eletrônicas de discussão consideradas pertinentes. Anunciou-se como data final para os comentários 31 de julho de 2001, com o objetivo de iniciar a revisão na reunião plenária do Comitê em Bruxelas, de 3 a 6 de outubro de 2001.
- P3. Em agosto de 2001, o Secretariado do CIA/CND havia recebido 18 propostas de comitês nacionais, organizações e indivíduos. Os comentários foram compilados em um compêndio, o qual foi distribuído a todos os membros do Comitê antes da reunião plenária em Bruxelas.
- P4. A reunião plenária do CIA/CND em Bruxelas considerou os comentários a ela submetidos e tomou uma série de decisões quanto a revisões que deveriam ser feitas na norma. Em seguida, um primeiro esboço da ISAAR (CPF) revisada foi produzido, o qual refletia as decisões tomadas em Bruxelas. Este esboço circulou entre os membros do Comitê e foi, posteriormente, aperfeiçoado nas reuniões plenárias do Comitê em Madri e Rio de Janeiro, respectivamente em junho e novembro de 2002. A versão preliminar foi publicada no *website* do CIA/CND em janeiro de 2003. Na ocasião foram solicitados à comunidade arquivística internacional comentários à proposta revisada da norma, sendo 15 de julho de 2003 a data final para sugestões. Esses comentários foram considerados na reunião plenária do Comitê em Canberra, Austrália, em outubro de 2003, quando uma versão final da norma revisada foi aprovada e assim apresentada impressa ao Congresso do CIA em Viena, em 2004.
- P5. Esta segunda edição da ISAAR (CPF) é uma versão ampliada e reestruturada da primeira edição da norma (1996). A edição de 1996 continha três áreas: a Área de Controle de Autoridade, a Área de Informação e a Área de Notas. Esta edição contém quatro áreas: a Área de Identificação (semelhante à anterior Área de Controle de Autoridade); a Área de Descrição (semelhante à anterior Área de Informação); a Área de Relacionamentos e a Área de Controle (semelhante à anterior Área de Notas). As duas últimas áreas são adições essencialmente novas à norma, embora houvesse uma certa indicação para se registrar relacionamentos no elemento 2.3.8 da edição de 1996. Os elementos e regras das novas quatro áreas foram estruturados e esboçados com o objetivo de favorecer a compreensão de conceitos e melhores práticas no processo de documentar o contexto dos arquivos. Além disso, esta edição contém uma seção que descreve como registros de autoridade arquivística podem ser associados a materiais arquivísticos e outros recursos, inclusive descrições arquivísticas conformes à ISAD(G). Os comentários recebidos da comunidade profissional no processo de revisão indicaram a necessidade de maior clareza e orientação em relação à edição de 1996. O Comitê espera que esta nova edição corresponda à maioria das preocupações práticas e conceituais dos profissionais que se esforçaram para construir sistemas de controle de autoridade arquivística conformes à ISAAR (CPF). Um mapeamento dos elementos de descrição entre a primeira e a segunda edições da norma é apresentado no Apêndice A.

A seguir estão listados os membros do Comitê de Normas de Descrição do CIA que realizaram a revisão e atuaram no Comitê durante o período 2000-2004.

Nils Brübach (Alemanha)
Herman Coppens (Bélgica)
Adrian Cunningham (Austrália) *diretor do projeto e secretário, 2002-2004*
Blanca Desantes Fernández (Espanha)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (Brasil)
Michael Fox (EUA)
Bruno Galland (França)
Kent Haworth (Canadá) *diretor do projeto e secretário, 2000-2002*
Juan Manuel Herrera (México), 2002-2003
Gavan McCarthy (Austrália), 2002-
Per-Gunnar Ottosson (Suécia)
Lydia Reid (EUA)
Dick Sargent (Reino Unido)
Claire Sibille (França), 2003-
Hugo Stibbe (Canadá) *diretor do projeto e secretário interino, junho 2002*
Yolia Tortolero (México), 2003-
Stefano Vitali (Itália) *presidente*

O Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CIA/CND) agradece o patrocínio de suas reuniões plenárias pelas seguintes instituições:

Archives Générales du Royaume e Archives de l'État dans les Provinces (Bruxelas, Bélgica)

Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Subdirección General de los Archivos Estatales (Espanha)

Arquivo Nacional (Brasil)

National Archives of Australia

Unesco

Sem suas substanciais contribuições, tanto financeiras quanto operacionais, para organização das reuniões, a revisão desta norma não teria sido possível.

1 ÂMBITO E OBJETIVO

- 1.1 Esta norma dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos.
- 1.2 Registros de autoridade arquivística podem ser usados para:
 - a. descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico; e/ou
 - b. controlar a criação e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas;
 - c. documentar relações entre diferentes produtores de documentos e entre essas entidades e os documentos que produziram e/ou outros recursos sobre ou produzidos por essas mesmas entidades.
- 1.3 A descrição de produtores de documentos é uma atividade essencial dos arquivistas, independente do fato de as descrições serem mantidas em sistemas manuais ou automáticos. Isto requer plena documentação e contínua manutenção do contexto de produção e uso dos documentos, principalmente a proveniência dos arquivos e documentos.
- 1.4 A norma congênera a este documento, *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*, possibilita a inclusão de informação contextual na descrição de arquivos em qualquer nível. A ISAD(G) também reconhece a possibilidade de capturar e manter de maneira independente a informação contextual e de ligar essa informação contextual à combinação de outros elementos de informação usados para descrever arquivos e documentos.
- 1.5 Existem muitas razões para apreender e manter separadamente este tipo de informação contextual, que é um componente fundamental da descrição arquivística. A prática possibilita a associação de descrições de produtores de documentos e informação contextual a descrições de documentos de mesmo(s) produtor(es), que podem ser mantidos por mais de uma instituição, e a descrições de outros recursos, como materiais de biblioteca e de museus que se relacionam à entidade em questão. Tais associações melhoram as práticas de gestão de documentos e facilitam a pesquisa.
- 1.6 Quando algumas instituições mantêm documentos de uma dada origem, podem mais facilmente compartilhar ou associar informação contextual sobre essa origem se a informação for mantida de uma maneira normalizada. Tal normalização é particularmente vantajosa em nível internacional quando o compartilhamento ou a associação da informação contextual ultrapassa as fronteiras nacionais. O caráter multinacional do arquivamento no passado e no presente cria o incentivo para a normalização internacional que apoiará o intercâmbio de informação contextual. Por exemplo, processos como colonização, imigração e comércio contribuíram para o caráter multinacional do arquivamento.
- 1.7 Esta norma pretende apoiar o compartilhamento de registros de autoridade arquivística ao promover a preparação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas de entidades coletivas, pessoas e famílias que produzem documentos. Espera-se que seja usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para o desenvolvimento destas.
- 1.8 Os registros de autoridade arquivística são semelhantes aos registros de autoridade bibliográfica na medida em que ambas as formas de registro de autoridade precisam apoiar a criação de pontos de acesso normalizados em descrições. O nome do produtor da unidade de descrição é um dos mais importantes desses pontos de acesso. Pontos de acesso podem basear-se no uso de qualificadores que são julgados essenciais para clarificar a identidade da entidade assim nomeada, de maneira que distinções acuradas possam ser feitas entre entidades diferentes que tenham o mesmo nome ou nomes muito semelhantes.
- 1.9 Entretanto, os registros de autoridade arquivística precisam atender a um conjunto maior de exigências do que os registros de autoridade bibliográfica. Estes requisitos adicionais estão associados à importância da informação documental acerca dos produtores de documentos e do contexto da produção dos documentos nos sistemas de descrição arquivística. Assim, registros de autoridade arquivística vão muito além e normalmente conterão muito mais informação que os registros de autoridade bibliográfica.

- 1.10 Portanto, o objetivo primordial desta norma é fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos, possibilitando assim:
- o acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto da produção dos documentos associadas a descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos;
 - aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;
 - a identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias; e
 - o intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes.
- 1.11 Um registro de autoridade arquivística conforme a esta norma pode servir também para controlar a forma do nome e identidade de uma entidade coletiva, pessoa ou família nomeada num ponto de acesso que seja relacionado a uma unidade de descrição arquivística.

2 NORMAS E DIRETRIZES RELACIONADAS

Nota: Esta lista inclui os anos das normas pertinentes como elas existiam quando da conclusão da ISAAR (CPF) no fim de 2003. Futuros leitores são encorajados a referenciar a última versão de cada norma.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAD (G): general international standard archival description*, adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999. 2nd. ed. Madrid:Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, 2000.*

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. *ISO 639-2: codes for the representation of names of languages, Alpha-3 code*. Geneva, 1998.

_____. *ISO 690: documentation, bibliographic references, content, form and structure*. 2.ed. Geneva, 1987.

_____. *ISO 690-2: documentation, bibliographic references, electronic documents or parts thereof*. Geneva, 1992.

_____. *ISO 999: information and documentation, guidelines for the content, organization and presentation of indexes*. Geneva, 1996.

_____. *ISO 2788: documentation, guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*. 2. ed. Geneva, 1986.

_____. *ISO 3166: codes for the representation of names of countries*. Geneva, 1997.

_____. *ISO 5963: documentation, methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*. Geneva, 1985.

_____. *ISO 5964: documentation, guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri*. Geneva, 1985.

_____. *ISO 8601: data elements and interchange formats, information interchange, representation of dates and times*. 2. ed. Geneva, 2000.

_____. *ISO 15489: information and documentation, records management, parts 1 and 2*. Geneva, 2001.

_____. *ISO 15511: information and documentation – International standard identifier for libraries and related organizations*. Geneva, 2003.

_____. *ISO 15924: codes for the representation of names of scripts*. Geneva, 2003.

Guidelines for Authority Records and References, revised by the International Federation of Library Associations Working Group on GARE revision. 2nd ed. München: K.G. Saur, 2001 (UBCIM Publications New series, v. 23).

Mandatory data elements for internationally shared resource authority records: report of the IFLA UBCIM Working group on Minimal Level Authority Records and ISADN, 1998. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VI/3/p1996-2/mlar.htm>> (known as "MLAR").

Form and structure of corporate headings: recommendations of the Working Group on Corporate Headings, approved by the Standing Committees of the IFLA Section on Cataloguing and the IFLA Section on Official Publications, 1980. (atualizada em *International Cataloguing and Bibliographic Control*, 1992).

* Versão brasileira: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas-AN, n. 49)

3 GLOSSÁRIO DE TERMOS E DEFINIÇÕES

O glossário a seguir é parte integrante desta norma. Os termos são definidos no contexto das regras.

Descrição arquivística (*archival description*). Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram.

Este termo também descreve os produtos desse processo.

Documento arquivístico (*record*). Documento em qualquer forma ou suporte, produzido ou recebido e mantido por uma organização ou pessoa no curso de negócios ou atividades.

Entidade coletiva (*corporate body*). Organização ou grupo de pessoas que é identificado por um nome particular e que atua, ou pode atuar, como uma entidade. Também inclui um indivíduo agindo em nome de uma entidade coletiva.

Ponto de acesso (*access point*). Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas, inclusive registros de autoridade.

Produtor (*creator*). Qualquer entidade (entidade coletiva, família ou pessoa) que produziu, acumulou e/ou manteve documentos arquivísticos no curso de sua atividade pessoal ou corporativa.

Proveniência (*provenance*). Relações entre os documentos e as organizações ou indivíduos que os produziram, acumularam e/ou mantiveram e os utilizaram no curso de suas atividades pessoais ou corporativas.

Qualificador (*qualifier*). Informação acrescentada a um elemento descritivo para auxiliar a identificação, compreensão e/ou uso do registro de autoridade.

Registro de autoridade (*authority record*). Forma autorizada do nome combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem a entidade nomeada e pode remeter para outros registros de autoridade relacionados.

4 ESTRUTURA E USO DA NORMA

- 4.1 Esta norma determina os tipos de informação que podem ser incluídos em um registro de autoridade e fornece orientação sobre como tais registros podem ser desdobrados em um sistema de controle descritivo. O conteúdo dos elementos de informação incluídos no registro de autoridade será determinado pelas convenções e/ou regras que a instituição seguir.
- 4.2 Esta norma consiste de elementos de informação, cada um dos quais contendo:
- nome do elemento de descrição;
 - declaração do objetivo do elemento de descrição;
 - enunciado da(s) regra(s) aplicável(eis) ao elemento; e
 - onde cabível, exemplos ilustrando a implementação da regra.
- 4.3 Os parágrafos são numerados somente para objetivos de citação. Tais números não deveriam ser usados para designar elementos de descrição nem para prescrever a ordem ou estrutura dos recursos descritivos.
- 4.4 Os elementos de descrição para um registro de autoridade arquivística estão organizados em quatro áreas de informação:
- 1 Área de Identificação
(onde a informação visa identificar especificamente a entidade que está sendo descrita e são definidos pontos de acesso normalizados para o registro);
 - 2 Área de Descrição
(onde se registra informação pertinente sobre a natureza, contexto e atividades da entidade que está sendo descrita);
 - 3 Área de Relacionamentos
(onde relações com outras entidades coletivas, pessoas e/ou famílias são registradas e descritas);
 - 4 Área de Controle
(onde o registro de autoridade é especificamente identificado e é registrada a informação sobre como, quando e por qual instituição foi criado e mantido).
- 4.5 Esta norma também fornece no Capítulo 6 diretrizes para associar registros de autoridade arquivística a descrições de documentos produzidos pela entidade e/ou outros recursos de informação sobre ou por ela produzidos. O Capítulo 6 também inclui modelos de dados que ilustram as relações entre registros de autoridade que descrevem produtores de documentos arquivísticos e descrições dos arquivos produzidos por essas entidades.
- 4.6 O Apêndice A fornece um quadro de correspondências entre os elementos de descrição da primeira e da atual edição desta norma. O Apêndice B fornece exemplos integrais de registros de autoridade arquivística compilados de acordo com esta norma.**
- 4.7 Todos os elementos abrangidos por estas regras estão disponíveis para o uso, mas somente os quatro elementos a seguir são essenciais:
- Tipo de entidade (elemento 5.1.1);
 - Forma(s) autorizada(s) do nome (elemento 5.1.2);
 - Datas de existência (elemento 5.2.1); e
 - Identificador do registro de autoridade (elemento 5.4.1).
- 4.8 A natureza da entidade que está sendo descrita e os requisitos do sistema particular ou rede no qual o preparador de um registro de autoridade arquivística trabalha determinarão quais dos elementos de descrição opcionais serão usados em um dado registro de autoridade e se esses elementos serão apresentados em um formato narrativo e/ou estruturado.
- 4.9 Muitos dos elementos descritivos em um registro de autoridade conforme a ISAAR (CPF) serão usados como pontos de acesso. Regras e convenções para normalização de pontos de acesso podem ser desenvolvidas nacionalmente ou para cada idioma. Vocabulários e convenções a serem usados na criação ou seleção do conteúdo dos dados para esses elementos podem ser também desenvolvidos

** N.T: Esta edição contém também o Apêndice C, em que foram incluídos três outros exemplos brasileiros de registro de autoridade arquivística conformes à ISAAR (CPF).

nacionalmente ou separadamente para cada idioma. As normas ISO a seguir são úteis para desenvolver e manter vocabulários controlados: **ISO 5963** *Documentation – Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*, **ISO 2788** *Documentation – Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*, **ISO 5964** *Documentation – Guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri* e **ISO 999** *Information and Documentation – Guidelines for the content, organization and presentation of indexes*. Para citar uma fonte publicada em qualquer elemento de descrição, sugere-se que as instituições sigam a última versão da **ISO 690** *Documentation – Bibliographic references – Content, form and structure*.

- 4.10 Os exemplos fornecidos na norma são ilustrativos e não prescritivos. Eles mais ilustram do que ampliam as determinações das regras às quais estão ligados. Os exemplos ou a forma em que estão apresentados não devem ser tomados como instruções. Para tornar claro o contexto, cada exemplo é seguido pela indicação em itálico do nome da instituição que o forneceu. Notas explicativas adicionais podem vir a seguir, também em itálico, precedidas da indicação **Nota**. A indicação da origem do exemplo ou qualquer nota não devem ser confundidas com o exemplo propriamente dito.
- 4.11 Pretende-se que esta norma seja usada em conjunção com a *ISAD(G) – Norma geral internacional de descrição arquivística*, 2ª edição, e com normas de descrição arquivística nacionais. Quando essas normas são usadas juntas no contexto de um sistema de descrição arquivística ou rede, os registros de autoridade serão associados a descrições de arquivos e vice-versa. Veja o Capítulo 6 para diretrizes sobre como essas associações podem ser criadas. Descrições de arquivos e de documentos podem ser associadas a registros de autoridade arquivística nos elementos Nome(s) do(s) produtor(es) (3.2.1) e História administrativa/Biografia (3.2.2) de uma descrição conforme a ISAD(G).
- 4.12 Pretende-se que esta norma seja usada em combinação com normas e convenções nacionais. Por exemplo, os arquivistas podem se basear em normas nacionais ao decidirem quais elementos podem ou não ser repetidos. Em muitos países os sistemas de descrição arquivística requerem uma única forma autorizada do nome para uma dada entidade, enquanto em outros países é permitido criar mais do que uma forma autorizada do nome.
- 4.13 Esta norma dispõe somente acerca de parte das condições necessárias para apoiar o intercâmbio de informação de autoridade arquivística. Um intercâmbio automatizado bem-sucedido de informação de autoridade arquivística em redes de computadores depende da adoção de um formato apropriado de comunicação pelas instituições nele envolvidas. *Encoded Archival Context (EAC)* é um desses formatos de comunicação que apóia o intercâmbio de dados de autoridade arquivística conforme a ISAAR (CPF) na *World Wide Web*. O EAC foi desenvolvido na forma de um *Document Type Definitions (DTDs)* em *XML (Extensible Markup Language)* e *SGML (Standard Generalized Markup Language)*.

5 ELEMENTOS DE UM REGISTRO DE AUTORIDADE

5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

5.1.1 Tipo de entidade

Objetivo:

Indicar se a entidade que está sendo descrita é uma entidade coletiva, pessoa ou família.

Regra:

Especifique o tipo de entidade (entidade coletiva, pessoa ou família) que está sendo descrita no registro de autoridade.

Exemplos:

Institución

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Ente

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Nota: Para o registro de autoridade Granducato di Toscana, principato mediceo, Auditore dei benefici ecclesiastici, Firenze (1545-1722)/ Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del Regio diritto, Firenze (1722-1737)

Famille

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registro de autoridade Orléans, maison d'

Entidade coletiva

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome

Objetivo:

Criar um ponto de acesso autorizado que identifique especificamente uma entidade coletiva, pessoa ou família.

Regra:

Registre a forma normalizada do nome para a entidade que está sendo descrita de acordo com quaisquer convenções ou regras nacionais ou internacionais pertinentes aplicadas pela instituição que criou o registro de autoridade. Use datas, lugar, jurisdição, ocupação, epíteto e outros qualificadores apropriados para distinguir a forma autorizada do nome daquelas de outras entidades com nomes semelhantes. Especifique separadamente no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) quais as regras que foram aplicadas neste elemento.

Exemplos:

Granducato di Toscana, principato mediceo, Auditore dei benefici ecclesiastici, Firenze (1545-1722)

Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del Regio diritto, Firenze (1722-1737)

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Nota: Múltiplas formas autorizadas de nome para a mesma entidade coletiva

Consejo de Guerra

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Noel family, Earls of Gainsborough

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

York University Senior Common Rooms Inc.

Canadá, York University Archives

Dampierre, Auguste-Henri-Marie Picot de (1756-1793; général)

França, Archives départementales de l'Aube

5.1.3 Formas paralelas do nome

Objetivo

Indicar as variadas formas nas quais a forma autorizada do nome ocorre em outro(s) idioma(s) ou forma(s) de escrita.¹

Regra:

Registre a(s) forma(s) paralela(s) do nome de acordo com quaisquer convenções ou regras nacionais ou internacionais pertinentes aplicadas pela instituição que criou o registro de autoridade, incluindo quaisquer subelementos necessários e/ou qualificadores requeridos por essas convenções ou regras. Especifique no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) quais regras foram aplicadas.

Exemplos:

Maestre Racional de la Casa y Corte del Rey de Aragón

Y

Mestre Racional de la Casa i Cort del Rei d'Aragó

Espanha, Archivo de la Corona de Aragón

Nota: Para o registro de autoridade Maestre Racional de la Casa y Corte del Rey de Aragón

Awdurdod Cwricwlwm ac Asesu Cymru, 1994-1997

AND

Curriculum and Assessment Authority of Wales, 1994-1997

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

International Institute of human rights

Instituto internacional de derechos humanos

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registro de autoridade Institut international des droits de l'homme

5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras

Objetivo:

Indicar formas normalizadas de nome para a entidade coletiva, pessoa ou família que foram criadas de acordo com outras regras que não as usadas para criar a forma autorizada do nome. Isto pode facilitar o compartilhamento de registros de autoridade entre diferentes comunidades profissionais.

Regra:

Registre a forma normalizada do nome para a entidade que está sendo descrita de acordo com outras convenções ou regras. Especifique as regras e/ou, se apropriado, o nome da instituição pela qual essas formas normalizadas de nome foram criadas.

Exemplos:

Toscana (Granducato), Segreteria del regio diritto

(RICA = Regole italiane di catalogazione per autore)

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Nota: Forma normalizada do nome Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del Regio diritto, Firenze (1722-1737)/ Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del Regio diritto, Firenze (1722-1737), de acordo com as regras italianas de catalogação bibliográfica

Mistry, Rohinton, 1952- [AACR2]

Canadá, York University Archives

5.1.5 Outras formas do nome

Objetivo:

Indicar qualquer (quaisquer) outro(s) nome(s) para a entidade coletiva, pessoa ou família não usado(s) em nenhum outro lugar da Área de Identificação.²

Regra:

Registre outros nomes pela qual a entidade possa ser conhecida, tais como:

a) outras formas do mesmo nome, por exemplo, acrônimos;

¹ Em alguns casos, notadamente em países que têm mais de um idioma oficial, a instituição responsável pelo registro de autoridade pode estabelecer uma ou mais formas autorizadas do nome que são reconhecidas como tendo status paralelo ou igual. Esta situação ocorre mais comumente com nomes de entidades coletivas que têm mais de um idioma e/ou forma de escrita, compartilhando o status de nome oficial.

² Em sistemas manuais, Outras formas do nome deveriam ser remetidas para Forma(s) autorizada(s) do nome pelo uso de uma remissiva VER.

- b) outros nomes de entidades coletivas, por exemplo, mudanças de nome ao longo do tempo e suas datas;³
- c) outros nomes de pessoas ou famílias, por exemplo, mudanças de nome ao longo do tempo com suas datas, incluindo pseudônimos, nomes de solteira etc;
- d) nomes e títulos anteriores ou posteriores aos nomes de pessoas e famílias, por exemplo, títulos de nobreza ou de honraria possuídos por um indivíduo ou família.

Exemplos:

Regio diritto
Segreteria della reale giurisdizione
Itália, *Archivio di Stato di Firenze*

Nota: Outra forma do nome *Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del Regio diritto, Firenze (1722-1737)*/ *Granducato di Toscana, principato mediceo, Segreteria del Regio diritto, Firenze (1722-1737)*

<i>Outras formas do nome</i>	<i>Remissiva</i>	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>
Consejo de Guerra y Marina Consejo de la Guerra Supremo Consejo de Guerra Real y Supremo Consejo de Guerra	Ver	Consejo de Guerra

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Noel family, Barons Noel
Noel family, Barons Barham
Noel family, Viscounts Campden
Noel family, baronets, of Barham Court
Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Bordeaux, duc de
França, Centre historique des Archives nationales
Nota: Para a forma autorizada do nome Chambord, Henri, comte de

Arquivo Público do Império (1838-1890)
Archivo Público do Império
Arquivo Público Nacional (1890-1911)
Archivo Público Nacional
Arquivo Nacional (1911-)
Archivo Nacional
Brasil, Arquivo Nacional
Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

5.1.6 Identificadores para entidades coletivas

Objetivo:

Fornecer quaisquer identificadores numéricos ou alfanuméricos que sejam usados pela entidade coletiva.

Regra:

Registre, se possível, qualquer número oficial ou outro identificador único (por exemplo, um número de registro de companhias) para a entidade coletiva e referencie a jurisdição e o esquema sob o qual ele foi concedido.

Exemplos:

Registered company 60096 (Companies House, England)
Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission
Nota: Para a entidade coletiva Cerain Iron Ore Company Ltd

04.374.067/0001-47 (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ)
00320 (nº da unidade protocolizadora no Governo Federal)
Brasil, Arquivo Nacional
Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

³ Quando, de acordo com as regras e/ou convenções nacionais, uma mudança de nome é considerada para constituir a criação de uma nova entidade, registre o relacionamento entre as entidades como um relacionamento temporal na Área de Relacionamentos (5.3).

5.2 **ÁREA DE DESCRIÇÃO**

O objetivo desta área é descrever a história, papéis, contexto e atividades da entidade coletiva, pessoa ou família.

Datas de existência (5.2.1) devem ser registradas como um elemento separado.

As informações especificadas nas regras 5.2.3-5.2.8 podem ser registradas em elementos separados, estruturados e/ou em texto narrativo em 5.2.2.

5.2.1 **Datas de existência**

Objetivo:

Indicar as datas de existência da entidade coletiva, pessoa ou família.

Regra:

Registre as datas de existência da entidade que está sendo descrita. Para entidades coletivas inclua a data da legislação de estabelecimento/fundação/habilitação e de dissolução. Para pessoas, inclua as datas ou datas aproximadas de nascimento, morte ou, quando essas datas não forem conhecidas, aquelas de maior destaque.*** Onde sistemas paralelos de datação forem usados, equivalências podem ser registradas de acordo com as convenções ou regras aplicáveis. Especifique no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) o(s) sistema(s) de datação usados(s), por exemplo, ISO 8601.

Exemplos:

1516 (probable)/1834-03-24

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

12th – 20th century

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

1573-XXe siècle

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para a forma autorizada do nome Bérulle, famille

5.2.2 **História**

Objetivo:

Fornecer uma história concisa da entidade coletiva, pessoa ou família.

Regra:

Registre de forma narrativa ou como uma cronologia os principais eventos da vida, atividades, realizações e/ou papéis da entidade que está sendo descrita. Isso pode incluir informação sobre gênero, nacionalidade, família e afiliações políticas ou religiosas. Sempre que possível, forneça datas como um componente da descrição narrativa.

Exemplos:

El Consejo de Órdenes fue establecido a raíz de la incorporación a la Corona de los maestrazgos de las órdenes militares castellanas (Santiago, Calatrava y Alcántara) (1487-1495). Su fecha de creación no está determinada con exactitud, aunque algunos autores la sitúan sobre 1498.

El Consejo de Órdenes, que en 1707 había asumido también la administración de Montesa, aunque no fue formalmente incluido en las reformas de la Administración del Antiguo Régimen de 1834 (RR.DD. de 24 de marzo de 1834, Decreto V), se transformó en 1836 en un nuevo organismo constitucional, el "Tribunal Especial de las Órdenes".

Espanha, Archivo Histórico Nacional

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Órdenes

The York University Senior Common Room was established at Glendon Hall in 1963. This Senior Common Room became the Glendon College Common Room in 1966 when the Founders College Senior Common Room opened on the Keele Street campus in that year. This latter establishment was renamed the York University College Faculty Common Room in 1968 and, as new colleges were opened on the campus an umbrella body, the York University Senior Common Room Inc., was established to serve as a license holder and victuals contractor for the several SCR's. Membership in the Senior Common Room was restricted to academic and senior administrative staff, although honorary or special members could be adopted by the membership. The Senior

*** N.T: No original, "floruit dates".

Common Room Inc. was managed by a five-person Board of Directors who were all regular members of the SCR. The Senior Common Room Inc. was disbanded in 1976.

Canadá, York University Archives

Originaire de Champagne, la famille Bérulle fut anoblie par charge en 1573, en la personne de Claude de Bérulle, conseiller au Parlement, marié à Louise Segulier. De cette union naquirent deux fils: Pierre et Jean de Bérulle. Pierre (1575-1629) fut l'auteur de l'établissement des Carmélites, le fondateur et le premier général des prêtres de l'Oratoire en France. Il fut promu cardinal, en 1627. Son frère, Jean eut un fils unique, Charles de Bérulle. L'arrière-petit-fils de Charles, Amable-Pierre-Thomas, marquis de Bérulle, fut premier président au parlement de Grenoble après 1760. Il épousa en 1748 Catherine-Marie-Rolland, fille de Pierre-Barthélémy Rolland, comte de Chambaudoin, conseiller de Grand-Chambre. Le nom des Bérulle s'éteignit au XX^e siècle. La famille Bérulle était alliée aux familles du Châtelet et Habart.

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: *História para o registo de autoridade* Bérulle, famille

1918 Geheimer Regierungsrat im Reichsjustizministerium, 1921-1927 Ministerialdirektor im Reichsministerium des Innern, 1928-1933 Vizepräsident der Reichsschuldenverwaltung, Mitglied des Verfassungsausschusses der Länderkonferenzen, 1932 Vertreter Preußens vor dem Staatsgerichtshof, 1933-1953 Professor für Staatswissenschaften an der New School for Social Research New York.

Alemanha, Bundesarchiv

5.2.3 Locais

Objetivo:

Indicar os lugares e/ou jurisdições predominantes onde a entidade coletiva, pessoa ou família se estabeleceu, viveu ou residiu ou teve alguma outra ligação.

Regra:

Registre o(s) nome(s) do(s) lugar(es)/jurisdição(ões) predominante(s), junto com a natureza e o período do relacionamento com a entidade.

Exemplos:

Valladolid (sede habitual hasta 1561 y en 1601/1605)

Madrid (sede en 1561/1601 y 1606/1839)

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: *Para o registo de autoridade* Consejo de Guerra

Estates in 1883: Rutland 15,076 acres, Gloucestershire 3,170 acres, Leicestershire 159 acres, Lincolnshire 89 acres, Warwickshire 68 acres, Northamptonshire 6 acres; total 18,568 acres worth £28,991 a year.

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Birth: Krefeld, Germany (14 May 1899) Death: Edinburgh (17 March 1994)

Reino Unido, Royal Society

Les Larcher, seigneurs d'Olizy en Champagne, étaient originaires de Paris. Leurs seigneuries d'Arcy et d'Avrilly étaient situées dans les actuels départements de Saône-et-Loire et de l'Allier.

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: *Para o registo de autoridade* Larcher, famille

Sediado no Rio de Janeiro e dispendo de uma coordenação regional no Distrito Federal, em Brasília, atua em todo o território nacional.

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: *Para o registo de autoridade* Arquivo Nacional (Brasil)

5.2.4 Status legal

Objetivo:

Indicar o status legal de uma entidade coletiva.

Regra:

Registre o status legal e, se apropriado, o tipo de entidade coletiva, juntamente com o período em que esse status é aplicado.

Exemplos:

Organismo de la Administración Central del Estado

1516 (probable)/1834

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: *Para o registo de autoridade* Consejo de Guerra

Department of State
Austrália, National Archives of Australia

Órgão público do Executivo Federal, da administração direta
Brasil, Arquivo Nacional
Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

Ufficio governativo di antico regime
Itália, Archivio di Stato di Firenze

5.2.5 **Funções, ocupações e atividades**

Objetivo:

Indicar as funções, ocupações e atividades desempenhadas pela entidade coletiva, pessoa ou família.

Regra:

Registre as funções, ocupações e atividades desempenhadas pela entidade que está sendo descrita, juntamente com os períodos, quando útil. Se necessário, descreva a natureza da função, ocupação ou atividade.

Exemplos:

La Segreteria del regio diritto fu competente nelle seguenti materie:
negli affari che in materie beneficiali ed ecclesiastiche interessavano i diritti della corona;
la difesa dei diritti, anche di privati, che fossero lesi dalla giurisdizione ecclesiastica;
la concessione dell'Exequatur ai brevi pontifici e agli atti di paesi esteri, ma solo nel caso in cui non ledevano i diritti pubblici toscani;
la concessione del permesso di entrare in possesso di benefici a chi ne avesse decreto di legittima investitura;
la spedizione dei benefici di nomina regia, previo consulto e consenso del principe, e la spedizione dei benefici di patronato popolare e comunitativo e di patronato dei luoghi pii dipendenti dallo Stato;
la supervisione e cognizione economica dei ricorsi contro gli ecclesiastici, secolari e regolari;
la soprintendenza alla amministrazione dei conventi, dei monasteri, conservatori e luoghi pii, non dipendenti dalle amministrazioni comunitative del Granducato;
la vigilanza per la conservazione degli edifici sacri;
la presa visione e cognizione di tutti gli affari relativi alle leggi di ammortizzazione e di tutte le suppliche riguardanti i patrimoni ecclesiastici del Granducato.
Itália, Archivio di Stato di Firenze

La finalidad del Consejo de Guerra fue la resolución de todos los asuntos relacionados con el ámbito militar. Simultáneamente tuvo competencias judiciales y gubernativas.
Por las primeras entendía en todas las causas civiles y criminales en las que intervenía personal militar.
Por las segundas resolvía cuestiones de levas y reclutamientos, nombramientos de jefes militares, aprovisionamiento, construcción de navíos, preparación de armadas, fabricación de armamento, sistemas defensivos, hospitales, ejércitos permanentes de la Península (guardas y milicias...)
En el s.XVIII con la creación de la Secretaría del Despacho Universal de la Guerra las atribuciones del Consejo quedaron reducidas a cuestiones contenciosas y judiciales, asuntos de protocolo e interpretación de ordenanzas y reglamentos militares.
El ámbito territorial de actuación se limitó a la Península, Islas Baleares y Canarias así como norte de África.
Espanha, Archivo General de Simancas
Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Estate ownership; social, political and cultural role typical of the landed aristocracy in England. The first Viscount Campden amassed a large fortune in trade in London and purchased extensive estates, including Exton (Rutland) and Chipping Campden (Gloucestershire). The Barham Court (Kent) estate was the acquisition of the first Baron Barham, a successful admiral and naval administrator (First Lord of the Admiralty 1805).
Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Defence Co-ordination; Internees (NAA Functions Thesaurus);
The Department of Defence Co-ordination was responsible for the co-ordination of defence activities, and in particular, for the following:

- (i) Defence policy: All matters of Defence policy in their relation to the Departments of Navy, the Army, Air and Supply and Development
- (ii) Administrative co-ordination and review:
 - (a) Co-ordination of the activities and requirements of the Navy, Army and Air Departments in the administrative sphere.

- (b) Higher co-ordination between the Departments of the Navy, Army, Air and Supply and Development in its relation to the requirements of the several services.
 - (c) Co-ordination of all joint-service matters.
 - (d) Co-ordination of Civil Staff matters (other than Public Service).
- (iii) Financial Co-ordination and review:
- (a) Co-ordination of the financial requirements of defence policy affecting Departments of Army, Navy, Air, Supply and Development, and defence Co-ordination.
 - (b) Review of major financial proposals and expenditure of the Departments referred to in (a).
 - (c) General control of funds allotted for the carrying out of Defence Policy, together with the supervision of audit authorisations and expenditure
 - (d) Co-ordination of the financial regulations of the Departments of Navy, Army and Air.
- (iv) Works Co-ordination and review:
- (a) Co-ordination of the works requirements of the Service Departments and the Department of Supply and Development.
 - (b) Maintenance of uniform standards and specifications.
 - (c) Inspection and review.
 - (d) General schemes of office accommodation for the Department of Defence Co-ordination, Navy, Army and Air, including the Victoria Barracks area.
- (v) Commonwealth War Book:
- (a) Maintenance of the Commonwealth War Book
 - (b) General Administration of the National Security Act and Regulations and co-ordination of departmental action thereunder.
- (vi) Civilian defence and State Co-operation: Advice on plans for civil defence and co-ordination of activities of States in relation thereto.
Austrália, National Archives of Australia

Gestão e recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, preservação e acesso aos documentos sob sua guarda e acompanhamento e implementação da política nacional de arquivos, na forma do disposto no art. 2º do decreto nº 3.843, de 13/6/2001.

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

Les Larcher, seigneurs d'Olizy en Champagne, étaient originaires de Paris. Plusieurs membres de cette famille furent, du XVI^e au XVIII^e siècle, intendants, conseillers au Parlement, présidents en la Chambre des comptes.

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registro de autoridade Larcher, famille

Lawyer; Civil Servant; Professor for Public Policy

Alemanha, Bundesarchiv

5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade

Objetivo:

Indicar as fontes de autoridade da entidade coletiva, pessoa ou família no que se refere a seus poderes, funções, responsabilidades ou esfera de atividades, incluindo território.

Regra:

Registre qualquer documento, lei, diretiva ou documento público que funcione como uma fonte de autoridade para os poderes, funções e responsabilidades da entidade que está sendo descrita, juntamente com informação sobre a jurisdição(ões) e período em que o(s) mandato(s) foi(foram) aplicado(s) ou mudado(s).

Exemplos:

- Instrucciones de 1586-06-13 por las que se crean y definen las secretarías de Tierra y Mar.
- Real Cédula de 1646-04-14 sobre división de la Secretaría de Tierra en dos:
- Secretaría de Tierra- Cataluña y Secretaría de Tierra- Extremadura.
- Real Decreto de 1706-10-02 reduciendo a una las dos secretarías del Consejo.
- Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 1714-04-23.
- Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 1715-08-23.
- Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 1717-01-20.
- Real Cédula de Nueva Planta para el Supremo Consejo de la Guerra de 1773-11-04.
- Decreto de 1834-03-24 de supresión de Consejo de Guerra.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Creation: Executive Council Meeting No. 72 (Prime Minister's Department No.167) 13 November 1939
Abolition: Executive Council Meeting No. 59A (Prime Minister's Department No.13) of 14 April 1942
The Administrative Arrangements Orders of 29 November 1939
(Commonwealth of Australia Gazette, No. 153 of 30 November 1939) listed the Acts administered by the Department as:

- Defence Act 1903-1939 (except in relation to the organisation and control of the Naval Forces or the Military Forces)
- Defence Equipment Act 1924, 1928, 1934, 1936, 1937, 1938, 1939
- Defence (Visiting Forces) Act 1939
- Geneva Convention Act 1938
- National Registration Act 1939
- National Security Act 1939
- Telegraph Act 1909
- War Precautions Act Repeal Act 1930-1934, Section 22

Austrália, National Archives of Australia

Admitted to the Royal Australasian College of Medical Administrators, 1 May 1974

Austrália, Australian Science and Technology Heritage Centre

C'est par la loi du 28 pluviôse an VIII (17 février 1800) que Napoléon Bonaparte crée la fonction préfectorale à la tête du département, circonscription administrative instituée le 22 décembre 1789 par la Constituante. En 1800, le préfet devient dans le département "le seul chargé de l'administration" (art. 3).

L'ordonnance du 6 novembre 1817 réduit le Conseil de préfecture de la Somme à 3 membres. Le décret du 28 mars 1852 le réduit de 5 à 4 membres, confirmé par la loi du 21 juin 1865. La loi du 6 septembre 1926 réforme l'organisation des conseils de préfecture, qu'elle supprime (intégration au conseil de préfecture interdépartemental de Rouen). Ces derniers sont, par décret du 30 septembre 1953, rebaptisés "tribunaux administratifs".

Également institué par la loi du 28 pluviôse an VIII, le poste de secrétaire général a subi bien des vicissitudes : supprimé en 1817, rétabli en 1820, supprimé à nouveau par ordonnance du 1er mai 1832, rétabli par décret du 28 décembre 1854 et définitivement rétabli en 1865.

França, Archives départementales de la Somme

Nota: Para o registro de autoridade Somme, préfecture

5.2.7 Estruturas internas/Genealogia

Objetivo:

Descrever e/ou representar a(s) estrutura(s) administrativa(s) interna(s) de uma entidade coletiva ou a genealogia de uma família.

Regra:

Descreva a estrutura interna de uma entidade coletiva e as datas de quaisquer mudanças dessa estrutura que sejam significativas para a compreensão do modo como a entidade coletiva conduziu seus negócios (por exemplo, por meio de organogramas datados).

Descreva a genealogia de uma família (por exemplo, por meio de uma árvore genealógica) de forma que sejam demonstradas as inter-relações de seus membros e os respectivos períodos.⁴

Exemplos:

Hasta 1586 la organización interna del Consejo de Guerra fue mínima. Con el Rey como presidente, el Consejo estaba constituido por varios consejeros y un secretario, que lo era a su vez de otros consejos, ayudado por oficiales, escribientes y restante personal subalterno.

A partir de 1554 un auditor se encargaba de las materias judiciales y se amplía el número de consejeros, oscilando entre cinco y diez.

En 1586 la Secretaría del Consejo de Guerra se desdobra en Secretaría de Tierra y Secretaría de Mar. El mayor control de dos áreas conflictivas determinó la división en 1646 de la Secretaría de Tierra en dos: Secretaría de Tierra-Cataluña y Secretaría de Tierra-Extremadura.

Tras el advenimiento de la dinastía borbónica a principios del s.XVIII sufrió sucesivas reorganizaciones administrativas acorde con sus nuevas funciones. Las secretarías se unificaron en 1706.

En 1717 la planta del Consejo se redujo en cuanto a su número de consejeros, divididos en militares y togados, la presidencia recayó en el Secretario del Despacho de Guerra y la secretaría desaparece, tramitándose la actividad administrativa a través de la Escribanía de Cámara. La nueva planta del año 1773 reserva, como tradicionalmente ocurrió, la presidencia a la persona del Rey, amplía a veinte el número de consejeros, diez natos y diez asistentes, divididos en sala de gobierno y justicia, y de nuevo restituye la figura del secretario. La plantilla se completa con dos fiscales, tres relatores, un escribano de cámara, abogado, agente fiscal, procurador,

⁴ Quando se descrevem pessoas, informações sobre suas genealogias podem ser registradas no elemento História (5.2.2) e/ou na Área de Relacionamentos (5.3).

oficiales, escribientes, alguaciles y porteros. Esta estructura permaneció prácticamente estable hasta su supresión en 1834.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Sir Edward Noel (d 1643) married Julian, daughter and co-heir of Baptists Hicks (d 1629), Viscount Campden, and succeeded to the viscounty of Campden and a portion of his father-in-law's estates. The third Viscount Campden (1612-82) married Hester Wotton, daughter of the second Baron Wotton. The fourth Viscount Campden (1641-89, created Earl of Gainsborough 1682) married Elizabeth Wriothsley, elder daughter of the fourth Earl of Southampton. Jane Noel (d 1811), sister of the fifth and sixth Earls of Gainsborough, married Gerard Anne Edwards of Welham Grove (Leicestershire) and had issue Gerard Noel Edwards (1759-1838). He married in 1780 Diana Middleton (1762-1823) *suo jure* Baroness Barham, daughter of Charles Middleton (1726-1813), created first Baronet of Barham Court (Kent) in 1781 and first Baron Barham in 1805. GN Edwards assumed the surname Noel in 1798 on inheriting the sixth Earl of Gainsborough's Rutland and Gloucestershire estates (though not the Earl's honours, which were extinguished); and he later inherited his father-in-law's baronetcy. His eldest son John Noel (1781-1866) succeeded to the estates of his mother and his father, to his mother's barony and his father's baronetcy, and was created Viscount Campden and Earl of Gainsborough in 1841.

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Originaire de Chinon, en Touraine, enrichie dans la finance, la famille Le Riche fut anoblíe au début du XVIIIe siècle. Fils de Pierre Le Riche, seigneur de la Blotière, gentilhomme de la Maison du Roi et valet de chambre de la Reine, Alexandre le Riche (1663-1735), seigneur de Courgains, en Anjou, et de Brétignolles, en Touraine, fut successivement secrétaire du roi, receveur général des finances à Montauban puis à Amiens, directeur général des fermes au Mans et fermier général.

De son premier mariage avec Anne Lebreton, Alexandre le Riche avait eu un fils, Alexandre-Jean-Joseph de la Poupelinière (1692-1762), fermier général (1716-1718 et 1721-1762), homme de lettres, auteur d'un *Journal de voyage en Hollande* (1731) et des *Tableaux et mœurs du temps*, mécène et musicien.

D'un deuxième mariage avec Madeleine-Thérèse Chevalier de la Chicaudière, Alexandre Le Riche eut cinq enfants, dont Alexandre-Edme Le Riche de Cheveigné (1697-1768), conseiller au parlement, qui épousa en 1719 Claire-Elisabeth Le Pelletier de la Houssaye, et Alexandre-Pierre le Riche, seigneur de Vandy, directeur général des fermes au Mans en 1771.

Le fils cadet d'Alexandre-Edme, Félix-Alexandre-Claude Le Riche du Perché de Cheveigné (né en 1720), conseiller au parlement de 1766 à 1771, eut de son mariage (1775) avec Louise Adélaïde Toustain un fils, Alexandre-Etienne-Bonaventure, auditeur au Conseil d'Etat, qui épousa une petite-fille de Mathieu-Augustin, comte de Cornet, pair de France (1750-1832). Alexandre-Etienne-Bonaventure eut un fils, Auguste-Alexandre, et un petit-fils, Alexandre-Fernand-Augustin.

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Genealogia para o registro de autoridade Le Riche, famille

5.2.8 Contexto geral

Objetivo:

Fornecer informação significativa sobre o contexto geral social, cultural, econômico, político e/ou histórico no qual a entidade coletiva, pessoa ou família atuou, viveu ou foi ativa.

Regra:

Forneça qualquer informação significativa sobre o contexto geral social, cultural, econômico, político e/ou histórico no qual a entidade que está sendo descrita atuou.

Exemplos:

Granducato di Toscana, principato mediceo (1569-1737)

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Desde los inicios del siglo XX el turismo comenzó a ser considerado por la administración española como una fuente de riqueza que merecía ser apoyada. Jurídicamente se opta por la creación de órganos *ad hoc* para su gestión y con autonomía financiera para el cumplimiento de sus fines, órganos en los que pudieran participar determinadas asociaciones o corporaciones representativas de intereses privados.

Espanha, Archivo General de la Administración

Nota: Para o registro de autoridade España. Patronato Nacional de Turismo

A instituição foi criada no contexto da formação do Estado Nacional, sendo já prevista na 1ª Constituição (1824), dois anos após a proclamação da Independência. Durante o período imperial, como o país era uma monarquia centralizada, reuniu também documentos de origem provincial. Com a República, dado seu caráter federativo, passou a atuar principalmente no âmbito do Executivo Federal. O Arquivo Nacional custodia acervo oriundo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, documentação cartorária e privada, esta de pessoas, famílias e instituições.

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

En el Antiguo Régimen no existía un sistema reglado, sometido a una ley de procedimiento, lo que dificulta la fijación exacta del periodo de vigencia del cuerpo normativo.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Le cubisme est un courant artistique, né d'une étroite collaboration entre Picasso et Braque, inspiré par Cézanne. Il voit le jour en 1907, avec *Les Femmes d'Alger*, œuvre considérée par les historiens de l'art comme le point de départ de tout l'art moderne, mais il ne prend son nom qu'en 1908, appelé ainsi par le journaliste Louis Vauxcelles lors du compte rendu d'une exposition d'œuvres de Braque.

France, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registro de autoridade Pablo Picasso

5.3 **ÁREA DE RELACIONAMENTOS**

O objetivo desta área é descrever relacionamentos com outras entidades coletivas, pessoas e famílias que podem ser descritas em outros registros de autoridade.

5.3.1 **Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas**

Objetivo:

Indicar os nomes e quaisquer identificadores específicos das entidades relacionadas e fundamentar associações aos seus registros de autoridade.

Regra:

Registre a forma autorizada do nome e quaisquer identificadores específicos aplicáveis, incluindo o identificador do registro de autoridade da entidade relacionada.⁵

5.3.2 **Categoria do relacionamento**

Objetivo:

Identificar a categoria geral do relacionamento entre a entidade que está sendo descrita e uma outra entidade coletiva, pessoa ou família.

Regra:

Registre uma categoria geral que sirva para o relacionamento que está sendo descrito. Utilize categorias gerais prescritas por regras e/ou convenções nacionais ou uma das quatro categorias a seguir. Registre no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) qualquer esquema de classificação usado como uma fonte de termos de vocabulário controlado para descrever o relacionamento.

- **Hierárquico** (por exemplo, superior/subordinado; controlador/controlado; possuidor/possuído)
Em um relacionamento hierárquico uma entidade pode exercer alguma autoridade e controle sobre as atividades de uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias. Uma entidade pode também ser subordinada a uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias, como, por exemplo, um comitê paritário ou uma organização cuja instância superior mudou ao longo do tempo.
- **Temporal** (por exemplo, predecessor/sucessor)
Em um relacionamento temporal, uma entidade pode suceder uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias no exercício de algumas funções e atividades. Por outro lado, pode ser sucedida por uma série de outras entidades coletivas, pessoas ou famílias.
- **Familiar**
Em uma família, uma pessoa pode ter um amplo círculo de relacionamentos com outros membros da família e com a família como uma entidade. Nos casos em que a estrutura genealógica da família é complexa, pode ser conveniente criar registros de autoridade separados para cada membro e ligá-los ao(s) pai(s), esposo(s) e filho(s). Como alternativa, esta informação pode ser registrada no elemento Estruturas internas/Genealogia (5.2.7).
- **Associativo**
Relacionamento associativo é a categoria geral para relacionamentos não compreendidos em nenhum dos acima citados (por exemplo, fornecedor/cliente, membro de associação, parte/todo, sócio).

⁵ Em sistemas manuais, os nomes/identificadores de entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas poderiam ser remetidos para a forma autorizada do nome pelo uso de uma referência cruzada *Ver também*.

5.3.3 Descrição do relacionamento

Objetivo:

Fornecer uma descrição específica da natureza do relacionamento.

Regra:

Registre uma descrição precisa da natureza do relacionamento entre a entidade descrita no registro de autoridade e outra entidade relacionada, por exemplo, órgão superior, órgão subordinado, possuidor, predecessor, marido, esposa, filho, primo, professor de, aluno de, colega de profissão. Registre no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) qualquer esquema de classificação usado como fonte de termos de vocabulário controlado para descrever o relacionamento. Uma descrição narrativa da história e/ou natureza do relacionamento também pode ser aqui fornecida.

5.3.4 Datas do relacionamento

Objetivo:

Registrar o período do relacionamento com outra entidade coletiva, pessoa ou família.

Regra:

Registre, quando pertinente, a data inicial do relacionamento ou de sucessão e, quando aplicável, a data final do relacionamento. Especifique no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) qualquer sistema de datação utilizado, por exemplo, ISO 8601.

Exemplos:

5.3.1 Nome/identificador da entidade relacionada	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Granducato di Toscana, Restaurazione lorenese, Ministero degli affari ecclesiastici, Firenze (1848 - 1861)
	<i>Identificador</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento		Cronologica
5.3.3 Descrição do relacionamento		Successore
5.3.4 Datas do relacionamento		1848

5.3.1 Nome/identificador da entidade relacionada	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Granducato di Toscana, Restaurazione lorenese, Firenze (1817-1865)
	<i>Identificador</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento		Gerarchica
5.3.3 Descrição do relacionamento		Ufficio dipendente
5.3.4 Datas do relacionamento		18 giugno 1817 – 4 giugno 1848
	<i>ISO 8601</i>	1817/06/18-1848/06/04

Itália, Archivio di Stato di Firenze

Forma autorizada do nome	Referência cruzada (ver tb.)		Nome/identificador da entidade relacionada	Datas da relação
	Categoria do relacionamento	Descrição do relacionamento		
Consejo de Guerra	Temporal	Predecesor	Consejo Real de Castilla ES-47161AGS RA00002	1516 (probable)

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

5.3.1 Nome/identificador da entidade relacionada	<i>Nome</i>	University of New York at Albany M.E. Grenander Department of Special Collections and Archives -The German Interlectual Èmigrè Collection. - http://library.albany.edu/speccoll/findaids/ger024.htm
	<i>Identificador do registro de autoridade</i>	GER 024
5.3.2 Categoria do relacionamento		Associative
5.3.3 Descrição do relacionamento		Academic

Alemanha, Bundesarchiv

5.3.1 Nome/identificador da entidade relacionada	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Abbadie de Saint-Germain, famille d'
5.3.2 Categoria do relacionamento		Relation d'association
5.3.3 Descrição do relacionamento		En 1812, Aymar, marquis de Dampierre, épouse Julie-Charlotte d'Abbadie de Saint-Germain, issue d'une des plus brillantes familles de la noblesse parlementaire en Béarn.
5.3.4 Datas do relacionamento		1812-

5.3.1 Nome/identificador da entidade relacionada	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Barthélémy, famille
5.3.2 Categoria do relacionamento		Relation d'association
5.3.3 Descrição do relacionamento		La famille de Dampierre s'allia aux Barthélémy par le mariage, en 1842, du marquis Elie de Dampierre et d'Henriette Barthélémy (1813-1894), petite-nièce de l'abbé Barthélémy et nièce de François, marquis Barthélémy.
5.3.4 Datas do relacionamento		1842

5.3.1 Nome/identificador da entidade relacionada	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Juchault de Lamoricière, famille
5.3.2 Categoria do relacionamento		Relation d'association
5.3.3 Descrição do relacionamento		En 1873, Anicet Marie Aymar, comte de Dampierre, fils du marquis Elie, épouse Marie-Isabelle, la plus jeune fille du général de Lamoricière.
5.3.4 Datas do relacionamento		1873

França, Centre historique des Archives nationales

Nota: Para o registro de autoridade Dampierre, famille de

5.4 ÁREA DE CONTROLE

5.4.1 Identificador do registro de autoridade

Objetivo:

Identificar especificamente o registro de autoridade no contexto em que será utilizado.

Regra:

Registre um identificador específico do registro de autoridade, de acordo com convenções locais e/ou internacionais. Se o registro de autoridade é para uso internacional, registre o código do país no qual este registro de autoridade foi criado, de acordo com a última versão da ISO 3166 *Codes for the representation of names of countries*.

Quando o produtor de um registro de autoridade for uma organização internacional, forneça o identificador da organização em lugar do código do país.

Exemplos:

ES47161AGS RA 00001

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

GB/NNAF/F10216

Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

AU NLA 93-535878

Austrália, National Library of Australia

AU NAA CA 37

Austrália, National Archives of Australia

Exemplos de códigos de países

AU	Austrália
CA	Canadá
ES	Espanha
FR	França
GB	Reino Unido
MY	Malásia
SE	Suécia
US	Estados Unidos

5.4.2 Identificadores da instituição

Objetivo:

Identificar a(s) instituição(ões) responsável(eis) pelo registro de autoridade.

Regra:

Registre de maneira completa a(s) forma(s) autorizada(s) do(s) nome(s) da(s) instituição(ões) responsável(veis) pela produção, modificação ou disseminação do registro de autoridade ou, como alternativa, registre um código para a instituição de acordo com a norma nacional ou internacional para códigos de instituição. Inclua referências a quaisquer sistemas de identificação usados para identificar as instituições (por exemplo, ISO 15511).

Exemplos:

Archivo General de Simancas

ES47161AGS (ISO 15511)

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Archivo General de la Nación

MX9AGN (ISO 15511)

México, Archivo General de la Nación

Archivo di Stato di Firenze

IT AS Fi

Itália, Archivio di Stato di Firenze

SE/RA
Suécia, Riksarkivet

US DNA
Estados Unidos, National Archives and Records Administration

DE/ Barch
Alemanha, Bundesarchiv

5.4.3 Regras e/ou convenções

Objetivo:

Identificar as convenções ou regras nacionais ou internacionais aplicadas na criação do registro de autoridade arquivística.

Regra:

Registre os nomes e, se útil, as edições ou datas de publicação das convenções ou regras aplicadas. Especifique separadamente quais regras foram aplicadas para criar a forma autorizada do nome. Inclua referências a quaisquer sistemas de datação usados para identificar datas no registro de autoridade (por exemplo, ISO 8601).

Exemplos:

- Norma de estrutura de dados básica: ISAAR (CPF) – International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families, 2nd ed., Canberra: International Council on Archives, 2004.
- Norma de conteúdo de dados: Reglas de catalogación. Ed. nuevamente rev. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, Centro de publicaciones : Boletín Oficial del Estado, 1999.
- Norma de codificación de fechas: ISO 8601 – Data elements and interchange formats – Information interchange – Representation of dates and times, 2nd ed., Geneva: International Organization for Standardization, 2000.
- Norma de codificación de país: ISO 3166 – Codes for the representation of names of countries, Geneva: International Organization for Standardization, 1997.
- Norma de codificación de institución: ISO 15511 – Information and documentation – International standard identifier for libraries and related organizations (ISIL), Geneva: International Organization for Standardization, 2003.
- Norma de codificación de lengua: ISO 639-2 – Codes for the representation of names of languages, Alpha-3 code, Geneva: International Organization for Standardization, 1998.
- Norma de codificación de escritura: ISO 15924 – Codes for the representation of names of scripts, Geneva: International Organization for Standardization, 2001.
- Norma de referencias bibliográficas: ISO 690 – Documentation – Bibliographic references – Content, form and structure, Geneva: International Organization for Standardization, 1987.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

National Council on Archives, *Rules for the Construction of Personal, Place and Corporate Names*, 1997
Reino Unido, The National Archives: Historical Manuscripts Commission

Erfassungsschema nach: Mommsen, Wolfgang A: *Die Nachlässe in deutschen Archiven*, Boppard 1983
Alemanha, Bundesarchiv

5.4.4 Status

Objetivo:

Indicar a situação de redação do registro de autoridade, de maneira que os usuários possam compreender o atual estágio do registro de autoridade.

Regra:

Registre o status atual do registro de autoridade, indicando se o registro é uma versão preliminar, final e/ou revisada ou obsoleta.

Exemplos:

Finalizado

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Revised

Austrália, National Library of Australia

Versão preliminar
Brasil, Arquivo Nacional
Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

Publié avec le visa de la direction des Archives de France
França, Archives départementales de la Gironde

5.4.5 Nível de detalhamento

Objetivo:

Indicar se no registro de autoridade foi adotado um nível de detalhamento mínimo, parcial ou integral.

Regra:

Indique se o registro tem nível de detalhamento mínimo, parcial ou integral de acordo com as diretrizes e/ou regras nacionais ou internacionais aplicáveis. Na inexistência de diretrizes ou regras nacionais, registros mínimos são os que consistem apenas dos quatro elementos essenciais de um registro de autoridade conforme a ISAAR (CPF) (ver 4.8), enquanto registros integrais são os que contêm informação para todos os elementos de descrição pertinentes da ISAAR (CPF).

Exemplos:

Completo

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Full

Austrália, National Library of Australia

Resumido

Brasil, Arquivo Nacional

Nota: Para o registro de autoridade Arquivo Nacional (Brasil)

5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência

Objetivo:

Indicar quando o registro de autoridade foi criado, revisto ou considerado obsoleto.

Regra:

Registre a data em que o registro de autoridade foi criado e as datas de quaisquer revisões. Especifique no elemento Regras e/ou convenções (5.4.3) o(s) sistema(s) de datação utilizado(s), por exemplo, ISO 8601.

Exemplos:

2002-10-25 (Fecha de creación)

2003-12-05 (Fecha de revisión)

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

1993-05-12; revised 2002-10-28 [ISO 8601]

Austrália, National Library of Australia

5.4.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita

Objetivo:

Indicar o(s) idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita usados para criar o registro de autoridade.

Regra:

Registre o(s) idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita do registro de autoridade arquivística.

Inclua os códigos ISO apropriados para idiomas (ISO 639 *Codes for the representation of names of languages*) e/ou sistemas de escrita (ISO 15924 *Codes for the representation of names of scripts*).

Exemplos:

Español: spa

Escritura latina: latn

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

5.4.8 Fontes

Objetivo:

Identificar as fontes consultadas para criação do registro de autoridade.

Regra:

Registre as fontes consultadas para o estabelecimento do registro de autoridade.

Exemplos:

HMC, *Principal Family and Estate Collections: Family Names L-W*, 1999

Complete Peerage, 1936

Burkes Peerage, 1970

Complete Baronetage, vol 5, 1906

Reino Unido, *The National Archives: Historical Manuscripts Commission*

ANDÚJAR CASTILLO, Francisco. Consejo y consejeros de Guerra en el siglo XVIII. Granada: Universidad de Granada, 1996.

DOMÍNGUEZ NAFRÍA, Juan Carlos. El Real y Supremo Consejo de Guerra (siglos XVI-XVIII). Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.

FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. Los Consejos de Estado y Guerra de la monarquía hispana en tiempos de Felipe II (1548-1598). [Valladolid]: Consejería de Educación y Cultura, 1998.

FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. El gobierno de los asuntos de la guerra en Castilla durante el reinado del emperador Carlos V (1516-1558). In *Intrex: Instituciones y elites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1992, p. 47-105.

GOODMAN, David. *Spanish naval power, 1589-1665: reconstruction and defeat*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OYA OZORES, Francisco de. *Promptuario del Consejo de Guerra, y Jurisdiccion Militar, en que se refieren el instituto, gobierno, y facultades de este Supremo Tribunal, y los casos en que compete, ó se limita el fuero militar...*, según Ordenanzas, y Reales resoluciones. [Madrid]: [s.n.], 1740.

THOMPSON, I.A.A. *Guerra y decadencia : gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560-1620*. Barcelona: Crítica, 1981.

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

ASFi, *Miscellanea Medicea*, 413: "Teatro di grazia e giustizia" di Niccolo Arrighi, cc. 194, 204, 239-242;

La Toscana nell'eta di Cosimo III. Atti del convegno, Pisa – San Domenico di Fiesole (Fi), 4-5 giugno 1990. a cura di Franco Angiolini, Vieri Becagli, Marcello Verga, Firenze, EDIFIR, 1993, 497-520

Itália, Archivio di Stato di Firenze

5.4.9 Notas de manutenção

Objetivo:

Documentar a criação e alterações do registro de autoridade.

Regra:

Registre notas pertinentes à criação e manutenção do registro de autoridade. Os nomes das pessoas responsáveis pela criação do registro de autoridade podem ser registrados aqui.

Exemplos:

Responsable de la creación del registro de autoridad: Julia Rodríguez de Diego

Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

Compilatore: Valentina Baggiani

Valentina Baggiani, 27-LUG-03, Intervento di rielaborazione completa del testo e dei contenuti in vista della pubblicazione sul web della scheda.

Itália, Archivio di Stato di Firenze

6 RELACIONANDO ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E OUTROS RECURSOS

Registros de autoridade arquivística são criados primordialmente para documentar o contexto da produção de documentos. Para tornar esta documentação útil é necessário associar os registros de autoridade a descrições de documentos. Registros de autoridade arquivística podem também ser associados a outros recursos de informação pertinentes. Quando tais associações são feitas, é importante descrever, se conhecida, a natureza do relacionamento entre a entidade coletiva, pessoa ou família e o recurso associado. Esta Seção fornece diretrizes sobre como tais associações podem ser criadas no contexto de um sistema descritivo arquivístico. Veja a Figura 1 para uma representação gráfica disto.

Registre a informação pertinente como texto livre narrativo e/ou como texto estruturado, conforme especificado nos elementos abaixo e/ou associações aos recursos.

6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados

Objetivo:

Identificar especificamente os recursos relacionados e/ou propiciar a associação do registro de autoridade à descrição dos recursos relacionados, quando tais descrições existirem.

Regra:

Forneça os identificadores específicos/códigos de referência e/ou títulos dos recursos relacionados. Se apropriado, forneça também os identificadores de qualquer descrição em separado do recurso relacionado.

6.2 Tipos dos recursos relacionados

Objetivo:

Identificar os tipos dos recursos relacionados que estão sendo referenciados.

Regra:

Identifique os tipos dos recursos relacionados, por exemplo, material arquivístico (fundo, série etc.), descrição arquivística, instrumento de pesquisa, monografia, artigo de periódico, *web site*, fotografia, coleção museológica, documentário, gravação de história oral.

6.3 Natureza dos relacionamentos

Objetivo:

Identificar a natureza dos relacionamentos entre a entidade coletiva, pessoa ou família e os recursos relacionados.

Regra:

Descreva a natureza dos relacionamentos entre a entidade coletiva, pessoa ou família e o recurso relacionado, por exemplo, produtor, autor, assunto, custodiador, detentor do *copyright*, controlador, proprietário.

6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos

Objetivo:

Fornecer quaisquer datas pertinentes para os recursos relacionados e/ou datas do relacionamento entre a entidade coletiva, pessoa ou família e os recursos relacionados e indicar o significado dessas datas.

Regra:

Forneça quaisquer datas pertinentes para os recursos relacionados e/ou o relacionamento entre a entidade coletiva, pessoa ou família e os recursos relacionados e descreva o significado dessas datas.

Exemplos:

<i>I Relação</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	Fondo Fortunato Depero
	<i>Identificador</i>	IT MART Dep.
6.2 Tipos dos recursos relacionados		Fondo archivistico
6.3 Natureza dos relacionamentos		Soggetto produttore
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos		1894-1960
<i>II Relação</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	Fondo Biblioteca Museo Depero
	<i>Identificador</i>	IT MART q – MD
6.2 Tipos dos recursos relacionados		Raccolta libraria
6.3 Natureza dos relacionamentos		Creatore della raccolta
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos		1910–1960
<i>III Relação</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	Collezione Fortunato Depero (Mart: Polo culturale e Galleria Museo Depero, Rovereto (Tn)).
	<i>Identificador</i>	ITA MART, Coll Dep
6.2 Tipos dos recursos relacionados		Collezione d'arte
6.3 Natureza dos relacionamentos		Creatore della collezione
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos		1911–1959

Itália, Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto

<i>Primeiro Recurso Relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	Consejo de Guerra
	<i>Identificador único</i>	ES47161AGS/10
6.2 Tipos dos recursos relacionados		Fondo
6.3 Natureza dos relacionamentos		Productor
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<i>Datas para visualização</i>	1386/1706
	<i>Datas ISO 8601</i>	1386/1706
	<i>Tipo de data</i>	Fechas de formación
<i>Segundo Recurso Relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Título</i>	"Depósito de la Guerra"
	<i>Identificador único</i>	ES28079AGMM/1
6.2 Tipos dos recursos relacionados		Colección
6.3 Natureza dos relacionamentos		Productor
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<i>Datas para visualização</i>	1568/1738
	<i>Datas ISO 8601</i>	1568/1738
	<i>Tipo de data</i>	Fechas de creación

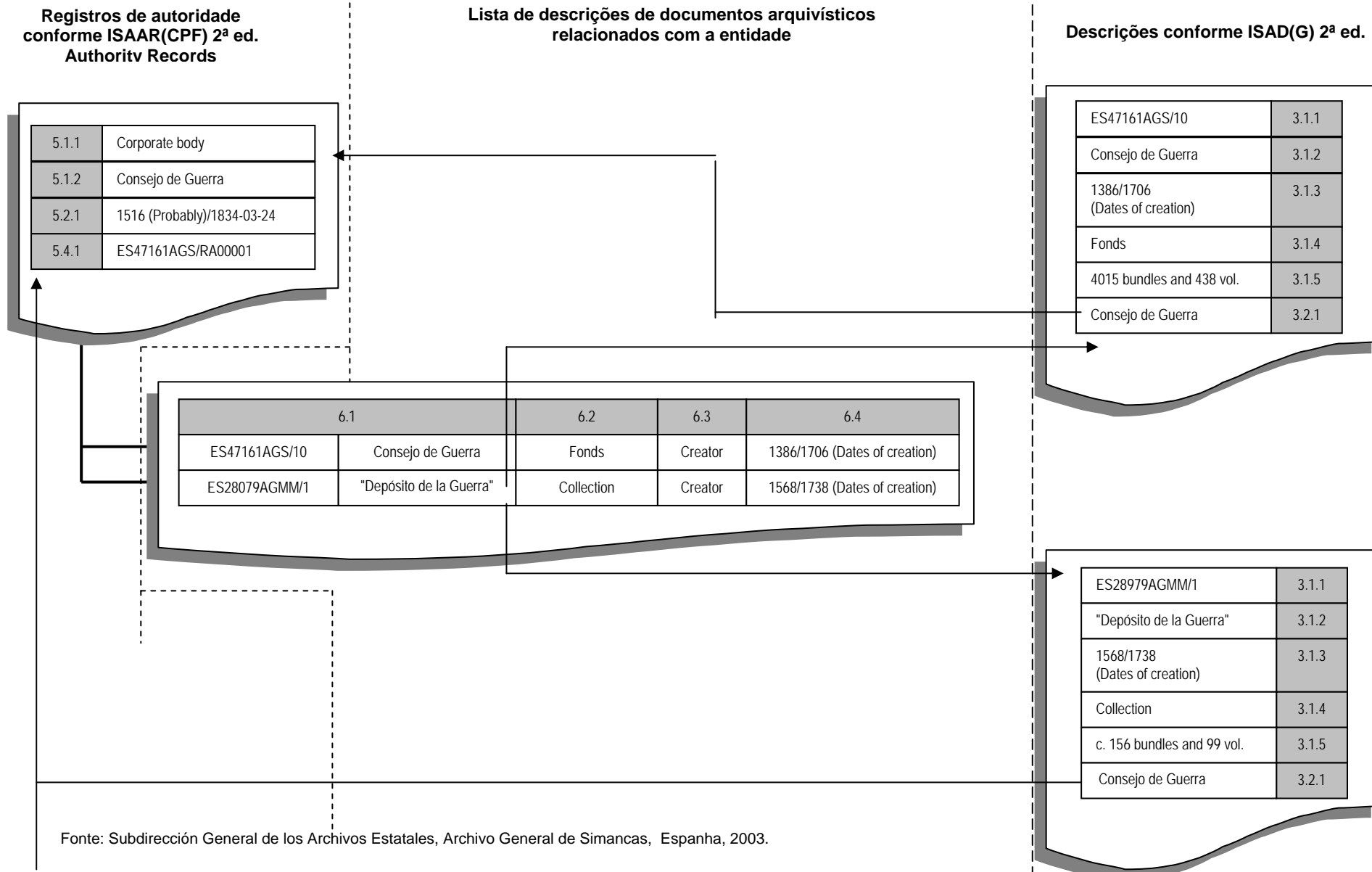
Espanha, Archivo General de Simancas

Nota: Para o registro de autoridade Consejo de Guerra

6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	Nachlass Arnold Brecht
	DE/Barch/ NL 89
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Echter Nachlass [Material arquivístico/fundo]
6.3 Natureza dos relacionamentos	Provenienzstelle [Produtor]

Alemanha, Bundesarchiv

Figura 1: Associando registros de autoridade arquivística conforme ISAAR(CPF) 2ª ed. com descrições de documentos arquivísticos conforme ISAD(G) 2ª ed.



Fonte: Subdirección General de los Archivos Estatales, Archivo General de Simancas, Espanha, 2003.

APÊNDICE A

Mapeamento dos elementos de descrição da 1ª e 2ª edições da ISAAR (CPF)

1ª edição	2ª edição
1.1 Código de identificação	5.4.1 (Identificador do registro de autoridade) e 5.4.2 (Identificadores da instituição)
1.2 Tipo de registro de autoridade arquivística	5.1.1 (Tipo de entidade)
1.3 Entrada de autoridade	5.1.2 (Forma(s) autorizada(s) do nome)
1.4 Entrada paralela/Entradas	5.1.3 (Formas paralelas do nome)
1.5 Termo(s) não-usado(s)	5.1.5 (Outras formas do nome)
1.6 Entrada(s) de autoridade relacionada(s)	5.3 (Área de relacionamentos)
2.1.1 Número(s) legal(is)	5.1.6 (Identificadores para entidades coletivas)
2.1.2 Nomes	5.1.4 (Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras)
2.1.3 Data(s) e local(is) de existência	5.2.1 (Datas de existência) e 5.2.3 (Locais)
2.1.4 Sede	5.2.3 (Locais)
2.1.5 Natureza jurídica	5.2.4 (Status legal)
2.1.6 Missão, funções e área de atividades	5.2.5 (Funções, ocupações e atividades) e 5.2.6 (Mandatos/Fontes de autoridade)
2.1.7 Estrutura administrativa	5.2.7 (Estruturas internas/Genealogia)
2.1.8 Relações	5.3 (Área de relacionamentos)
2.1.9 Outra informação significativa	5.2.8 (Contexto geral)
2.2.2 Nomes	5.1.4 (Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras)
2.2.3 Data(s) e local(is) de existência	5.2.1 (Datas de existência) e 5.2.3 (Locais)
2.2.4 Locais e/ou áreas geográficas de residência	5.2.3 (Locais)
2.2.5 Nacionalidade	5.2.2 (História)
2.2.6 Ocupação, área de atividade	5.2.5 (Funções, ocupações e atividades)
2.2.8 Relações	5.3 (Área de relacionamentos)
2.2.9 Outra informação significativa	5.2.8 (Contexto geral)
2.3.2 Nomes	5.1.4 (Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras)
2.3.3 Data(s) e local(is) de existência	5.2.1 (Datas de existência) e 5.2.3 (Locais)
2.3.4 Locais e/ou áreas geográficas	5.2.3 (Locais)
2.3.5 Nacionalidade	5.2.2 (História)
2.3.6 Ocupação, área de atividade	5.2.5 (Funções, ocupações e atividades)
2.3.7 Árvore genealógica	5.2.7 (Estruturas internas/Genealogia)
2.3.8 Relações com outras famílias, pessoas ou entidades coletivas	5.3 (Área de relacionamentos)
2.3.9 Outra informação significativa	5.2.8 (Contexto geral)
3.1 Nota do arquivista	5.4.8 (Fontes) e 5.4.9 (Notas de manutenção)
3.2 Regras ou convenções	5.4.3 (Regras e/ou convenções)
3.3 Data	5.4.6 (Datas de criação, revisão ou obsolescência)

APÊNDICE B

Os exemplos fornecidos são ilustrativos e não prescritivos. Eles ilustram possíveis aplicações ou interpretações das regras. Os exemplos, ou a forma na qual são apresentados aqui, não devem ser tomados como instruções. As regras nesta Norma especificam a alimentação de dados em um registro de controle de autoridade, não a saída ou formatos de apresentação para essa informação, para o que existe uma infinita variedade de possíveis abordagens, todas podendo estar corretas de acordo com as regras.

Por favor, observe que exemplos integrais adicionais de registros de autoridade de acordo com a ISAAR podem ser encontrados no sítio do CIA/CND em <http://www.hmc.gov.uk/icacds/icacds.htm>

Exemplos completos

Exemplo 1 – Descrição de entidade coletiva

Idioma de descrição: inglês (EUA)

5.1 IDENTITY AREA		
5.1.1 Type of entity		Corporate body
5.1.2 Authorized form(s) of name		Department of State. Peace Corps. (03/03/1961-07/01/1971)
5.1.2 Authorized form(s) of name		ACTION. Peace Corps. (07/01/1971-1982)
5.1.2 Authorized form(s) of name		Peace Corps. (1982-)
5.1.4 Standardized forms of name according to other rules	AACR2R	Peace Corps (U.S.)
5.2 DESCRIPTION AREA		
5.2.1 Dates of existence		1961-
5.2.2 History		The Peace Corps was established as an operating agency in the Department of State by Department of State Delegation of Authority 85-11, effective March 3, 1961, pursuant to Executive Order (E.O.) 10924, March 1, 1961. It was recognized legislatively by the Peace Corps Act (75 Stat. 612), approved September 22, 1961. The Peace Corps was reassigned to the newly established ACTION by Reorganization Plan No. 1 of 1971, effective July 1, 1971. It was made autonomous within ACTION by E.O. 12137, May 16, 1979, and was made an independent agency by Title VI of the International Security and Development Corporation Act of 1981 (95 Stat. 1540), February 21, 1982. The Peace Corps administered and coordinated Federal international volunteer and related domestic volunteer programs including the areas of agricultural assistance, community development, education, environmental protection, and nation assistance.
5.2.5 Functions, occupations and activities		Agricultural assistance Community development Education Environmental protection Nation assistance
5.3 RELATIONSHIPS AREA		
<i>First Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Department of State.
	<i>Other form of name</i>	
5.3.2 Category of relationship		Hierarchical

5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Subordinate agency
	<i>Narrative</i>	
5.3.4 Dates of the relationship		03/03/1961-07/01/1971
	<i>Dates ISO 8601</i>	1961/03/03-1971/07/01
<i>Second Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	ACTION.
	<i>Other form of name</i>	
5.3.2 Category of relationship		Hierarchical
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Subordinate agency
	<i>Narrative</i>	
5.3.4 Dates of the relationship		07/01/1971-1982
	<i>Dates ISO 8601</i>	1971/01/01-1982
5.4 CONTROL AREA		
5.4.1 Authority record identifier		ARC ID 976172
5.4.2 Institution identifiers		DNA
5.4.3 Rules and/or conventions		U.S. National Archives and Records Administration, Lifecycle Data Requirements Guide (for creating the authorized form of the name).
5.4.4 Status		Approved
5.4.6 Dates of creation, revision or deletion		2001/11/03
5.4.7 Languages and scripts		English
5.4.8 Sources		National Archives Guide, Section 490.1
6 RELATING CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES TO ARCHIVAL MATERIALS AND OTHER RESOURCES		
<i>First Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Photographs of Arts and Culture in Ghana
	<i>Unique Identifier</i>	US DNA 558686
6.2 Type of related resource		Archival materials (series)
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		ca. 1970 (approximate date of the recordkeeping system)
<i>Second Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Photographs of Peace Corps Training in Hilo, Hawaii
	<i>Unique Identifier</i>	US DNA 558689
6.2 Type of related resource		Archival materials (series)
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1963 (date of the recordkeeping system)
<i>Third Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Remarks to Peace Corps Trainees
	<i>Unique Identifier</i>	US DNA 193889
6.2 Type of related resource		Archival materials (file)
6.3 Nature of relationship		Subject
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1962/09/08 (creation date of the file)

Exemplo 2 – Descrição de entidade coletiva
Idioma de descrição: espanhol (Espanha)

5.1 ÁREA DE IDENTIFICACIÓN		
5.1.1 Tipo de entidad		Institución
5.1.2 Forma(s) autorizadas del nombre		Consejo de Guerra
5.1.5 Otras formas del nombre		Consejo de la Guerra Consejo de Guerra y Marina Supremo Consejo de Guerra Real y Supremo Consejo de Guerra
5.2 ÁREA DE DESCRIPCIÓN		
5.2.1 Fechas de existencia	<i>Fechas a visualizar</i>	1516 (probable)/1834-03-24
	<i>Fechas ISO 8601</i>	1516/1834-03-24
5.2.2 Historia		No existe una fecha exacta de constitución del Consejo de Guerra. La primera mención data de 1516. Fue suprimido el 24 de marzo de 1834.
5.2.3 Lugar(es)		- Valladolid (sede habitual hasta 1561 y en 1601-1605) - Madrid (sede en 1561-1601 y 1606-1834)
5.2.4 Estatuto jurídico		Organismo de la Administración Central del Estado (1516 probable-1834)
5.2.5 Funciones, ocupaciones y actividades		La finalidad del Consejo de Guerra fue la resolución de todos los asuntos relacionados con el ámbito militar. Simultáneamente tuvo competencias judiciales y gubernativas. Por las primeras entendía en todas las causas civiles y criminales en las que intervenía personal militar. Por las segundas resolvía cuestiones de levas y reclutamientos, nombramientos de jefes militares, aprovisionamiento, construcción de navíos, preparación de armadas, fabricación de armamento, sistemas defensivos, hospitales, ejércitos permanentes de la Península (guardas y milicias...) En el siglo XVIII con la creación de la Secretaría del Despacho Universal de la Guerra las atribuciones del Consejo quedaron reducidas a cuestiones contenciosas y judiciales, asuntos de protocolo e interpretación de ordenanzas y reglamentos militares. El ámbito territorial de actuación se limitó a la Península, Islas Baleares y Canarias así como norte de África.
5.2.6 Atribucion(es)/ Fuente(s) legal(es)		- Instrucciones de 13-VI-1586 por las que se crean y definen las secretarías de Tierra y Mar. - Real Cédula de 14-IV-1646 sobre división de la Secretaría de Tierra en dos: Secretaría de Tierra - Cataluña y Secretaría de Tierra - Extremadura. - Real Decreto de 2-X-1706 reduciendo a una las dos secretarías del Consejo. - Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 23-IV-1714 - Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 23-VIII-1715. - Real Decreto de Nueva Planta para el Consejo de Guerra de 20-I-1717. - Real Cédula de Nueva Planta para el Supremo Consejo de la Guerra de 4-XI-1773. - Decreto de 24-III-1834 de supresión del Consejo de Guerra.

5.2.7 Estructura(s) interna(s)/ Genealogía		<p>Hasta 1586 la organización interna del Consejo de Guerra fue mínima. Con el Rey como presidente, el Consejo estaba constituido por varios consejeros y un secretario, que lo era a su vez de otros consejos, ayudado por oficiales, escribientes y restante personal subalterno.</p> <p>A partir de 1554 un auditor se encargaba de las materias judiciales y se amplía el número de consejeros, oscilando entre cinco y diez.</p> <p>En 1586 la Secretaría del Consejo de Guerra se desdobra en Secretaría de Tierra y Secretaría de Mar. El mayor control de dos áreas conflictivas determinó la división en 1646 de la Secretaría de Tierra en dos: Secretaría de Tierra-Cataluña y Secretaría de Tierra-Extremadura.</p> <p>Tras el advenimiento de la dinastía borbónica a principios del siglo XVIII sufrió sucesivas reorganizaciones administrativas acorde con sus nuevas funciones. Las secretarías se unificaron en 1706.</p> <p>En 1717 la planta del Consejo se redujo en cuanto a su número de consejeros, divididos en militares y togados, la presidencia recayó en el Secretario del Despacho de Guerra y la secretaría desaparece, tramitándose la actividad administrativa a través de la Escribanía de Cámara. La nueva planta del año 1773 reserva, como tradicionalmente ocurrió, la presidencia a la persona del Rey, amplia a veinte el número de consejeros, diez natos y diez asistentes, divididos en sala de gobierno y justicia, y de nuevo restituye la figura del secretario. La plantilla se completa con dos fiscales, tres relatores, un escribano de cámara, abogado, agente fiscal, procurador, oficiales, escribientes, alguaciles y porteros. Esta estructura permaneció prácticamente estable hasta su supresión en 1834.</p>
5.2.8 Contexto general		<p>La inexistencia en el Antiguo Régimen de un sistema reglado, sometido a una ley de procedimiento, dificulta la fijación exacta del periodo de vigencia del cuerpo normativo, que rara vez contempla este aspecto. Por ello, en el elemento 5.2.6 no se ha consignado el intervalo de fechas en que las fuentes de autoridad se aplican o están vigentes con plena eficacia legal.</p>

5.3 ÁREA DE RELACIONES

Primera Relación

5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Consejo Real de Castilla
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00002
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Predecesor
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1516 (probable)
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1516

Segunda Relación

5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Tribunal Supremo de Guerra y Marina
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00003
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Sucesor
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1834-03-24

<i>Tercera Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Ministerio de la Guerra
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00004
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Sucesor
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1834
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1834
<i>Cuarta Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Secretaría del Despacho de Guerra
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00005
5.3.2 Naturaleza de la relación		Asociativa
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Secretaría del Despacho de Guerra era la encargada de la dirección y ejecución de la política militar terrestre. Para este fin mantenía una relación estrechísima con el Consejo en la tramitación administrativa de los expedientes relativos a sus competencias. El Secretario del Despacho fue en algún periodo presidente del propio Consejo.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1717-01-20/1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1717-01-20/1834-03-24
<i>Quinta Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Secretaría del Despacho de Marina
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00006
5.3.2 Naturaleza de la relación		Asociativa
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Secretaría del Despacho de Marina era la encargada de la dirección de la política militar marítima. Para ello mantenía una relación estrechísima con el Consejo en la tramitación administrativa de los expedientes relativos a sus competencias.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1717-01-20/1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1717-01-20/1834-03-24
<i>Sexta Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Consejo de Estado
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00007
5.3.2 Naturaleza de la relación		Asociativa
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	El Consejo de Estado durante los siglos XVI y XVII era el órgano competente en el diseño de la política de paz y guerra así como en el desarrollo de la política militar extra-peninsular (Flandes e Italia). A lo largo del siglo XVIII ejerció un papel de asesor del Consejo de Guerra en estas materias y en algunos periodos de dicho siglo compartieron miembros.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1526 (probable)/1834-03-24
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1526/1834-03-24

<i>Séptima Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Contaduría del Sueldo
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00008
5.3.2 Naturaleza de la relación		Asociativa
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Contaduría del Sueldo mantuvo durante los siglos XVI y XVII una correspondencia directa e intensa con el Consejo de Guerra por tratarse de un organismo de la Contaduría Mayor de Hacienda encargado de la información, registro y control de los pagos al ejército.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1516 (probable)/1705
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1516/1705
<i>Octava Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Contaduría Mayor de Cuentas
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00009
5.3.2 Naturaleza de la relación		Asociativa
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	La Contaduría Mayor de Cuentas fue el órgano de intervención y fiscalización del gasto ocasionado por la política y administración militar.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1516 (probable)/1828
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1516/1828
<i>Novena Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Consejo de Hacienda
	<i>Identificador del registro de autoridad</i>	ES47161AGS/RA00010
5.3.2 Naturaleza de la relación		Asociativa
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción específica</i>	Entidad relacionada por tramitación administrativa
	<i>Forma narrativa</i>	El Consejo de Hacienda tuvo durante los siglos XVI y XVII la responsabilidad de dirigir y controlar la política de financiación de la guerra. Para el desenvolvimiento de la actividad administrativa que el ejercicio de estas funciones conlleva el Consejo de Guerra necesitaba inexcusablemente el concurso del Consejo de Hacienda. Por esta razón sus miembros formaron parte junto con los del Consejo de Guerra de todas las Juntas específicas de la actividad militar: Junta de Presidios, Junta de Armadas, Junta de Fronteras, Junta del Almirantazgo... etc.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1523/1834-03-24
	<i>ISO 8601</i>	1523/1834-03-24
5.4 ÁREA DE CONTROL		
5.4.1 Identificador del registro de autoridad		ES47161AGS/RA00001
5.4.2 Identificador(es) de la Agencia	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Archivo General de Simancas
	<i>Código</i>	ES-47161AGS
	<i>Norma de identificación</i>	ISO 15511 - <i>Information and documentation - International standard identifier for libraries and related organizations (ISIL)</i> , Geneva: International Organization for Standardization, 2003.

5.4.3 Reglas y/o convenciones		<ul style="list-style-type: none"> - Norma de estructura de datos básica: ISAAR (CPF) - <i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i>, 2nd ed., Canberra: International Council on Archives, 2004. - Norma de contenido de datos: Reglas de catalogación. Ed. nuevamente rev. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, Centro de publicaciones: Boletín Oficial del Estado, 1999. - Norma de codificación de fechas: ISO 8601 - <i>Data elements and interchange formats - Information interchange - Representation of dates and times</i>, 2nd ed., Geneva: International Organization for Standardization, 2000. - Norma de codificación de país: ISO 3166 - <i>Codes for the representation of names of countries</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 1997. - Norma de codificación de institución: ISO 15511 - <i>Information and documentation - International standard identifier for libraries and related organizations (ISIL)</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 2003. - Norma de codificación de lengua: ISO 639-2 - <i>Codes for the representation of names of languages, Alpha-3 code</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 1998. - Norma de codificación de escritura: ISO 15924 - <i>Codes for the representation of names of scripts</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 2001. - Norma de referencias bibliográficas: ISO 690 - <i>Documentation - Bibliographic references - Content, form and structure</i>, Geneva: International Organization for Standardization, 1987.
5.4.4 Estado		Finalizado
5.4.5 Nivel de detalle		Completo
5.4.6 Fechas de creación, revisión o eliminaciones	<i>Fecha ISO 8601 de creación</i>	2002-10-25
	<i>Fecha ISO 8601 de revisión</i>	2003-12-05
5.4.7 Lengua(s) y escritura(s)		Español en escritura latina.
	<i>Código ISO 639-2</i>	spa
	<i>Código ISO 15024</i>	latn
5.4.8 Fuentes		<p>ANDÚJAR CASTILLO, Francisco. Consejo y consejeros de Guerra en el siglo XVIII. Granada: Universidad de Granada, 1996.</p> <p>DOMÍNGUEZ NAFRÍA, Juan Carlos. El Real y Supremo Consejo de Guerra (siglos XVI-XVIII). Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.</p> <p>FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. Los Consejos de Estado y Guerra de la monarquía hispana en tiempos de Felipe II (1548-1598). [Valladolid]: Consejería de Educación y Cultura, 1998.</p> <p>FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. El gobierno de los asuntos de la guerra en Castilla durante el reinado del emperador Carlos V (1516-1558). In <i>Intrex : Instituciones y elites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI</i>. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1992, p. 47-105.</p> <p>GOODMAN, David. Spanish naval power, 1589-1665: reconstruction and defeat. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.</p> <p>OYA OZORES, Francisco de. Promptuario del Consejo de Guerra, y Jurisdiccion Militar, en que se refieren el instituto, gobierno, y facultades de este Supremo Tribunal, y los casos en que compete, ó se limita el fuero militar..., según Ordenanzas, y Reales resoluciones. [Madrid]: [s.n.], 1740.</p> <p>THOMPSON, I.A.A. Guerra y decadencia: gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560-1620. Barcelona: Crítica, 1981.</p>
5.4.9 Notas de mantenimiento		Registro de autoridad creado por Julia Rodríguez de Diego.

6 RELACIÓN DE INSTITUCIONES, PERSONAS Y FAMILIAS CON DOCUMENTOS DE ARCHIVO Y OTROS RECURSOS		
<i>Primer Recurso Relacionado</i>		
6.1 Identificadores y títulos de los recursos relacionados	<i>Título</i>	Consejo de Guerra
	<i>Identificador único</i>	ES47161AGS/10
6.2 Tipos de recursos relacionados		Fondo
6.3 Naturaleza de las relaciones		Productor
6.4 Fechas del recursos relacionado y/o de las relaciones	<i>Fechas a visualizar</i>	1386/1706
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1386/1706
	<i>Tipo de fecha</i>	Fechas de formación
<i>Segundo Recurso Relacionado</i>		
6.1 Identificadores y títulos de los recursos relacionados	<i>Título</i>	"Depósito de la Guerra"
	<i>Identificador único</i>	ES28079AGMM/1
6.2 Tipos de recursos relacionados		Colección
6.3 Naturaleza de las relaciones		Productor
6.4 Fechas del recursos relacionado y/o de las relaciones	<i>Fechas a visualizar</i>	1568 /1738
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1568 /1738
	<i>Tipo de fecha</i>	Fechas de creación

Exemplo 3 – Descrição de entidade coletiva
Idioma de descrição: espanhol (México)

5.1 ÁREA DE IDENTIFICACIÓN		
5.1.1 Tipo de entidad		Institución
5.1.2 Forma(s) autorizadas del nombre		Real Lotería de la Nueva España
5.1.5 Otras formas del nombre		Lotería Real Lotería Real Casa de Lotería Real Lotería General de la Nueva España Lotería Moderna (1812) Lotería Real (1814) Renta de Lotería del Imperio de México (1821) Lotería Nacional (1832/1842)
5.2 ÁREA DE DESCRIPCIÓN		
5.2.1 Fechas de existencia	<i>Fechas a visualizar</i>	1767/1842
	<i>Fecha ISO 8601</i>	1767/1842
5.2.2 Historia		<p>Con el fin de crear una nueva fuente de ingresos para la Real Hacienda en la Nueva España, el Rey Español Carlos III aprobó el proyecto para el establecimiento de la Real Lotería de la Nueva España. Las ordenanzas para Lotería fueron emitidas en 1769. El 25 de septiembre de 1770 celebraron los primeros sorteos con un fondo de 84,000 pesos.</p> <p>En 1781 el Virrey Don Martín de Mayorga otorgó la primera aportación de la Real Lotería para la Beneficencia Pública, siendo esta al Hospicio de pobres.</p> <p>Durante la guerra de independencia que inició en Nueva España en 1810, hubo varios cambios para la Real Lotería de la Nueva España, entre ellos, el Virrey Félix María Calleja instituyó loterías forzosas en la capital y en los Estados para obligar a comprar billetes a todos los empleados del Gobierno Nobleza, Ejército y Clero y de esta manera recabar fondos para combatir a la insurgencia. A su vez, debido a las ideas independentistas, la Real Lotería fue cambiada de nombre varias veces. Entre otros se le llamó Lotería Moderna (1812), Lotería Real (1814), Renta de Lotería del Imperio de México (1821) o Lotería Nacional (1832).</p>
5.2.3 Lugar(es)		Ciudad de México Nueva España y sus provincias Estados de la República Mexicana
5.2.4 Estatuto jurídico		Organismo de la Administración Central del Estado, 1769
5.2.5 Funciones, ocupaciones y actividades		<p>En su origen, la Real Lotería se encargó de efectuar sorteos en la ciudad de México y las provincias de la Nueva España. Entre otras funciones dió instrucciones precisas acerca del manejo de los fondos y de los billetes, incluyendo los castigos por fraude y malversación de fondos. La Real Lotería otorgó en muchos casos concesiones de rifas de billetes a instituciones religiosas y de caridad para que el producto de las rifas se destinara a reconstruir edificios, curar enfermos y sostener indigentes.</p> <p>En otro momento la lotería permitió financiar los gastos de la guerra de independencia de 1810 o de la construcción de la vía Ferrocarril México-Toluca.</p>
5.2.6 Atribución(es)/ Fuente(s) legal(es)		Ordenanzas de la Real Hacienda de la Nueva España, 1769 Bando Real publicado el 19 de septiembre de 1770
5.2.7 Estructura(s) interna(s)/ Genealogía		<p>En su origen la Lotería en la Nueva España estaba presidida por un director, un oficial mayor, un colector, un contador, así como colectores foráneos encargados de recaudar el producto de la Lotería en las provincias de la Nueva España.</p> <p>Durante la guerra de la independencia de 1810, el Virrey Félix María Calleja instituyó dos Loterías forzosas, una para la Capital y otra para los Estados, ambas dependientes de la Real Lotería.</p>

5.3 ÁREA DE RELACIONES		
<i>Primera Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Real Hacienda
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN98
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción precisa</i>	Predecesor
	<i>Descripción narrativa</i>	La Real Hacienda se fundó en el siglo XV como parte de la estructura institucional del Virreynato de la Nueva España. Entre los ramos que la conformaban destacan los relacionados con los impuestos perpetuos. Otros ramos eran los que tenían un destino particular y piadoso como bulas, diezmos y otros ingresos como los impuestos al tabaco, naipes y azogue. De la existencia de estos ramos derivó el interés de la Real Hacienda por crear la lotería como una instancia independiente dedicada a realizar sorteos públicos para obtener recursos.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1650/1800
	<i>Fecha/s ISO</i>	1650/1800
<i>Segunda Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería de la Academia Nacional de San Carlos
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN67
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	En 1842 se publicó el decreto que consignaba la renta de la Lotería Nacional a la Academia de San Carlos. Así fue que la Lotería ayudó a otorgar recursos a la Academia de San Carlos para comprar obras de arte, dar becas a los alumnos para estudiar en Europa y traer maestros del extranjero.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1842/1861
	<i>Fecha/s ISO</i>	1842/1861
<i>Tercera Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Nacional
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN67
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	En 1861 el Presidente de México Benito Juárez, establece oficialmente la Lotería Nacional, que entre otras funciones tendría la de sostener a las escuelas de Bellas Artes, Agricultura y Casa de Cuna.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1861/1877
	<i>Fecha/s ISO</i>	1861/1877

<i>Cuarta Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería para la Beneficencia Pública
	<i>Identificador único</i>	MX9AGN67
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	En 1877 el Ministerio de Gobernación emitió una circular para instituir la creación de la Dirección de Beneficencia Pública, la cual dependerá de dicho Ministerio y administraría todos los hospitales, hospicios, casas de corrección y establecimientos de beneficencia. En abril de ese año, la Junta Directiva de la Beneficencia Pública solicitó la creación de la Lotería para la Beneficencia Pública, la cual fue autorizada.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1877/1881
	<i>Fecha/s ISO</i>	1877/1881
<i>Quinta Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Auxiliar para Obras Públicas
	<i>Identificador único</i>	MX9ALNAP
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	A partir de 1881 la lotería siguió orientada a fomentar la beneficencia y se dedicó también a la construcción de edificios públicos.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1881/1915
	<i>Fecha/s ISO</i>	1881/1915
<i>Sexta Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Nacional para la Beneficencia Pública
	<i>Identificador único</i>	MX9ALNAP
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	Después de 1881, la lotería siguió funcionando y entre 1915 y 1920 fue suspendida por decisión del Presidente de la República Venustiano Carranza. En 1920 se restableció nuevamente con el nombre de Lotería Nacional para la Beneficencia Pública.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1920/1960
	<i>Fecha/s ISO</i>	1920/1960
<i>Séptima Relación</i>		
5.3.1 Nombre(s)/ Identificador(es) de instituciones, personas o familias relacionadas	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Lotería Nacional para la Asistencia Pública
	<i>Identificador único</i>	MX9ALNAP
5.3.2 Naturaleza de la relación		Temporal
5.3.3 Descripción de la relación	<i>Descripción precisa</i>	Sucesor
	<i>Descripción narrativa</i>	A partir de 1960 se creó la Lotería Nacional para la Asistencia Pública que rige hasta el día de hoy.
5.3.4 Fechas de la relación	<i>Fechas a visualizar</i>	1960/2002
	<i>Fecha/s ISO</i>	1960/2002

5.4 ÁREA DE CONTROL		
5.4.1 Identificador del registro de autoridad		MX9AGN67
5.4.2 Identificador(es) de la Agencia	<i>Forma autorizada del nombre</i>	Archivo General de la Nación
	<i>Código ISO 15511</i>	MX9AGN
5.4.3 Reglas y/o convenciones		<p>- Norma de estructura de datos básica: ISAAR (CPF) - International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families, Draft 2nd ed., Madrid: International Council on Archives, 12-15 June 2002.</p> <p>- Norma de codificación de fechas: ISO 8601 - Data elements and interchange formats -information interchange- Representation of dates and times, 2nd. ed., Geneve: International Standards Organisation, 2000.</p> <p>- Norma de codificación de país: ISO 3166. Codes for the representation of names of countries, Geneve: International Standards Organisation, 1977.</p> <p>- Norma de Codificación de lengua: ISO 15924 - Codes for the representation of names of scripts, Geneve: International Standards Organisation, 2001.</p> <p>- Listado Oficial para codificar los Estados y Municipios de la República Mexicana, Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, 2002.</p>
5.4.4 Estado		Versión final
5.4.5 Nivel de detalle		Completo
5.4.6 Fechas de creación, revisión o eliminaciones	<i>Fechas a visualizar</i>	2002-12-16
	<i>Fecha/s ISO 8601</i>	2002-12-16
5.4.7 Lengua(s) y escritura(s)	<i>Datos a visualizar</i>	Español en escritura latina
	<i>Código de lengua ISO 639-2</i>	spa
	<i>Código de escritura ISO 15024</i>	latn
5.4.8 Fuentes		
	<i>Notas</i>	Significado de las siglas citadas: AGN: Archivo General de la Nación de México ALNAP: Archivo de la Lotería Nacional para la Asistencia Pública
5.4.9 Notas de mantenimiento	<i>Responsable de la creación del registro de autoridad</i>	Juan Manuel Herrera y Yolia Tortolero, Archivo General de la Nación, México.

Exemplo 4 – Descrição de entidade coletiva
Idioma de descrição: português (Brasil)

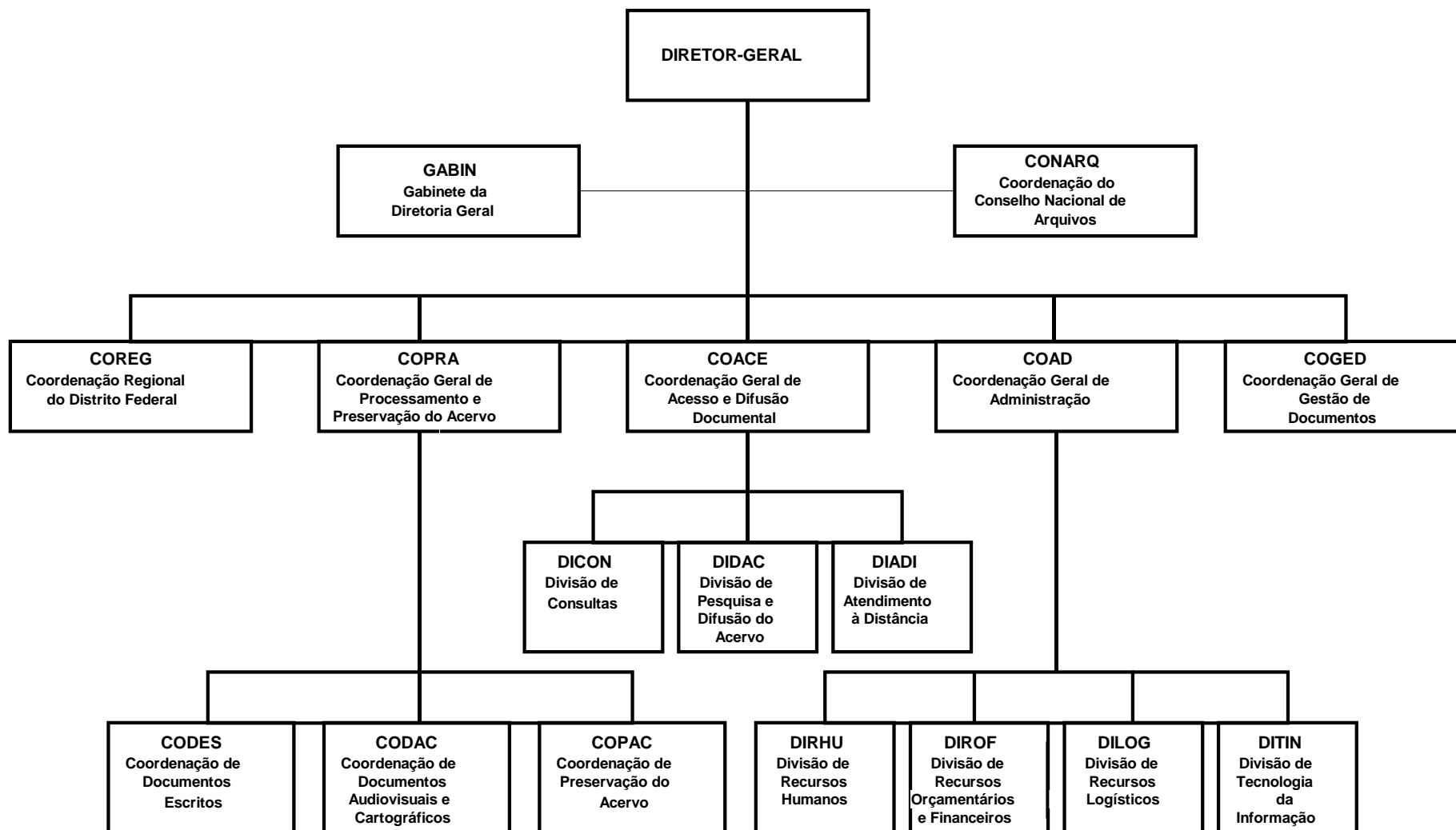
5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
5.1.1 Tipo de entidade	Entidade coletiva
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Arquivo Nacional (Brasil)
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	Brasil. Arquivo Nacional [cf. AACR2]
5.1.5 Outras formas do nome	Arquivo Público do Império (1838-1890) Archivo Público do Império Arquivo Público Nacional (1890-1911) Archivo Público Nacional Arquivo Nacional (1911-) Archivo Nacional
5.1.6 Identificadores para entidades coletivas	04.374.067/0001-47 (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ) 00320 (nº da unidade protocolizadora no Governo Federal)
5.2 ÁREA DE DESCRIÇÃO	
5.2.1 Datas de existência	1838 - <i>Datas ISO 8601</i>
5.2.2 História	<p>Previsto na Constituição de 1824, o Arquivo Público do Império foi estabelecido na Secretaria dos Negócios do Império pelo regulamento nº 2, de 2/1/1838. Tinha por competência a guarda dos diplomas legais dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, dos documentos eclesiásticos, dos relativos à família imperial e às relações exteriores. Em 3/3/1860, o decreto nº 2.541 reorganizou o órgão, que passou a guardar e classificar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia do Brasil.</p> <p>Em 21/11/1890, pelo decreto nº 10, o Arquivo Público do Império teve seu nome alterado para Arquivo Público Nacional, mantendo-se na Secretaria dos Negócios do Interior. Em 3/12/1892, o decreto nº 1.160 o transferiu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.</p> <p>Em 21/11/1958, o decreto nº 44.862 aprovou uma nova competência para o órgão: preservar os documentos de valor administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos da União e entidades de direito privado por ela instituídas, e os de valor histórico, provenientes de entidades públicas ou particulares; possibilitar seu uso aos órgãos governamentais e particulares e promover a pesquisa histórica, realizá-la, e divulgar a história pátria, visando a educação cívica do brasileiro.</p> <p>Em 15/10/1975, a portaria nº 600-B do Ministério da Justiça determinou que o órgão tinha por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental do país com o objetivo de divulgar o conteúdo científico cultural e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional.</p> <p>A portaria nº 384, de 12/7/1991, do Ministério da Justiça, aprovou um novo regimento interno para o Arquivo Nacional, que se tornou o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. Sua finalidade, desde então, é executar a gestão, o recolhimento, a guarda, a preservação e a restauração do acervo arquivístico da Administração Pública Federal, bem como dos documentos privados de interesse público, sob sua guarda, garantindo o acesso público às informações neles contidas, com o objetivo de apoiar o governo nas suas decisões político-administrativas, o cidadão na defesa dos seus direitos, divulgando o conteúdo de natureza técnica, científica e cultural, incentivando a pesquisa e implementando a política arquivística do Governo Federal, visando a racionalização e a diminuição dos custos públicos.</p> <p>Em junho de 2000 várias medidas provisórias com o objetivo de dar melhores condições ao combate à violência na sociedade brasileira são editadas e reeditadas, implicando reorganização ministerial. No conjunto dessas mudanças, o Arquivo Nacional tem sua subordinação transferida do Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República, ato finalmente consolidado pela medida provisória nº 2.049-2, de 29/6/2000.</p>
5.2.3 Locais	Sediado no Rio de Janeiro e dispendo de uma coordenação regional no Distrito Federal, em Brasília, atua em todo o território nacional.
5.2.4 Status legal	Órgão público do Executivo Federal, da administração direta.
5.2.5 Funções, ocupações e atividades	Gestão e recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, preservação e acesso aos documentos sob sua guarda e acompanhamento e implementação da política nacional de arquivos, na forma do disposto no art. 2º do decreto nº 3.843, de 13/6/2001.

5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 4.915, de 12/12/2003, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências; - Decreto nº 4.073, de 3/1/2002, que regulamenta a lei nº 8.159, de 8/1/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; - Portaria nº 16, de 4/7/2001, da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre o regimento interno do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República; - Medida provisória nº 2.049-2, de 29/6/2000, que altera dispositivos da lei nº 9.649, de 27/5/1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências [entre elas a transferência do Arquivo Nacional para a estrutura da Casa Civil da Presidência da República]; - Medida provisória nº 2.045-1, de 28/6/2000, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de armas de fogo e dá outras providências [entre elas a transferência do Arquivo Nacional para a Casa Civil da Presidência da República]; - Medida provisória nº 2.029, de 20/6/2000, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de armas de fogo e dá outras providências [entre elas a transferência do Arquivo Nacional para a Casa Civil da Presidência da República]; - Portaria nº 617, de 17/8/1994, que aprova o regimento interno do Arquivo Nacional; - Decreto nº 1.173, de 29/6/1994, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR; - Portaria nº 173, de 8/4/1992, que aprova o regimento interno do Arquivo Nacional; - Portaria nº 384, de 12/7/1991, do Ministério da Justiça, que aprova novo regimento interno para o Arquivo Nacional; - Lei nº 8.159, de 8/1/1991 [Lei de Arquivos], que dispõe sobre a política nacional de arquivos e dá outras providências; - Constituição Federal de 1988, artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos; - Decreto nº 82.308, de 25/9/1978, que institui o Sistema Nacional de Arquivo – SINAR [sendo seu órgão central o Arquivo Nacional]; - Portaria nº 600-B, de 15/10/1975, do Ministério da Justiça, que aprova o regimento interno do Arquivo Nacional; - Decreto nº 44.862, de 21/11/1958, que aprova o regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; - Decreto nº 16.036, de 14/5/1923, que aprova o regulamento para o Arquivo Nacional; - Decreto nº 14.852, de 1/6/1921, que modifica diversos artigos do regulamento do Arquivo Nacional aprovado pelo Decreto nº 9.197, de 9/12/1911; - Decreto nº 9.197, de 9/12/1911, que aprova novo regulamento do Arquivo Nacional; - Decreto nº 1.580, de 31/10/1893, que manda executar o regulamento anexo que reforma o Arquivo Público Nacional; - Decreto nº 1.160, de 6/12/1892, que dá regulamento à Secretaria da Justiça e Negócios Interiores [e subordina o Arquivo Público Nacional à 1ª Seção da Diretoria do Interior]; - Lei nº 23, de 30/10/1891, que reorganiza os serviços da Administração Federal, [e que no art. 4 transfere para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores serviços que pertenciam ao Ministério do Interior]; - Decreto nº 10, de 21/11/1890, que muda a denominação do Arquivo Público do Império para Arquivo Público Nacional; - Decreto nº 6.164, de 24/3/1876, que reorganiza o Arquivo Público do Império; - Decreto nº 2.541, de 3/3/1860, que reorganiza o Arquivo Público do Império; - Decreto nº 2, de 2/1/1838, que manda executar o regulamento nº 2, que dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império; - Constituição de 1824, art. 70, que determina a guarda do original de lei assinada pelo imperador e referendada pelo secretário de Estado competente no Arquivo Público [ainda não criado].
5.2.7 Estruturas internas/ Genealogia	<p>Tem como órgãos de assistência direta e imediata ao diretor-geral o Gabinete da Diretoria Geral e a Coordenação do Conselho Nacional de Arquivos. Como órgãos específicos e singulares, a Coordenação Geral de Gestão de Documentos, a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, integrada pela Coordenação de Documentos Escritos, pela Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos e pela Coordenação de Preservação do Acervo, a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental, integrada pela Divisão de Consultas, pela Divisão de Atendimento à Distância e pela Divisão de Pesquisa e Difusão do Acervo, a Coordenação Geral de Administração e a Coordenação Regional no Distrito Federal. Ver também Apêndice 1.</p>
5.2.8 Contexto geral	<p>A instituição foi criada no contexto da formação do Estado Nacional, sendo já prevista na 1ª Constituição (1824), dois anos após a proclamação da Independência. Durante o período imperial, como o país era uma monarquia centralizada, reuniu também documentos de origem provincial. Com a República, dado seu caráter federativo, passou a atuar principalmente no âmbito do Executivo Federal. O Arquivo Nacional custodia acervo oriundo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, documentação cartorária e privada, esta de pessoas, famílias e instituições.</p>

5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS		
<i>Primeiro relacionamento</i>		
5.3.1 Nomes/ identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Brasil. Presidência da República. Casa Civil
	<i>Identificadores</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento	Hierárquica	
5.3.3 Descrição do relacionamento	<i>Título Narrativa</i>	Subordinado à Casa Civil da Presidência da República
5.3.4 Datas do relacionamento		2000-
	<i>Datas ISO 8601</i>	
<i>Segundo relacionamento</i>		
5.3.1 Nomes/ identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Conselho Nacional de Arquivos (Brasil)
	<i>Identificadores</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento	Associativa	
5.3.3 Descrição do relacionamento	<i>Título Narrativa</i>	O diretor-geral do Arquivo Nacional é o presidente do Conselho Nacional de Arquivos
5.3.4 Datas do relacionamento		1991-
	<i>Datas ISO 8601</i>	
<i>Terceiro relacionamento</i>		
5.3.1 Nomes/ identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	International Council on Archives = Conseil International des Archives
	<i>Identificadores</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento	Associativa	
5.3.3 Descrição do relacionamento	<i>Título Narrativa</i>	É membro do International Council on Archives (ICA = CIA) [Conselho Internacional de Arquivos].
5.3.4 Datas do relacionamento		1970-
	<i>Datas ISO 8601</i>	
<i>Quarto relacionamento</i>		
5.3.1 Nomes/ identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Asociación Latinoamericana de Archivos
	<i>Identificadores</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento	Associativa	
5.3.3 Descrição do relacionamento	<i>Título Narrativa</i>	É membro da Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA).
5.3.4 Datas do relacionamento		1973-
	<i>Datas ISO 8601</i>	

5.4 ÁREA DE CONTROLE	
5.4.1 Identificador do registro de autoridade	BR AN E 1r
5.4.2 Identificadores da instituição	Arquivo Nacional (Brasil) BR AN
5.4.3 Regras e/ou convenções	International Council on Archives. <i>ISAAR (CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families</i> . 2. ed. Canberra, 2003. p. Associação Brasileira de Normas Técnicas. <i>NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração</i> . Rio de Janeiro, 2000. 22 p.
5.4.4 Status	Versão preliminar
5.4.5 Nível de detalhamento	Resumido
5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência	Criação: 19/12/2002
5.4.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita(s)	Português
5.4.8 Fontes	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). <i>Arquivo Nacional</i> . Rio de Janeiro, 2002. 51 p. CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. <i>Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império</i> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. 356p. (Publicações do Arquivo Nacional, 35)
5.4.9 Notas de manutenção	Autor: Vitor Manoel Marques da Fonseca
6 RELACIONANDO ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E OUTROS RECURSOS	
<i>Primeiro recurso relacionado</i>	
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i> Arquivo Nacional <i>Identificadores</i> BR AN AN
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Fundo
6.3 Natureza dos relacionamentos	Produtor
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<i>Datas ISO 8601</i> 1838-
<i>Segundo recurso relacionado</i>	
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). <i>Inventário sumário da documentação permanente do fundo Arquivo Nacional</i> . Rio de Janeiro, 1994. 102 p. <i>Identificadores</i>
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Instrumento de pesquisa
6.3 Natureza dos relacionamentos	Autor
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<i>Datas ISO 8601</i> 1994
<i>Terceiro recurso relacionado</i>	
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i> http://www.arquivonacional.gov.br <i>Identificadores</i>
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Site na web
6.3 Natureza dos relacionamentos	Autor e proprietário
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<i>Datas ISO 8601</i> 2000-

APÊNDICE 1



Exemplo 5 – Descrição de pessoa
Idioma de descrição: inglês (Austrália)

5.1 IDENTITY AREA		
5.1.1 Type of entity		Person
5.1.2 Authorized form of name		Mabo, Eddie, 1936-1992
5.1.5 Other forms of name		Mabo, Edward Koiki, 1936-1992
5.2 DESCRIPTION AREA		
5.2.1 Dates of existence		1936-1992
	<i>Dates ISO 8601</i>	1936/1992-01-21
5.2.2 History		<p>29 June 1936 - Born on Mer, the son of Robert Zezou Sambo and Annie Mabo of the Piadaram clan. Because his mother died in childbirth, he was adopted under customary law by his uncle Benny Mabo and aunt Maiga.</p> <p>1953-57 - Worked on trochus fishing luggers out of Mer.</p> <p>1957 - Left Mer and moved to the mainland. Worked at various jobs including canecutter and railway labourer.</p> <p>1959 - Married Bonita Nehow (born 1943).</p> <p>1960-61 - Union representative, Townsville-Mount Isa rail construction project.</p> <p>1962-67 - Worked for the Townsville Harbour Board.</p> <p>1962-69 - Secretary, Aboriginal and Torres Strait Islander Advancement League.</p> <p>1967 - Helped organise seminar in Townsville: 'We the Australians: What is to Follow the Referendum?'</p> <p>1967-71 - Worked as gardener-groundsman, James Cook University</p> <p>1973 - Mabo and family travelled to Thursday Island en route to Mer with the intention of visiting Mabo's dying father, but were denied entry to Mer.</p> <p>1973-83 - Director, Black Community School, Townsville.</p> <p>1974-78 - Member of the Aboriginal Arts Council.</p> <p>1975-80 - President, Yumba Meta Housing Association.</p> <p>1975-78 - Member, National Aboriginal Education Committee.</p> <p>1978-81 - Assistant Vocational Officer, Aboriginal Employment and Training Branch Commonwealth Employment Service.</p> <p>1978-79 - Member, Australian Institute of Aboriginal Studies Education Advisory Committee.</p> <p>1981-84 - Pursued Diploma of Teaching, Townsville College of Advanced Education/James Cook University.</p> <p>1981 - Conference on land rights at James Cook University. Decision to take the Murray Islanders' land case to the High Court.</p> <p>1982 - Land rights case launched. Plaintiffs were Mabo, Sam Passi, Father Dave Passi, James Rice and Celuia Mapo Salee.</p> <p>1986-87 - Director, ABIS Community Cooperative Society Ltd, Townsville.</p> <p>1986-87 - Assistant Director, Aboriginal Arts, Melbourne Moomba Festival.</p> <p>1987-88 - Employed by the Department of Aboriginal Affairs as Community Arts Liaison Officer, 5th Festival of Pacific Arts, Townsville.</p> <p>1987-88 - Vice-Chairman, Magani Malu Kes.</p> <p>1988 - High Court ruled the <i>Queensland Coast Islands Declaratory Act</i> 1985 contrary to the Commonwealth <i>Racial Discrimination Act</i> 1975.</p> <p>21 Jan. 1992 - Edward Koiki Mabo died in Brisbane.</p> <p>3 June 1992 - High Court delivered a 6:1 verdict in favour of Mabo, <i>Mabo v State of Queensland (No. 2)</i> (1992) 175 CLR 1, overturning the 205-year-old legal doctrine of <i>terra nullius</i>.</p> <p>26 Jan. 1993 - <i>The Australian</i> announced Eddie Mabo its 1992 Australian of the Year.</p>
5.2.3 Places		Mer [Murray Island], Torres Strait (1936-1957) Townsville, Queensland (c.1960-1992)

5.2.5 Functions, occupations and activities		Trochus fisherman Sugarcane cutter Railway labourer Trade union official Waterfront worker Indigenous community leader Gardener Vocational officer Teacher Legal aid officer Indigenous arts administrator Indigenous land rights plaintiff
5.2.6 Mandates/sources of authority		Torres Strait customary law
5.2.8 General context		Edward Koiki Mabo was born in 1936 on the island of Mer, one of the Murray Islands, which are located at the eastern extremity of Torres Strait. In June 1992, six months after his death, Mabo achieved national prominence as the successful principal plaintiff in the landmark High Court ruling on native land title. The High Court ruling, for the first time, gave legal recognition to the fact that indigenous land ownership existed in Australia before European settlement and that, in some cases, this land tenure was not subsequently extinguished by the Crown.
5.3 RELATIONSHIPS AREA		
<i>First Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Mabo, Bonita, 1943-
	<i>Other form of name</i>	Nehow, Bonita, 1943-
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		Spouse
5.3.4 Dates of the relationship		1959-1992
	<i>ISO 8601</i>	1959/1992-01-21
<i>Second Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Aboriginal and Torres Strait Islander Advancement League
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Secretary
	<i>Narrative</i>	Mabo resigned from the League because of the involvement of people he considered to be insincere 'do-gooders'. He then established the all-black Council for the Rights of Indigenous People.
5.3.4 Dates of the relationship		1962-1969
	<i>ISO 8601</i>	1962/1969
<i>Third Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Black Community School, Townsville, Qld
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Director
	<i>Narrative</i>	Mabo was Director of this School, the first of its kind established in Australia, throughout the ten years of its existence. The School, which was an independent school funded by the Commonwealth, was forced to close in 1983 because the lease on its site had expired and the School was unable to secure another site.
5.3.4 Dates of the relationship		1973-1983
	<i>ISO 8601</i>	1973/1983

<i>Fourth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	James Cook University of North Queensland
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship		Employee
	<i>Title</i>	Gardener-Groundsman
5.3.4 Dates of the relationship		1967-1971
	<i>ISO 8601</i>	1967/1971
<i>Fifth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	James Cook University of North Queensland
	<i>Predecessor</i>	Townsville College of Advanced Education
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship		Student
	<i>Narrative</i>	Mabo enrolled in a Diploma of Teaching course at Townsville College of Advance Education in 1981. In 1982, the College of Advanced Education amalgamated with the James Cook University of North Queensland. Mabo eventually decided not to become a teacher because he felt he was unsuited to classroom situations.
5.3.4 Dates of the relationship		1981-1984
	<i>ISO 8601</i>	1981/1984
<i>Sixth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Council for the Rights of Indigenous People
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	President
	<i>Narrative</i>	Established in 1970 as a break away from the Aboriginal and Torres Strait Islander Advancement League, this all-black Council established a legal aid service, a medical service and the Black Community School in Townsville.
5.3.4 Dates of the relationship		1970-c.1983
	<i>ISO 8601</i>	1970/c.1983
<i>Seventh Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Yumba Meta Housing Association
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	President
	<i>Narrative</i>	The Yumba Meta Housing Association acquired houses in Townsville using Commonwealth funds and was responsible for renting them to black tenants. Mabo was President of the Association, 1975-80. During the period 1978-80, Mabo's presidency was contested by a group of disaffected members and evicted tenants who formed a new Board of Directors.
5.3.4 Dates of the relationship		1975-1980
	<i>ISO 8601</i>	1975/1980
<i>Eighth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Australia. National Aboriginal Education Committee
5.3.2 Category of relationship		Associative

5.3.3 Description of relationship		Committee member
	<i>Narrative</i>	The National Aboriginal Education Committee was set up to provide advice to the Minister of Education and the Department of Education on Aboriginal views on the educational needs of Aboriginal people, and to monitor existing policies and programs. Mabo became involved in this Committee through his work for the Black Community School, and was a Committee member between 1975 and 1978.
5.3.4 Dates of the relationship		1975-1978
	<i>ISO 8601</i>	1975/1978
<i>Ninth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Australia. Commonwealth Employment Service. Aboriginal Employment and Training Branch
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship		Employee
	<i>Title</i>	Assistant Vocational Officer
5.3.4 Dates of the relationship		1978-1981
	<i>ISO 8601</i>	1978/1981
<i>Tenth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	ABIS Community Cooperative Society Ltd (Townsville, Qld)
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Director
	<i>Narrative</i>	The ABIS Community Cooperative Society was a Townsville-based Aboriginal and Islander cooperative housing association.
5.3.4 Dates of the relationship		1986-1987
	<i>ISO 8601</i>	1986/1987
<i>Eleventh Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Moomba Festival (Melbourne, Vic.)
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship		Employee
	<i>Title</i>	Assistant Director, Aboriginal Arts
	<i>Narrative</i>	During 1986-87, Mabo participated in the Communication and Arts Management Scheme run by the Aboriginal Training and Cultural Institute. Through this Scheme he was appointed Assistant Director, Aboriginal Arts, Melbourne Moomba Festival. Mabo claimed that his efforts ensured the first-ever Aboriginal involvement in the Moomba Festival.
5.3.4 Dates of the relationship		1986-1987
	<i>ISO 8601</i>	1986/1987
<i>Twelfth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Festival of Pacific Arts (5th: 1988: Townsville, Qld)
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Liaison Officer
	<i>Narrative</i>	The 5th Festival of Pacific Arts, which took place in Townsville in 1988, was the first to be held in Australia. The Festival of Pacific Arts occurs every four years and is organised under the auspices of the South Pacific Commission. The 1988 Festival received funding from the Australian Government through the Department of Arts, Heritage and the Environment. Mabo was employed by the Department of Aboriginal Affairs as Community Arts Liaison Officer for the Festival, 1987-88.
5.3.4 Dates of the relationship		1987-1988
	<i>ISO 8601</i>	1987/1988

<i>Thirteenth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Australia. Dept of Aboriginal Affairs
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship		Employee
	<i>Title</i>	Liaison Officer, 5th Festival of Pacific Arts, Townsville, Qld
5.3.4 Dates of the relationship		1987-1988
	<i>ISO 8601</i>	1987/1988
<i>Fourteenth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Magani Malu Kes
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Vice-Chairman
	<i>Narrative</i>	Magani Malu Kes is the name for the Torres Strait Islands in the language of the Torres Strait. The organisation Magani Malu Kes was an organisation for Torres Strait Islanders, which Mabo had incorporated as a public company in 1987. Of major concern to Magani Malu Kes was the way in which Islander interests appeared to be marginalised by those of mainland Aborigines when indigenous issues were considered by governments. As a consequence, Magani Malu Kes advocated Torres Strait Islander independence from Australia.
5.3.4 Dates of the relationship		1987-1988
	<i>ISO 8601</i>	1987/1988
<i>Fifteenth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Australia. High Court
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Plaintiff
	<i>Narrative</i>	In 1981, at a conference on indigenous land rights in Townsville, a decision was made to pursue a native land title claim for the people of the Murray Islands in the High Court of Australia. In 1982, Mabo and four other Islander plaintiffs instituted proceedings against the State of Queensland, claiming that their islands had been continuously inhabited and exclusively possessed by their people who lived in permanent settled communities. They acknowledged that the British Crown became sovereign of the islands upon annexation, but claimed continuous enjoyment of their land rights which had not been validly extinguished by the sovereign through the granting of freehold title or land leases to others. The Queensland Government attempted to defeat the claim with the passage of the <i>Queensland Coast Islands Declaratory Act</i> 1985. In 1988, the High Court ruled this Act contrary to the <i>Commonwealth Racial Discrimination Act</i> 1975. In May 1989, the High Court remitted the land claim to the Queensland Supreme Court for hearing and determination of all issues of fact. In November 1990, Justice Moynihan of the Supreme Court delivered the Court's determination of the issues of fact. The case was argued for four days before the High Court in May 1991. The final decision was handed down in favour of Mabo on 3 June 1992. This decision overturned the 204-year-old legal doctrine of <i>terra nullius</i> , which held that the lands of the Australian continent were 'practically unoccupied' at the time of the proclamation of British sovereignty.
5.3.4 Dates of the relationship		1985-1992
	<i>ISO 8601</i>	1985/1992
<i>Sixteenth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Murray Island Community Council
5.3.2 Category of relationship		Associative

5.3.3 Description of relationship	<i>Narrative</i>	During the late 1980s Mabo attempted to gain election to the Murray Island [Mer] Community Council. However, because he had not lived on Mer since the late 1950s, his residential status was questioned and it was ruled that he was not eligible to nominate.
5.3.4 Dates of the relationship		1985-1991
	<i>ISO 8601</i>	1985/1991
<i>Seventeenth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Australian Institute of Aboriginal Studies. Education Advisory Committee
	<i>Successor</i>	Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies. Education Advisory Committee
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship	<i>Narrative</i>	Located in Canberra, the Australian Institute of Aboriginal Studies (later the Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies) promotes and supports research into the cultures (both traditional and contemporary), languages, histories, and contemporary needs of Australia's indigenous communities. Mabo first became associated with the Institute in 1978 when, as Director of the Black Community School, he was appointed to its Education Advisory Committee.
5.3.4 Dates of the relationship		1978-1989
	<i>ISO 8601</i>	1978/1989
5.4 CONTROL AREA		
5.4.1 Authority record identifier		AU 93-435878
5.4.2 Institution identifiers		National Library of Australia
	<i>ILL Code</i>	AU NLA
5.4.3 Rules and/or conventions		- ISAAR (CPF) – <i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i> , Draft 2nd ed., Madrid: International Council on Archives, 12-15 June 2002. - <i>Anglo American Cataloguing Rules</i> 2nd rev. ed., Chicago, 1998. - ISO 8601 - <i>Data elements and interchange formats –Information interchange—Representation of dates and times</i> , 2nd ed., Geneva: International Standards Organization, 2000. - ISO 3166 - <i>Codes for the representation of names of countries</i> , Geneva: International Standards Organization, 1997. - ISO 15511 - <i>Information and documentation - International Standard Identifier for Libraries and Related Organisations (ISIL)</i> , Geneva: International Standards Organization, 2000. - ISO 639-2 - <i>Codes for the representation of names of languages - Part 2: Alpha-3 Code</i> , Geneva: International Standards Organization, 1998. - ISO 15924 - <i>Codes for the representation of names of scripts</i> , Geneva: International Standards Organization, 2001.
5.4.4 Status		Revised
5.4.5 Level of detail		Full
5.4.6 Dates of creation and revision	<i>ISO 8601</i>	1993-05-12; revised 2002-10-28
5.4.7 Languages and scripts		English
	<i>ISO 639-1</i>	en
	<i>ISO 15024</i>	latn
5.4.9 Maintenance notes	<i>Creator of authority record</i>	Adrian Cunningham

6 RELATING CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES TO ARCHIVAL MATERIALS AND OTHER RESOURCES		
<i>First Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Papers of Eddie Koiki Mabo
	<i>Unique Identifier</i>	AU NLA MS 8822
6.2 Type of related resource		Personal papers
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1943, 1959-1992 (bulk: 1972-1992)
<i>Second Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related source	<i>Title</i>	Guide to the papers of Edward Koiki Mabo in the National Library of Australia
	<i>Unique ID</i>	http://www.nla.gov.au/ms/findaids/8822.html#sd
6.2 Type of related resource		Finding aid
6.3 Nature of relationship		Subject
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1995
<i>Third Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related source	<i>Title</i>	Papers of Edward Koiki Mabo [microfilm]
	<i>Unique Identifier</i>	AU NLA PRU Mfm G 27539-27549 (copying master : Manuscripts) Mfm G 27539-27549 PRU Mfm G 27539-27549 (first generation master : coldstore) Mfm G 27623
6.2 Type of related resource		Microfilm copy of personal papers
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1996
<i>Fourth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related source	<i>Title</i>	Records of Brian Keon-Cohen
	<i>Unique Identifier</i>	AU NLA MS 9518
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Subject Records relating to the Mabo case. Mabo Litigation Records emanating from both the Supreme Court of Queensland and the High Court of Australia. They comprise a Statement of Facts by the plaintiffs, wills, land transactions, court transcripts, exhibits, pleadings, applications, witness statements, submissions, correspondence, memoranda and research material. Keon-Cohen, with the assistance of an archivist engaged at the Library's expense, arranged the items into volumes in broad chronological order. An index was compiled by the archivist.
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1982-1992
<i>Fifth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related source	<i>Title</i>	<i>Edward Koiki Mabo: his life and struggle for land rights/</i> by Noel Loos
	<i>Unique Identifier</i>	ISBN 0702229059
6.2 Type of related resource		Monograph biography
6.3 Nature of relationship		Subject
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1996

<i>Sixth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related source	<i>Title</i>	<i>Mabo: Life of an Island Man</i>
	<i>Unique Identifier</i>	
6.2 Type of related resource		Videorecording
6.3 Nature of relationship		Subject
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1996

Exemplo 6 – Descrição de pessoa
Idioma de descrição: italiano (Itália)

NOTA: Este exemplo é uma versão editada e aumentada de um registro do catálogo de autoridades de produtores do Catalogo Unico del Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto (CUM), o qual reúne descrições de arquivos e documentos, trabalhos de arte e livros, associados através dos registros de autoridade de seus produtores e autores. O CUM pode ser acessado em <http://www.mart.tn.it/>

5.1 AREA DELL'IDENTIFICAZIONE		
5.1.1 Tipologia del soggetto produttore		Persona
5.1.2 Forma/e autorizzata/e del nome		Depero, Fortunato 1892-1960
5.1.4 Forme del nome normalizzate secondo altre regole		Depero, Fortunato (RICA = Regole italiane di catalogazione per autore)
5.1.5 Altre forme del nome		De Pero, Fortunato
5.2 AREA DELLA DESCRIZIONE		
5.2.1 Date di esistenza		1892 marzo 30 – 1960 novembre 29
	ISO 8601	1892/03/30-1960/11/29
5.2.2 Storia		<p>Nato a Fondo (Tn) nel 1892 si trasferisce giovanissimo con la famiglia a Rovereto (Tn) dove frequenta la Scuola reale Elisabetina ad indirizzo tecnico-artistico. Ritiratosi al quinto anno, nel 1908 tenta, senza successo, l'esame di ammissione all'Accademia di Belle Arti di Vienna. Nel 1910, dopo un breve tirocinio come garzone decoratore a Torino, lavora a Rovereto presso un marmista. Espone i suoi primi disegni e dipinti di matrice realistico-sociale e simbolista a Rovereto nel 1911 e nel 1913, anno in cui pubblica il libro <i>Spezzature. Impressioni – Segni - Ritmi</i>, raccolta di poesie, prose e disegni. Nel dicembre dello stesso anno si reca a Roma, presto raggiunto dalla futura moglie Rosetta Amadori; frequenta la Galleria futurista di G. Sprovieri ed entra in contatto in particolare con G. Balla, F. Cangiullo e F. T. Marinetti. Attratto nell'orbita del gruppo futurista, partecipa, nella primavera del 1914, all' "Esposizione libera futurista internazionale" tenuta presso la Galleria. Rientrato a Rovereto, nel luglio dello stesso anno inaugura a Trento la mostra "Prima esposizione di pittura futurista nel Trentino", che interrompe precipitosamente a causa dello scoppio della guerra, riuscendo ad ottenere il permesso di ripiegare in Italia. Si arruola volontario nella fanteria italiana ottenendo dopo pochi mesi l'esonero. Tornato a Roma, viene ufficialmente ammesso nel gruppo degli artisti futuristi tra la fine del 1914 e gli inizi del 1915; nel marzo sottoscrive con Balla il manifesto <i>Ricostruzione futurista dell'universo</i>, che propone la fusione di tutte le arti e una maggiore relazione tra arte e vita. In linea con tali teorie, la sua produzione artistica spazia, fin da questi anni, dalla pittura, al disegno, al collage, alle composizioni plastiche, alle liriche "onomalinguistiche". Negli stessi anni è pure impegnato nella coreografia teatrale con lo spettacolo <i>Mimismagia</i> e riceve dall'impresario dei balletti russi, S. Diaghilev, la commissione per le scenografie e i costumi dei balletti - poi non realizzati - de <i>Le chant du rossignol</i> su musica di I. Strawinsky e de <i>Il Giardino zoologico</i> di F. Cangiullo, musicato da M. Ravel. In collaborazione con il poeta G. Clavel – per il quale illustra il libro <i>Un istituto per suicidi</i> - presenta a Roma nell'aprile del 1918 lo spettacolo di marionette, da lui ideato, <i>Balli plastici</i>, su musiche di G. F. Malipiero, Tyrwhitt, A. Casella e B. Bartok.</p> <p>Mentre continua la sua attività espositiva, nel giugno del 1919, rientra a Rovereto ed inaugura la "Casa d'Arte futurista Depero", bottega artigianale, attiva nel settore dell'arte applicata, che prevede la produzione di arazzi, tarsie collages, cartelli pubblicitari, oggetti d'arte, d'arredamento e giocattoli.</p>

	<p>Negli anni 1921-1922 realizza l'allestimento interno del locale d'avanguardia "Cabaret del Diavolo" di Roma. Nel gennaio dell'anno successivo presenta al teatro Trianon di Milano il suo balletto meccanico <i>Anihccam del 3000</i>, con successive repliche in diverse città italiane.</p> <p>Nel 1927 edita, in collaborazione con l'amico F. Azari, il libro <i>Depero futurista</i> - noto come "libro imbullonato" per via della singolare legatura - che presenta, con una originalissima veste tipografica, l'attività dell'autore dal 1913 al 1927 e la sua concezione culturale.</p> <p>Impegnato anche nel settore della grafica pubblicitaria, Depero lavora per prestigiose ditte tra cui Bianchi, Strega, Campari.</p> <p>Dal settembre del 1928 all'autunno del 1930 è a New York: oltre all'attività espositiva, si dedica all'allestimento di balletti teatrali e all'illustrazione pubblicitaria, con la realizzazione di copertine di riviste, come <i>Vogue</i> e <i>Vanity Fair</i>. Mantiene nel frattempo il contatto con i futuristi, sottoscrivendo il manifesto <i>L'aeropittura futurista</i>.</p> <p>Rientrato in Italia, a suggello del suo impegno nel campo della pubblicità, pubblica nel 1932 il "Manifesto dell'arte pubblicitaria futurista". Nel 1933 dirige da Rovereto la rivista <i>Dinamo futurista</i>, edita dal febbraio al giugno dello stesso anno. Nel 1934 pubblica il volume <i>Liriche radiofoniche</i>. Nella seconda metà degli anni Trenta Depero collabora con l'Ente nazionale delle industrie turistiche (E.N.I.T) alla realizzazione delle campagne pubblicitarie per propagandare le bellezze d'Italia nei paesi europei. Negli stessi anni si impegna attivamente all'interno del Dopolavoro artisti di Rovereto e per una decina di mesi è segretario del Sindacato interprovinciale della Confederazione fascista dei professionisti e artisti della Provincia di Trento (1936-1937). Sperimenta inoltre un materiale innovativo, il "buxus", con il quale realizza oggetti d'arredamento ed intarsi, ed elabora, negli stessi anni, il volume autocelebrativo <i>Fortunato Depero nelle opere e nella vita</i>, pubblicato nel 1940.</p> <p>Nel 1947, dopo la pubblicazione del volume in inglese <i>So I think - So I paint</i>, torna per due anni negli Stati Uniti (New York e New Milford), senza ottenere peraltro il successo sperato.</p> <p>Dal 1949 si stabilisce definitivamente a Rovereto. Continua la sua elaborazione teorica con il <i>Manifesto della pittura e plastica nucleare</i> (1949), mentre inizia - probabilmente in questi anni - l'opera minuziosa di rivisitazione della propria vita d'artista.</p> <p>Dal 1953 al 1956 realizza la decorazione e l'arredamento della sala del Consiglio provinciale a Trento.</p> <p>Nel 1959, un anno prima della morte avvenuta a Rovereto, inaugura nella stessa città, in collaborazione con l'Amministrazione comunale, la "Galleria - Museo Depero", primo esempio di museo futurista in Italia.</p> <p>Copiosa la sua attività espositiva, tra cui si segnala la partecipazione alla mostra collettiva d'avanguardia al Kursaal di Viareggio (1918); la personale alla Galleria Bragaglia di Roma e la partecipazione alla Grande esposizione nazionale futurista di Milano (1919); la personale "Depero e la sua Casa d'arte" tenuta a Milano alla Galleria Moretti e ripresentata a Roma alla Galleria Bragaglia (1921); la partecipazione alla I Mostra internazionale delle arti decorative di Monza (1923), all'Esposizione internazionale di arti decorative di Parigi, seguita dalla personale al Théâtre des Champs Elysées (1925); la partecipazione alla Prima mostra del Novecento italiano di Milano (1926), all'Esposizione di arte italiana presentata a New York, Chicago, Washington e Boston (1926), alla Biennale di Venezia (1926, 1932, 1950), alla Quadriennale di Roma (1931; 1955), alla Triennale di Milano (1932; 1950), alla mostra "Futurismo e pittura metafisica" al Kunsthaus di Zurigo (1950).</p>
--	---

5.2.3 Luoghi		Nato a Fondo, in Valle di Non (Tn), morto a Rovereto (Tn). Nel 1892, giovanissimo si trasferisce con la famiglia a Rovereto (Tn), dove risiede principalmente fino al 1913. Dalla fine del 1913 e per gli anni di guerra vive a Roma, ad eccezione del breve soggiorno a Capri nel 1917, ospite del poeta G. Clavel, e di quello a Viareggio nel 1918. Dal primo dopoguerra torna a risiedere principalmente in Trentino, pur spostandosi spesso per motivi professionali. Dal settembre del 1928 all'autunno del 1930 vive a New York. Durante gli anni del secondo conflitto mondiale si ritira a Serrada, luogo montano nei dintorni di Rovereto. Dal 1947 al 1949 torna negli U.S.A., dove risiede a New York e a New Milford nel Connecticut; al ritorno si stabilisce definitivamente a Rovereto fino alla morte (1960).
5.2.5 Funzioni, occupazioni e attività		Pittore, scenografo, grafico pubblicitario, designer, scrittore, poeta.
5.2.8 Contesto generale		Il Trentino dei primi decenni del XX secolo fa parte dell'Impero austro-ungarico e costituisce la propaggine meridionale della Contea principesca del Tirolo. L'Impero è caratterizzato, tra le altre cose, dalla multietnicità e da forti spinte autonomiste, contenute da una linea politica prevalentemente reazionaria e tradizionalista. Così come altri uomini di cultura, sudditi austriaci di lingua italiana, Depero è attratto da fermenti irredentisti e, in particolare, dall'ambiente artistico-culturale dell'avanguardia futurista italiana. Fin dai primi anni del secondo decennio del secolo, si lega al vivace gruppo dei primi futuristi, sposandone tutta la carica di rottura con la tradizione e con il passato. Nel primo dopoguerra, dopo l'annessione del Tirolo meridionale all'Italia, continua la sua adesione al futurismo. La sua base logistica torna ad essere Rovereto e il Trentino, con frequenti missioni fuori provincia per motivi professionali. Accetta il fascismo (è autore di <i>A passo romano. Lirismo fascista e guerriero programmatico e costruttivo</i> . Trento, 1943; aderisce alle associazioni locali di categoria degli artisti). Nei primi anni del secondo dopoguerra sconta l'automatica associazione futurismo-fascismo. A partire dai primi anni Cinquanta partecipa in prima persona al recupero e alla rivisitazione del futurismo, preoccupato di fornire una corretta lettura della sua opera e immagine storica.
5.3 AREA DELLE RELAZIONI		
<i>Prima Relazione</i>		
5.3.1 Nomi/codici identificativi degli enti, persone e famiglie correlate	<i>Forma autorizzata del nome</i>	Mazzoni, Angiolo, 1894 – 1979
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART FP 9
5.3.2 Classificazione della relazione		Associativa
5.3.3 Descrizione della relazione	<i>Definizione della relazione</i>	Collega (architetto) di ambito futurista.
	<i>Descrizione</i>	A. Mazzoni aderisce nel 1933 al movimento futurista e nell'anno successivo sottoscrive il <i>Manifesto futurista dell'architettura aerea</i> accanto a F.T. Marinetti e a M. Somenzi, con il quale è condirettore fino al 1935 della rivista d'architettura futurista <i>Sant'Elia</i> . La sua posizione professionale di funzionario del Servizio lavori e costruzioni della Direzione generale delle Ferrovie dello Stato permette agli artisti futuristi (Benedetta Marinetti, Fillia, Tato, Prampolini, Depero,...) di ottenere in questi anni incarichi di collaborazione alla decorazione di edifici postali e ferroviari. Il rapporto con Depero si concretizza professionalmente negli anni 1933-1934 con la realizzazione di tre vetrate per il Palazzo delle Poste e Telegrafi di Trento e con il progetto, poi non realizzato, di un mosaico per la Stazione ferroviaria di Reggio Emilia (1935). Se la convergenza di Mazzoni con il movimento futurista può dirsi conclusa con la fine degli anni Trenta, egli rivaluterà in tarda età questa militanza e il rapporto con F. Depero, donando, alla fine anni Settanta, il proprio archivio alla Galleria Museo Depero di Rovereto, ente voluto dall'artista trentino per la conservazione e valorizzazione della sua memoria.

5.3.4 Date della relazione		1932-1936 ca.
<i>Seconda Relazione</i>		
5.3.1 Nomi/codici identificativi dell'entità correlata	<i>Forma autorizzata del nome</i>	Galleria Museo Depero, 1957 - 1987
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART FE 10
5.3.2 Classificazione della relazione		Associativa
5.3.3 Descrizione della relazione	<i>Definizione della relazione</i>	Fondatore
	<i>Descrizione</i>	Fortunato Depero, in collaborazione con il Comune di Rovereto, istituisce nella stessa città la Galleria Museo Depero, ente destinato alla conservazione e valorizzazione della sua opera artistica e documentaria in relazione alla sua adesione al movimento futurista. Dopo la morte dell'artista nel 1960, il Comune, donatario del patrimonio, continuò a gestire l'istituzione, fino al passaggio di competenze nel 1989 al Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto.
5.3.4 Date della relazione		1957 -1960
5.4 AREA DI CONTROLLO		
5.4.1 Codice identificativo del record d'autorità		IT MART FP 7
5.4.2 Codici identificativi dell'istituzione responsabile		Museo di arte moderna e contemporanea di Trento e Rovereto (Tn), Italia
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART
5.4.3 Norme e/o convenzioni		<ul style="list-style-type: none"> - ISAAR (CPF) – <i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i>, Second Edition, Canberra, Australia, 27-30 October 2003; - ISO 8601 - <i>Data elements and interchange formats –Information interchange—Representation of dates and times</i>, 2nd ed., Geneva: International Standards Organization, 2000; - RICA (Regole italiane di catalogazione per autore); - <i>Norme per i collaboratori [delle pubblicazioni degli archivi di Stato]</i>, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali. Ufficio centrale per i beni archivistici, 1992
5.4.4 Grado di elaborazione		Versione finale
5.4.5 Livello di completezza		Completo
5.4.6 Data di redazione, revisione o cancellazione		2002/08/30 (prima redazione) 2003/12/20 (ultima revisione)
5.4.7 Lingua/e e scrittura/e	<i>ISO 8601</i>	Italiano
5.4.8 Fonti	<i>Bibliografia</i>	<ul style="list-style-type: none"> - G. Belli - G. Marzari, <i>Artisti del '900. Protagonisti di Rovereto</i>, Rovereto, Longo Editore, 1991, pp. 40-41; - N. Boschiero, <i>Artisti trentini tra le due guerre</i>, in(a cura di) <i>L'arte riscoperta: opere delle collezioni civiche di Rovereto e dell'Accademia roveretana degli Agiati dal Rinascimento al Novecento</i>, a cura E. Chini, E. Mich, P. Pizzamano, Rovereto, Museo civico, 2000, pp. 94-111; - <i>Depero</i>, a cura di M. Fagiolo Dell'Arco, Milano, Electa, 1989; - <i>La Casa del Mago. Le arti applicate nell'opera di Fortunato Depero 1920 – 1942, Catalogo della mostra, Rovereto, Archivio del '900, 12 dicembre 1992- 30 maggio 1993</i>, a cura di G Belli, Milano, Charta, 1992, pp. 533-535; - P. Ortoleva, M. Revelli, <i>Storia dell'età contemporanea</i>, Milano, Bruno Mondadori, 1993, pp. 140-145; - B. Passamani, <i>Fortunato Depero</i>, Comune di Rovereto. Musei civici. Galleria Museo Depero, 1981, pp. 367-375; - M. Scudiero, <i>Depero Fortunato</i>, in <i>Il Dizionario del Futurismo</i>, a cura di E. Godoli, Firenze, Vallecchi, 2001, pp. 371-375
	<i>Fonti archivistiche</i>	Museo di arte moderna contemporanea di Trento e Rovereto, <i>Fondo Fortunato Depero (1894-1960)</i>
5.4.9 Note sulla compilazione del record	<i>Nome del compilatore del record</i>	Stefania Donati

6 COLLEGAMENTO DEGLI ENTI, PERSONE E FAMIGLIE CON LA DOCUMENTAZIONE ARCHIVISTICA E CON ALTRE RISORSE		
<i>Prima risorsa collegata</i>		
6.1 Codici identificativi e denominazioni o titoli delle risorse collegate	<i>Denominazione</i>	Fondo Fortunato Depero
	<i>Codice identificativi</i>	IT MART Dep.
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Fondo archivistico
6.3 Natura della relazione		Soggetto produttore
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1894-1960
<i>Seconda risorsa collegata</i>		
6.1 Codice identificativo e denominazione o titolo della risorsa collegata	<i>Denominazione</i>	Fondo Biblioteca Museo Depero
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART q – MD
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Raccolta libraria
6.3 Natura della relazione		Creatore della raccolta
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1910 – 1960
<i>Terza risorsa collegata</i>		
6.1 Codice identificativo e denominazione o titolo della risorsa collegata	<i>Denominazione</i>	Collezione Fortunato Depero (Mart: Polo culturale e Galleria Museo Depero, Rovereto (Tn).
	<i>Codice identificativo</i>	ITA MART, Coll Dep
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Collezione d'arte
6.3 Natura della relazione		Creatore della collezione
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1911 – 1959
<i>Quarta risorsa collegata</i>		
6.1 Codice identificativo e denominazione o titolo della risorsa collegata	<i>Titolo</i>	Cartellone per “balli plastici”
	<i>Codice identificativo</i>	IT MART, Coll Dep MD 0180-B
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Dipinto (olio)
6.3 Natura della relazione		Autore
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1918
<i>Quinta risorsa collegata</i>		
6.1 Codice identificativo e denominazione o titolo della risorsa collegata	<i>Titolo</i>	<i>Depero futurista</i> , Milano, Dinamo Azari, 1927
	<i>Codice identificativo</i>	q – B. VI DEP 1
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Monografia
6.3 Natura della relazione		Autore
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1927

<i>Sesta risorsa collegata</i>		
6.1 Codice identificativo e denominazione o titolo della risorsa collegata	<i>Titolo</i>	<i>Fortunato Depero nelle opere e nella vita</i> , Trento, TEMI, 1940
	<i>Codice identificativo</i>	q – AR VI FOR 1
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Monografia
6.3 Natura della relazione		Autore
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1940
<i>Settima risorsa collegata</i>		
6.1 Codice identificativo e denominazione o titolo della risorsa collegata	<i>Titolo</i>	<i>La Casa del Mago. Le arti applicate nell'opera di Fortunato Depero 1920 – 1942. Catalogo della mostra, Rovereto, Archivio del '900, 12 dicembre 1992- 30 maggio 1993</i> , a cura di G Belli, Milano, Charta, 1992
	<i>Codice identificativo</i>	AR IV MART 92/5a
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Catalogo
6.3 Natura della relazione		Soggetto
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1992
<i>Ottava risorsa collegata</i>		
6.1 Codice identificativo e denominazione o titolo della risorsa collegata	<i>Titolo</i>	B. Passamani, <i>Fortunato Depero</i> , Comune di Rovereto. Musei civici. Galleria Museo Depero, 1981
	<i>Codice identificativo</i>	q – AR IV MART 1981/5
6.2 Tipologia della risorsa collegata		Monografia
6.3 Natura della relazione		Soggetto
6.4 Data della risorsa collegata e/o della relazione		1981

Exemplo 7 – Descrição de pessoa
Idioma de descrição: sueco (Suécia)

NOTA: Este exemplo é uma versão editada e aumentada de um registro do catálogo de autoridades do sistema ARKIS II. A tradução para o inglês de alguns termos está acrescentada dentro de colchetes.
O documento contém *links* para a Base de Dados Arquivística Nacional da Suécia em <http://www.nad.ra.se/>

5.1 IDENTITY AREA		
5.1.1 Type of entity		Person
5.1.2 Authorized form of name		Oxenstierna, Axel (av Södermöre)
5.1.5 Other forms of name		Oxenstiern, Axelius
		Oxenstierna, Axel (av Eka och Lindö)
		Oxenstierna, Axel Gustafsson
		-- 1645
5.2 DESCRIPTION AREA		
5.2.1 Dates of existence	<i>Date of birth</i>	1583
	<i>Date of death</i>	1654
5.2.2 History		1599- - 1603 studieresor till tyska universitet i Hertig Karls/Karl IX:s tjänst 1604 - gift med Anna Åkesdotter Bååt (1579-1649) 1608- Riksråd 1609- Rikskansler 1612- generalguvernör i Preussen 1626-1636 generalguvernör i de rhenska, frankiska, schwabiska och burgundiska kretsarna 1632 legat i tysk-romerska riket 1633 Heilbronnförbundets direktor 1633 medlem av förmyndarstyrelsen för drottning Kristina 1633- Greve av Södermöre 1645-
5.2.5 Functions, occupations and activities	<i>Thesaurus code</i>	3200000
	<i>Thesaurus term</i>	Samhällsadministrativt arbete [civil servant]
	<i>Specification</i>	Rikskansler [Chancellor]
5.3 RELATIONSHIPS AREA		
<i>First Relationship</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Name</i>	<u>Oxenstierna, Gustaf Gabrielsson (av Eka och Lindö)</u>
	<i>Authority record identifier</i>	<u>SE/RA/8370</u>
5.3.2 Category of relationship		Släktrelation [Family]
5.3.3 Description of relationship		Förälder [Parent]
<i>Second Relationship</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity		<u>Bielke, Barbro Axelsdotter</u>
		<u>SE/RA/5857</u>
5.3.2 Category of relationship		Släktrelation [Family]
5.3.3 Description of relationship		Förälder [Parent]

5.4 CONTROL AREA		
5.4.1 Authority record identifier		<u>SE/RA/5727</u>
5.4.2 Institution identifiers		<u>SE/RA</u>
		Riksarkivet
5.4.3 Rules and/or conventions		NAD2 [Data Dictionary for the National Archival Database 2. ed.]
5.4.4 Status		Preliminary
5.4.6 Dates of creation and revision	<i>Created</i>	1993-09-30
	<i>Revisions</i>	2002-09-26 2002-10-31 2002-12-10
5.4.7 Languages and scripts	<i>Language code</i>	Swe
	<i>Script code</i>	Latn
5.4.8 Sources		Nationalencyklopedien; Svenskt biografiskt lexikon, vol. 28 (1992—1994)

6 RELATING CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES TO ARCHIVAL MATERIALS AND OTHER RESOURCES

<i>First Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	<u>Oxenstiernska samlingen. Axel Oxenstierna</u>
	<i>Reference code</i>	<u>SE/RA/720701/II/01</u>
6.2 Type of related resource		Arkiv [Archival material/fonds]
6.3 Nature of relationship		Arkivbildare: [Creator (main entry)]
<i>Second Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	<u>Tidöarkivet. Axel Oxenstiernas personliga handlingar</u>
	<i>Reference code</i>	<u>SE/RA/720859/02/02</u>
6.2 Type of related resource		Arkiv [Archival material/fonds]
6.3 Nature of relationship		Ingående arkivbildare: [Creator (added entry)]
<i>Third Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Oxenstiernaprojektet
	<i>URL</i>	<u>http://www.ra.se/ra/Oxenstierna/oxenstierna1.html</u>
6.2 Type of related resource		Webbsida [Web site]
6.3 Nature of relationship		Upphovsman [Author]

Exemplo 8 – Descrição de pessoa
Idioma de descrição: alemão (Alemanha)

NOTA: Este exemplo é uma versão editada e aumentada de um registro na forma do catálogo de autoridades da “Zentrale Datenbank Nachlaesse” mantida pelo Bundesarchiv, a qual pode ser acessada em <http://www.bundesarchiv.de/bestaende/nachlaesse/struktur.php>.⁶

5.1 IDENTITY AREA		
5.1.1 Type of entity		Person
5.1.2 Authorized form of name		Brecht, Arnold
5.1.5 Other forms of name		Not known
5.2 DESCRIPTION AREA		
5.2.1 Dates of existence	<i>Date of birth</i>	1884
	<i>Date of death</i>	1977
5.2.2 History		1918 Geheimer Regierungsrat im Reichsjustizministerium, 1921-1927 Ministerialdirektor im Reichsministerium des Innern, 1928-1933 Vizepräsident der Reichsschuldenverwaltung, Mitglied des Verfassungsausschusses der Länderkonferenzen, 1932 Vertreter Preußens vor dem Staatsgerichtshof, 1933-1953 Professor für Staatswissenschaften an der New School for Social Research New York.
5.2.3 Places		Germany, United States of America
5.2.4 Legal status		
5.2.5 Functions, occupations and activities	1st	Lawyer
	2nd	Civil servant
	3rd	Professor for Public policy
5.3 RELATIONSHIPS AREA		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Name</i>	University of New York at Albany M.E. Grenander Department of Special Collections and Archives - The German Interlectual Èmigré Collection. - http://library.albany.edu/speccoll/findaids/ger024.htm
	<i>Authority record identifier</i>	GER 024
5.3.2 Category of relationship		Associative
5.3.3 Description of relationship		Academic

⁶ Como os documentos privados de Arnold Brecht podem ser encontrados na América do Norte e na Alemanha, este exemplo contém elementos de informação em ambos os idiomas. Isto ilustra e encoraja o contexto de uso e a aproximação funcional para desdobrar registros de autoridade em um ambiente arquivístico internacional.

Arnold Brechts Teilnachlässe finden sich in Deutschland und Nordamerika. Zur Illustration der Funktion und Herstellung der Kontextbezüge von archivischen Normdateien wurden die Feldinformationen in diesem Beispiel in Deutsch und Englisch vergeben.

5.4 CONTROL AREA		
5.4.1 Authority record identifier		DE N 1089
5.4.2 Institution identifiers		DE/ BArch
		Bundesarchiv
5.4.3 Rules and/or conventions		Erfassungsschema nach: Mommsen, Wolfgang A: Die Nachlässe in deutschen Archiven, Boppard 1983
5.4.4 Status		Preliminary
5.4.6 Dates of creation and revision	<i>Created</i>	2002 – 31 – 12
	<i>Revisions</i>	2003 – 15 – 01
5.4.7 Languages and scripts	<i>Language code</i>	German
	<i>Script code</i>	Latin
5.4.8 Sources		Internationales Biographisches Archiv 50/1977 vom 5. Dezember 1977
6 RELATING CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES TO ARCHIVAL MATERIALS AND OTHER RESOURCES		
6.1 Identifier and title of related resource		Nachlass Arnold Brecht
		DE/BArch/ NL 89
6.2 Type of related resource		Echter Nachlass [Archival materials/fonds]
6.3 Nature of relationship		Provenienzstelle [Creator]

Exemplo 9 – Descrição de pessoa
Idioma de descrição: inglês (EUA)

5.1 IDENTITY AREA		
5.1.1 Type of entity		Person
5.1.2 Authorized form(s) of name		Humphrey, Hubert H. (Hubert Horatio), 1911-1978
5.1.4 Standardized forms of name according to other rules		Humphrey, Hubert Horatio, 1911-1978 (pre-AACR form)
5.2 DESCRIPTION AREA		
5.2.1 Dates of existence		
	<i>Dates ISO 8601</i>	1911-05-27/1978-01-13
5.2.2 History		<p>Hubert H. Humphrey was born in Wallace, South Dakota, on May 27, 1911. He left South Dakota to attend the University of Minnesota but returned to South Dakota to help manage his father's drug store early in the depression. He attended the Capitol College of Pharmacy in Denver, Colorado, and became a register pharmacist in 1933. On September 3, 1936, Humphrey married Muriel Fay Buck. He returned to the University of Minnesota and earned a B.A. degree in 1939. In 1940 he earned an M.A. in political science from Louisiana State University and returned to Minneapolis to teach and pursue further graduate study, he began working for the W.P.A. (Works Progress Administration). He moved on from there to a series of positions with wartime agencies. In 1943, he ran unsuccessfully for Mayor of Minneapolis and returned to teaching as a visiting professor at Macalester College in St. Paul. Between 1943 and 1945 Humphrey worked at a variety of jobs. In 1945, he was elected Mayor of Minneapolis and served until 1948. In 1948, at the Democratic National Convention, he gained national attention when he delivered a stirring speech in favor of a strong civil rights plank in the party's platform. In November of 1948, Humphrey was elected to the United States Senate. He served as the Senate Democratic Whip from 1961 to 1964.</p> <p>In 1964, at the Democratic National Convention, President Lyndon B. Johnson asked the convention to select Humphrey as the Vice Presidential nominee. The ticket was elected in November in a Democratic landslide. In 1968, Humphrey was the Democratic Party's candidate for President, but he was defeated narrowly by Richard M. Nixon. After the defeat, Humphrey returned to Minnesota to teach at the University of Minnesota and Macalester College. He returned to the U.S. Senate in 1971, and he won re-election in 1976. He died January 13, 1978 of cancer.</p>
5.2.3 Places		Born: Wallace, South Dakota Lived: Minneapolis and St. Paul, Minnesota; Washington, DC
5.2.5 Functions, occupations and activities		Registered pharmacist University professor Mayor of Minneapolis, Minnesota U.S. Senator Vice President of the United States
5.2.7 Internal structures/ Genealogy		Married to Muriel Fay Buck Humphrey
5.3 RELATIONSHIPS AREA		
<i>First Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Brown, Muriel Buck Humphrey US LC 02-83312367
	<i>Other form of name</i>	
5.3.2 Category of relationship		Family

5.3.3 Description of relationship		Wife of Hubert Humphrey. Muriel Humphrey was appointed by the Governor of Minnesota to the United States Senate, January 25, 1978, to fill the vacancy caused by the death of her husband. She served from January 15, 1978 to November 7, 1978.
5.3.4 Dates of the relationship		1936/1978-01-13
<i>Second Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Humphrey, Hubert H., 1942-US LC 02-86828402
	<i>Other form of name</i>	Humphrey, Hubert H. III
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship	<i>Title</i>	Son of Vice President Hubert H. Humphrey.
	<i>Narrative</i>	
5.3.4 Dates of the relationship		
	<i>Dates ISO 8601</i>	1942/1978-01-1
5.4 CONTROL AREA		
5.4.1 Authority record identifier		US DLC 02-79026910
5.4.2 Institution identifiers		U.S. Library of Congress US DLC
5.4.3 Rules and/or conventions		Anglo-American Cataloguing Rules, second edition, revised
5.4.4 Status		Final
5.4.5 Level of detail		Full
5.4.6 Dates of creation, revision or deletion		2000-04-13
5.4.7 Languages and scripts		English
5.4.8 Sources		Centennial of the Territory of Minn., 1949
6 RELATING CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES TO ARCHIVAL MATERIALS AND OTHER RESOURCES		
<i>First Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Hubert H. Humphrey papers
	<i>Unique Identifier</i>	US Mnhi Alpha: Humphrey
6.2 Type of related resource		Archival materials- Collection of personal papers
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1919/1978
<i>Second Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Hubert H. Humphrey papers: a summary guide, including the papers of Muriel Buck Humphrey Brown.
	<i>Unique Identifier</i>	St. Paul, Minnesota. Minnesota Historical Society, 1983.
6.2 Type of related resource		Archival finding aid to personal papers
6.3 Nature of relationship		subject
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1919/1978
<i>Third Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Hubert H. Humphrey Biography
	<i>Unique Identifier</i>	http://gi.grolier.com/presidents/ea/vp/vphumph.html
6.2 Type of related resource		Biography
6.3 Nature of relationship		Subject
6.4 Dates of related resources and/or relationships		2000

Exemplo 10 - Descrição de família
Idioma de descrição: inglês (Reino Unido)

5.1 IDENTITY AREA		
5.1.1 Type of entity		Family
5.1.2 Authorized form of name		Noel family, Earls of Gainsborough
5.1.5 Other forms of name		Noel family, Barons Noel Noel family, Barons Barham Noel family, Viscounts Campden Noel family, baronets, of Barham Court
5.2 DESCRIPTION AREA		
5.2.1 Dates of existence		12 th – 20 th century
5.2.2 History		<p>The Noel family was established in Staffordshire in the Middle Ages: Andrew Noel (d1563), third son of James Noel of Hidcote (Staffordshire) acquired property in Rutland and Leicestershire and founded the branch of the Noel family from which the Earls of Gainsborough descended. Estates in other counties (mainly Gloucestershire, Hampshire, Kent and Middlesex) were subsequently acquired through purchase, inheritance and marriage.</p> <p>The family's principal seat was Exton Hall (Rutland). After Exton Hall was severely damaged by fire in 1810 Barham Court near Maidstone (Kent) became the main residence until the sale of the Kent estate in 1845-6 but a new house at Exton was completed in the early 1850s. Campden House in Chipping Campden (Gloucestershire), inherited from Baptist Hicks, Viscount Campden (d 1629), was destroyed in the Civil War while Campden House (Kensington) was sold in 1708. The family of Gerard Noel Edwards, who inherited the Noel family estates in 1798 and took the surname Noel, had resided at Welham Grove in Welham (Leicestershire) but this was sold by 1840.</p> <p>Andrew Noel (d1563) acquired Old Dalby (Leicestershire, sold 1617) and Brooke (Rutland). His grandson Sir Edward Noel (d 1643) bought the former Harington family estate of Ridlington (Rutland) and was created Baron Noel in 1617. He married a co-heir of Baptist Hicks (Viscount Campden, d 1629), through whom came the property in Rutland (Exton and Whitwell), Gloucestershire (Chipping Camden), Middlesex (Hampstead, sold 1707) and Campden House (Kensington, sold 1708), and succeeded his father-in-law as second Viscount Campden. Valle Crucis (Denbighshire) was acquired through the marriage of the third Viscount Campden (1612-82) and Hester, daughter of the second Baron Wotton, but was sold in 1663 to Sir John Wynn, fifth Bt. The fourth Viscount Campden (1641-89, created Earl of Gainsborough 1682) married in 1661 Elizabeth Wriothesley, elder daughter of the fourth Earl of Southampton, through whom came the Titchfield (Hampshire) estate, but on the second Earl of Gainsborough's death in 1690 this estate passed to his daughters (who married respectively the first Duke of Portland and the second Duke of Beaufort). The Rutland and Gloucestershire estates, with the earldom of Gainsborough, however, were inherited by the second Earl's cousin Baptist Noel of North Luffenham and Cottesmore (both Rutland).</p> <p>Property at Walcot (Northamptonshire), Castle Bytham (Lincolnshire) and Kinnoulton (Nottinghamshire) was inherited by the sixth Earl of Gainsborough from a cousin, Thomas Noel of Walcot (d 1788). On the sixth Earl's death in 1798 his estates were divided, the Walcot properties passing to CH Nevile, who took the name Noel, and the Rutland and Gloucestershire estates passing to Gerard Noel Edwards (1759-1838), later Sir GN Noel, second Bt, son of GA Edwards (d 1773) of Welham Grove (Leicestershire) by Jane Noel (d 1811), sister of the fifth and sixth Earls. GN Edwards had inherited from his father various properties in Leicestershire (Welham, etc), London and Middlesex (Islington, Kensington, etc), Kent (Dartford, etc) and</p>

		Ireland, but these were all sold between 1805 and 1840. GN Edwards had married in 1780 Diana, daughter of Charles Middleton (1726-1813), first Baron Barham, who succeeded her father in the barony and the Barham Court estate near Maidstone (Kent). On her death in 1823 she was in turn succeeded in the Barham Court estate and peerage title by her son Charles Noel (d 1866), who inherited the Rutland (Exton, etc) and Gloucestershire (Chipping Campden) estates of his father in 1838 and was created Earl of Gainsborough in 1841. The remaining Kent property was, however, sold by 1845-46.
5.2.3 Places		Estates in 1883: Rutland 15,076 acres, Gloucestershire 3,170 acres, Leicestershire 159 acres, Lincolnshire 89 acres, Warwickshire 68 acres, Northamptonshire 6 acres; total 18,568 acres worth £28,991 a year.
5.2.5 Functions, occupations and activities		Estate ownership; social, political and cultural role typical of the landed aristocracy in England. The first Viscount Campden amassed a large fortune in trade in London and purchased extensive estates, including Exton (Rutland) and Chipping Campden (Gloucestershire). The Barham Court (Kent) estate was the acquisition of the first Baron Barham, a successful admiral and naval administrator (First Lord of the Admiralty 1805).
5.2.7 Genealogy		Sir Edward Noel (d 1643) married Julian, daughter and co-heir of Baptists Hicks (d 1629), Viscount Campden, and succeeded to the viscounty of Campden and a portion of his father-in-law's estates. The third Viscount Campden (1612-82) married Hester Wotton, daughter of the second Baron Wotton. The fourth Viscount Campden (1641-89, created Earl of Gainsborough 1682) married Elizabeth Wriothsley, elder daughter of the fourth Earl of Southampton. Jane Noel (d 1811), sister of the fifth and sixth Earls of Gainsborough, married Gerard Anne Edwards of Welham Grove (Leicestershire) and had issue Gerard Noel Edwards (1759-1838). He married in 1780 Diana Middleton (1762-1823) <i>suo jure</i> Baroness Barham), daughter of Charles Middleton (1726-1813), created first Baronet of Barham Court (Kent) in 1781 and first Baron Barham in 1805. GN Edwards assumed the surname Noel in 1798 on inheriting the sixth Earl of Gainsborough's Rutland and Gloucestershire estates (though not the Earl's honours, which were extinguished); and he later inherited his father-in-law's baronetcy. His eldest son John Noel (1781-1866) succeeded to the estates of his mother and his father, to his mother's barony and his father's baronetcy, and was created Viscount Campden and Earl of Gainsborough in 1841.
5.3 RELATIONSHIPS AREA		
<i>First Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Harington family, Barons Harington Family
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F10219
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		Predecessor in the Ridlington (Rutland) estate
5.3.4 Dates of the relationship		Early 17 th century
<i>Second Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Wotton family, Barons Wotton
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F10218
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		Third Viscount Campden married Hester, daughter of second Baron Wotton
5.3.4 Dates of the relationship		Mid 17 th century

<i>Third Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Bentinck, Cavendish- family, Dukes of Portland
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F9541
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		A daughter of second Earl of Gainsborough married the first Duke of Portland
5.3.4 Dates of the relationship		Late 17 th century
<i>Fourth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Somerset family, Dukes of Beaufort
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F3483
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		The second Duke of Beaufort married Rachel daughter and coheir of the second Earl of Gainsborough in 1706
5.3.4 Dates of the relationship		1706
<i>Fifth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Wriothesley family, Earls of Southampton
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F2938
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		Elizabeth, daughter of the fourth Earl of Southampton married the first Earl of Gainsborough in 1661
5.3.4 Dates of the relationship		Late 17 th century
<i>Sixth Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Noel family of Walcot
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F10217
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		The sixth Earl of Gainsborough inherited the Walcot (Northamptonshire) estates of his cousin Thomas Noel in 1788
5.3.4 Dates of the relationship		1788
<i>Seventh Relation</i>		
5.3.1 Name/identifier of the related entity	<i>Authorized form of name</i>	Edwards family of Welham
	<i>Identifier</i>	GB/NNAF/F7310
5.3.2 Category of relationship		Family
5.3.3 Description of relationship		GN Edwards inherited the Noel estates in 1798 and took the surname Noel
5.3.4 Dates of the relationship		1798
5.4 CONTROL AREA		
5.4.1 Authority record identifier		GB/NNAF/F10216
5.4.2 Institution identifiers		Historical Manuscripts Commission
5.4.3 Rules and/or conventions		National Council on Archives <i>Rules for the Construction of Personal Place and Corporate Names</i> , 1997
5.4.4 Status		Finalised
5.4.5 Level of detail		Full
5.4.6 Dates of creation and revision		30 November 2000

5.4.7 Languages and scripts		English
5.4.8 Sources		HMC, <i>Principal Family and Estate Collections: Family Names L-W</i> , 1999 <i>Complete Peerage</i> , 1936 <i>Burkes Peerage</i> , 19q70 <i>Complete Baronetage</i> , vol 5, 1906
6 RELATING CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES TO ARCHIVAL MATERIALS AND OTHER RESOURCES		
<i>First Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Family and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 3214
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		12 th -20 th cent
<i>Second Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Rutland estate sales papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 3177/36-44
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1925-26
<i>Third Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Deeds, family financial and trust papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 2459
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		17 th -19 th cent
<i>Fourth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Pickwell (Leicestershire) estate maps
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 89-91/30
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1616, 1736
<i>Fifth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Deeds, family and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 1797
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		13 th -18 th cent

<i>Sixth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Welham (Leicestershire) deeds and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 81'30
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1745-1838
<i>Seventh Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Chipping Campden (Gloucestershire) deeds and papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0056 DE 3214
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		15 th -20 th cent
<i>Eighth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Chipping Campden (Gloucestershire) deeds and papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0040 D329
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1707-1881
<i>Ninth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Titchfield (Hampshire) deeds and estate papers
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0041 5M53
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		13 th -18 th cent
<i>Tenth Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related source	<i>Title</i>	A-E Noel and Edwards family corresp and papers 18 th -20 th cent
	<i>Unique Identifier</i>	GB 800819
6.2 Type of related resource		Archival materials
6.3 Nature of relationship		Creator
6.4 Dates of related resources and/or relationships		18 th -20 th cent
<i>Eleventh Related Resource</i>		
6.1 Identifier and title of related resource	<i>Title</i>	Noel family seal
	<i>Unique Identifier</i>	GB 0066, E 40/12531
6.2 Type of related resource		Attached seal, Andrew Noel
6.3 Nature of relationship		Owner
6.4 Dates of related resources and/or relationships		1551-1552

Exemplo 11 – Descrição de família
Idioma de descrição: francês (França)

5.1 ZONE D'IDENTIFICATION		
5.1.1 Type d'entité		Famille
5.1.2 Forme autorisée du nom		Dampierre, famille de (seigneurs de Biville-la-Baignarde, la Forest, Grainville, Millancourt, Montlandrin, Sainte-Agathe, Sain-Suplix et Sélincourt, puis marquis et comtes de Dampierre)
5.1.5 Autres formes du nom		Dampierre-Millancourt Dampierre de Millancourt Dampierre de Sainte-Agathe Dampierre de Sélincourt
5.1.6 Numéro d'immatriculation		Sans objet
5.2 ZONE DE LA DESCRIPTION		
5.2.1 Dates d'existence		XII ^e siècle à nos jours
5.2.2 Histoire		La famille de Dampierre, qui compte encore aujourd'hui des représentants, est issue d'une maison chevaleresque de ce nom, citée dès le XII ^e siècle en Haute-Normandie. Ses armes sont d' « argent à trois losanges de sable, 2 et 1 ». Elle a été maintenue dans sa noblesse à l'intendance de Picardie, le 21 mai 1667 et le 15 juin 1700, sur preuves remontant seulement à Adrien de Dampierre, seigneur de Sainte-Agathe d'Aliermont, marié en 1525 à Isabeau Bernard, dont la descendance a formé plusieurs rameaux.
5.2.3 Zones géographiques		Les premiers Dampierre, Elie et Guillaume, sont cités dans les grands rôles de l'Echiquier comme habitant le bailliage d'Arques en 1196. La branche dite de Sainte-Agathe, aujourd'hui éteinte, s'installa au XVII ^e siècle dans la paroisse d'Yzengremer en Ponthieu qui englobait la seigneurie de Millancourt qu'elle ajouta à son nom patronymique. Au XVIII ^e siècle, les Dampierre-Millancourt se fixèrent aux Antilles. Au XIX ^e siècle, les marquis de Dampierre se partagèrent entre leurs terres en Saintonge (Plassac), en Agenais (Sauveterre d'Astaffort) et en Anjou (le Chillou).
5.2.4 Statut juridique		Sans objet
5.2.5 Fonctions et activités		<p>Au XV^e siècle, Jourdain, seigneur de Dampierre et de Biville, panetier du roi, s'illustra dans la défense du château des Moulineaux (Hauts-de-Seine). Ses fils Hector et Guillaume furent respectivement maître d'hôtel de Louis XI et lieutenant général de Normandie.</p> <p>Au XVIII^e siècle, Marc-Antoine, dit le marquis de Dampierre (1676-1756), fut gentilhomme des chasses et plaisir de Louis XV et composa de nombreuses fanfares de cor.</p> <p>Au XIX^e siècle, Aymar, marquis de Dampierre (1787-1845), se posa comme champion des Bourbons après Waterloo et devint pair de France en 1827. Son fils, Elie, marquis de Dampierre (1813-1896) fut élu député des Landes en 1848, combattit la politique personnelle du prince Napoléon, et, après le coup d'Etat du 2 décembre, rentra dans la vie privée. Député des Landes à l'Assemblée nationale en 1871, il joua un rôle dans la préparation de la restauration monarchique de 1871-1872 et contribua à renverser Thiers en 1873.</p> <p>Chartiste, historien, le petit-fils d'Elie, Jacques, marquis de Dampierre (1874-1947), présida la Société d'information documentaire et le comité directeur de l'Agence française pour la normalisation. Il fut aussi conseiller général de Maine-et-Loire.</p>

5.2.7 Organisation interne		<p>Les jugements de maintenue de noblesse des XVII^e et XVIII^e siècles ne donnent la filiation des Dampierre qu'à partir d'Adrien de Dampierre, écuyer, seigneur de Sainte-Agathe, qui épousa en mai 1525 Isabeau Bernard. Adrien de Dampierre vivait encore quand son fils, Guillaume, épousa Claude de Cassaulx par contrat du 6 novembre 1555. Guillaume de Dampierre eut trois fils, Pierre, qui continua la descendance, Jean, qui fut l'auteur de la branche des seigneurs de Grainville, et Jacques, seigneur de Saint-Suplix dont la descendance s'éteignit dans la deuxième moitié du XVII^e siècle. Pierre de Dampierre, écuyer, seigneur de Sainte-Agathe, fils aîné de Guillaume, épousa d'abord, en 1580, Marie Picquet, puis, en 1585, Marie de Loisel, héritière de la seigneurie de Millancourt en Ponthieu. Ses trois fils, Pierre II, né du premier lit, et Aymar et François, nés du second lit, furent les auteurs de trois grandes branches.</p> <p>Descendant de Pierre II de Dampierre, le marquis Elie de Dampierre (1813-1896) eut deux fils, Aymar et Eric. D'Aymar sont issus les marquis de Dampierre (branche aînée), d'Eric descendent les comtes de Dampierre (branche cadette).</p>
5.3 ZONE DES RELATIONS		
<i>Premiere Relation</i>		
5.3.1 Nom et code d'immatriculation		Abbadie de Saint-Germain, famille d'
5.3.2 Type de relation		Relation d'association
5.3.3 Description de la relation		En 1812, Aymar, marquis de Dampierre, épousa Julie-Charlotte d'Abbadie de Saint-Germain, issue d'une des plus brillantes familles de la noblesse parlementaire en Béarn.
5.3.4 Date de la relation		1812-
<i>Deuxieme Relation</i>		
5.3.1 Nom et code d'immatriculation		Barthélémy, famille
5.3.2 Type de relation		Relation d'association
5.3.3 Description de la relation		La famille de Dampierre s'allia aux Barthélémy par le mariage, en 1842, du marquis Elie de Dampierre et d'Henriette Barthélémy (1813-1894), petite-nièce de l'abbé Barthélémy et nièce de François, marquis Barthélémy.
5.3.4 Date de la relation		1842-
<i>Troisieme Relation</i>		
5.3.1 Nom et code d'immatriculation		Juchault de Lamoricière, famille de
5.3.2 Type de relation		Relation d'association
5.3.3 Description de la relation		En 1873, Anicet Marie Aymar, comte de Dampierre, fils du marquis Elie, épousa Marie-Isabelle, la plus jeune fille du général de Lamoricière.
5.3.4 Date de la relation		1873-
5.4 ZONE DU CONTRÔLE DE LA DESCRIPTION		
5.4.1 Code d'identification		FR/AN CHAN 00055
5.4.2 Code d'identification du service		FR/AN CHAN Centre historique des Archives nationales
5.4.3 Règles ou conventions		Notice établie conformément aux normes ICA-ISAAR (CPF) du Conseil international des Archives et AFNOR NF Z 44-061 juin 1986 Catalogage : forme et structure des vedettes noms de personne, des vedettes titres, des rubriques de classement et des titres forgés
5.4.4 Statut		Notice validée par la direction des Archives de France.
5.4.5 Niveau de détail		Notice complète

5.4.6 Date de rédaction		Février 2004
5.4.7 Langue et écriture		Français (France)
5.4.8 Sources		<p>CHAIX-D'EST-ANGE (Gustave), <i>Dictionnaire des familles françaises anciennes ou notables à la fin du XIX^e siècle</i>, Evreux, 1903-1929, 20 vol. in-8, t. 13, p. 75-81.</p> <p>LARQUIER-ROCHEFORT (Bernard de), <i>Dictionnaire de Dampierre, descendance complète d'Aymar, marquis de Dampierre,... de 1787 à 1978</i>, Paris : B. de Larquier-Rochefort, 1979, 341 p.</p> <p>LARQUIER-ROCHEFORT (Bernard de), <i>Les Dampierre en Saintonge. Préface du Marquis de Dampierre</i>, Paris, "Les Seize", Édition du Palais-Royal, [1968?], X, 384 p. illustr., général. tables, planches, 24 cm.</p>
5.4.9 Notes d'entretien		Notice rédigée par Claire Sibille, conservateur à la direction des Archives de France
6 LIENS		
<i>Première Ressource Associée</i>		
6.1 Identification		Fonds Dampierre. Description dans <i>Archives Dampierre (289AP). Répertoire numérique détaillé</i> , par Claire Sibille, conservateur, sous la direction de Christine Nougaret, conservateur général responsable de la section des Archives privées, avec la collaboration de Florence Clavaud, conservateur responsable du service des nouvelles technologies. Première édition sous la forme électronique. Paris, Centre historique des Archives nationales, août 2003 (www.archivesnationales.culture.gouv.fr).
6.2 Type de ressource associée		Fonds d'archives
6.3 Nature de la relation		Producteur. Conservées au Centre historique des Archives nationales, les archives Dampierre se composent de deux parties distinctes: le fonds « Dampierre-Lamoricière-château du Chillon » (archives de la branche aînée) et le chartrier de Plassac (archives de la branche cadette).
<i>Deuxième Ressource Associée</i>		
6.1 Identification		Microfilm des archives Dampierre-Millancourt provenant du château d'Yzengremer (Somme). Description dans <i>Les Archives nationales, Etat général des fonds</i> , t. IV, <i>Fonds divers</i> , Paris : Archives nationales, 1980, p. 339.
6.2 Type de ressource associée		Fonds d'archives
6.3 Nature de la relation		Producteur
<i>Troisième Ressource Associée</i>		
6.1 Identification		Aveux, déclarations, pièces de procédure relatifs aux seigneuries de Champtocé et d'Ingrandes, en Anjou.
6.2 Type de ressource associée		Fonds d'archives
6.3 Nature de la relation		Producteur. Les archives des Dampierre relatives à leurs seigneuries de Champtocé et d'Ingrandes ont été déposées aux Archives départementales de Maine-et-Loire.

APÊNDICE C

Exemplos completos da versão brasileira

Exemplo 1 – Descrição de entidade coletiva

5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
5.1.1 Tipo de entidade	Entidade coletiva
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	BRASIL. FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO (cf ABNT)
5.1.5 Outras formas do nome	FBPF
5.2 ÁREA DE DESCRIÇÃO	
5.2.1 Datas de existência	9/8/1922-1985
5.2.2 História	<p>Em 1919, Berta Maria Júlia Lutz e mais cinco companheiras fundam a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, associação que assume destaque na campanha pelo voto feminino. Três anos mais tarde, participa como representante brasileira da Conferência Pan-Americana da Liga de Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente. De volta ao Brasil, funda a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), com objetivos de proteger a mãe e a infância, obter garantias legislativas e proteção para o trabalho feminino, orientar a escolha de uma profissão, estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e assegurar seus direitos políticos.</p> <p>A grande bandeira da FBPF foi o sufrágio feminino, luta que, sintonizada com o movimento internacional, alcançou êxito com a promulgação do Código Eleitoral de 1932, Decreto nº 21.076 de 24/2/1932, e com a Constituição de 1934, cujo anteprojeto foi elaborado por comissão que contou com a presença de Berta Lutz.</p> <p>Em 1932, com o objetivo de estimular a participação da mulher no processo eleitoral, Berta Lutz funda também a Liga Eleitoral Independente, pela qual, sob a legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, se candidata à Câmara dos Deputados.</p> <p>Com o Estado Novo, todas as associações são esvaziadas, e a FBPF a partir de então perde muito de sua importância.</p> <p>É desconhecida a data de sua extinção, tendo-se estabelecido a data-limite final com base no acervo custodiado pelo Arquivo Nacional.</p>
5.2.3 Locais	Brasil, Rio de Janeiro (RJ) (sede) e vários estados
5.2.4 Status legal	Entidade privada
5.2.5 Funções, ocupações e atividades	<p>Movimento organizado com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira. Atuou, basicamente, em prol do voto feminino, além de lutar para promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher os direitos políticos e prepará-la para o exercício desses direitos; estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental.</p>
5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade	Estatuto de 9/8/1922
5.2.7 Estruturas internas/Genealogia	<p>Dirigida por uma diretoria, que elegia a presidente e as vice-presidentes, era constituída por departamentos centrais na cidade do Rio de Janeiro e filiais nos estados. Onde não houvesse um departamento ou filial, seriam organizadas associações federadas, departamento de sócias ou centros sociais e de cultura para mulheres que aderissem individualmente à FBPF. Na prática, a FBPF era dirigida por Berta Lutz.</p>
5.2.8 Contexto geral	<p>A fundação da FBPF marcou o início efetivo da campanha feminista organizada no Brasil. A concessão do direito do voto às mulheres pode ser considerada sua maior conquista, obtida a partir do Código Eleitoral de 1932 e da Constituição de 1934.</p>

5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS		
<i>Primeiro relacionamento</i>		
5.3.1 Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizadas do nome</i>	Lutz, Berta Maria Júlia, 1894-1976
5.3.2 Categoria do relacionamento	Hierárquico	
5.3.3 Descrição do relacionamento	Presidente	
5.3.4 Datas do relacionamento	1922-1976	
5.4 ÁREA DE CONTROLE		
5.4.1 Identificador do registro de autoridade	BR AN E 2r	
5.4.2 Identificadores da instituição	ARQUIVO NACIONAL (Brasil) BR AN	
5.4.3 Regras e/ou convenções	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 6023</i> : Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2000. 22 p. CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. São Paulo: FEBAP, 1983. 2 v. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. <i>ISAAR (CPF)</i> : International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2. ed. Canberra, 2003. 70 p.	
5.4.4 Status	Versão preliminar	
5.4.5 Nível de detalhamento	Resumido	
5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência	criação: 12/5/2003; revisão: 28/9/2004	
5.4.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita	Português	
5.4.8 Fontes	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). <i>Guia de Fundos do Arquivo Nacional</i> . Coordenação geral: Jaime Antunes da Silva [e] Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. <i>DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930</i> . Coordenação de Alzira Alves de Abreu et al.. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5 v.	
5.4.9 Notas de manutenção	Autores: Beatriz Moreira Monteiro, Nilda Sampaio Barbosa e Sérgio Miranda de Lima	
6 RELACIONANDO ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
	<i>Identificadores</i>	BR AN Q0
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Material arquivístico - fundo	
6.3 Natureza dos relacionamentos	Produtor	
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	1922-1985	
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). <i>Relação de caixas do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino</i> . Rio de Janeiro, [1989]. 90 p. dat.
	<i>Identificadores</i>	
6.2 Tipo do recurso relacionado	Instrumento de pesquisa	
6.3 Natureza dos relacionamentos	Assunto	
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	1989	
<i>Terceiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	Bertha Lutz
	<i>Identificadores</i>	BR MN BL
6.2 Tipo do recurso relacionado	Material arquivístico – fundo	
6.3 Natureza dos relacionamentos	Assunto	
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	1922-c. 1975	

Exemplo 2 – Descrição de entidade coletiva

5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO		
5.1.1 Tipo de entidade	Entidade coletiva	
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)	
5.1.3 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (cf. AACR2)	
5.1.4 Outras formas do nome	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1946 (SPHAN) - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1946-1970 (DPHAN) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970-1979 (IPHAN) - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979-1981 (SPHAN) - Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1981-1985 (SPHAN) - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1985-1990 (SPHAN) - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1990-1994 (IBPC) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994 - (IPHAN) - IPHAN 	
5.1.5 Identificadores para entidades coletivas	26.474.056/0001-71 CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)	
5.2 ÁREA DE DESCRIÇÃO		
5.2.1 atas de existência		1937 –
	Datas ISO 8601	
5.2.2 História	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, é um marco na preservação do acervo histórico e artístico nacional. Resultado do projeto de intelectuais de destaque nas primeiras décadas do século XX, transformou-se em realidade pela lei nº 378, de 13/1/1937, tendo à frente o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Sua estrutura na época consistia apenas de um Conselho Consultivo, e tinha como competência promover em todo o país, e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. ▪ A proteção do patrimônio foi ratificada com a edição do decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, que respalda, ainda hoje, as ações de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Posteriormente, o decreto-lei nº 3.365, de 21/6/1941, preconizou, em um de seus artigos, a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico e artístico, que não estavam previstos no decreto-lei nº 25, de 1937. ▪ Em 2/1/1946, o decreto-lei nº 8.534 transformou o serviço em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O decreto nº 20.303, de 2/1/1946, manteve o órgão como subordinado direto do Ministério da Educação e Saúde. Sua estrutura passou a consistir de: Gabinete do Diretor-Geral, Divisão de Estudos e Tombamento, Divisão de Conservação e Restauração, Distritos, Serviço Auxiliar, Museu da Inconfidência, Museu das Missões e Museu do Ouro. Sua competência, definida pelo mesmo decreto, era inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país; catalogar sistematicamente e proteger os arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessassem à história nacional e à história da arte no Brasil; tomar medidas que tivessem por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; proteger os bens tombados na conformidade do decreto-lei nº 25, de 1937, e, bem assim, fiscalizar os mesmos, extensivamente ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei; coordenar e orientar as atividades dos museus federais que lhe fossem subordinados, prestando assistência técnica aos demais; estimular e orientar no país a organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia; realizar exposições temporárias de obras de valor artístico, assim como publicações e quaisquer outros empreendimentos que visassem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. ▪ Em 25 de julho de 1953, a lei nº 1.920 criou o Ministério da Saúde, passando o Ministério da Educação e Saúde a ser denominado Ministério da Educação e Cultura (MEC). A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional subordinou-se diretamente a este ministério, que passou a ser o seu superior imediato. Sua estrutura foi modificada pela lei nº 2.200, de 12/4/1954, sendo composta pelas seguintes divisões: 	

	<p>Gabinete, Divisão de Estudos e Tombamento, Divisão de Conservação e Restauração, Distritos, Serviço Auxiliar, Museu da Inconfidência, Museu das Missões, Museu do Ouro e Museu do Diamante.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O decreto nº 62.203, de 31/1/1968, extinguiu o Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas do Brasil e passou as suas atribuições para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. • O decreto nº 66.976, de 27/7/1970, mudou o nome do órgão para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e tornou o Departamento de Assuntos Culturais do MEC responsável por sua supervisão, transformando o IPHAN em órgão autônomo da administração direta. • Em 19 de abril de 1971, o decreto nº 68.527 modificou a estrutura do IPHAN, que passou a ser constituída das seguintes divisões: Gabinete, Divisão de Estudos e Tombamento, Divisão de Conservação e Restauração, Distritos, Serviço Auxiliar, Museu da Inconfidência, Museu das Missões, Museu do Ouro, Museu do Diamante e Parque Histórico Nacional dos Guararapes. • Em 26 de março de 1976, a portaria nº 230 modificou a estrutura e a competência do órgão. A estrutura passou a ser: Conselho Consultivo, Coordenadoria de Planejamento, Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento, Divisão de Conservação e Restauração, Divisão de Museus e de Difusão Cultural, Divisão de Arqueologia, Divisão de Pessoal, Divisão de Execução Orçamentária e Financeira, Divisão de Serviços Gerais, Diretorias Regionais e Museus e Casas Históricas. Sua competência consistia em inventariar, classificar, tomar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país, bem como tomar e proteger o acervo paisagístico do Brasil; catalogar sistematicamente e proteger os arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessassem à história nacional e à história da arte no Brasil; estudar, pesquisar e fazer levantamentos visando ao tombamento sistemático de bens de valor histórico, artístico, arqueológico e paisagístico existentes no país; registrar sistematicamente os bens de valor histórico e artístico; tomar medidas que tivessem por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico do país; proteger, conservar e restaurar os bens tombados na conformidade do decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, e, bem assim, fiscalizar os mesmos extensivamente ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei; coordenar e orientar as atividades dos museus federais que lhe fossem subordinados, prestando assistência técnica aos demais; estimular e orientar no país a organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia; realizar exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como publicar e efetuar quaisquer outros empreendimentos que visassem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico do país. • O decreto nº 81.454, de 17/3/1978, mudou a denominação do órgão supervisor do IPHAN de Departamento de Assuntos Culturais do MEC para Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC). • O decreto nº 89.198, de 13/11/1979, extinguiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criando como órgão central de direção superior a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a finalidade de inventariar, classificar, tomar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico, bem como tomar e proteger o acervo paisagístico no país. O parágrafo único deste decreto transferiu a competência, o acervo, os créditos, os cargos, as funções e o fundo contábil do IPHAN para esta Secretaria. • A portaria interministerial MEC/SEPLAN nº 1.170, de 27/11/1979, ignorou a criação dessa Secretaria ao transferir recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República diretamente para o IPHAN. • Em 17 de dezembro de 1979, a lei nº 6.757, que criou a Fundação Nacional Pró-Memória, transferiu para esta Fundação os bens móveis e imóveis da União, que estavam em uso ou sob a guarda e responsabilidade do extinto Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em flagrante contradição com o decreto nº 84.198, de 13/11/1979. • A portaria interministerial MEC/SEPLAN nº 579, de 20/11/1980, em seu primeiro artigo, tem o seguinte texto: “substitua-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na sua Portaria MEC/SEPLAN nº 1.170, de 27/11/1979.” • Em 10 de abril de 1981, a portaria nº 274 criou a Secretaria da Cultura, como órgão central de direção superior do MEC, por transformação das secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e de Assuntos Culturais (SEAC), por esta portaria extintas. • A portaria nº 383, de 10/6/1981, aprovou o regimento interno da Secretaria de Cultura, confirmando assim a extinção das secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico
--	---

	<p>Nacional (SPHAN) e de Assuntos Culturais (SEAC). Na estrutura da Secretaria atribuída por esta portaria aparece pela primeira vez a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão que será o antecessor da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando este órgão for recriado, em 1985.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 15 de março de 1985, o decreto nº 91.144 criou o Ministério da Cultura e dispôs sobre a sua estrutura, transferindo para ela diversos órgãos, inclusive a Secretaria da Cultura. • Em 18 de julho de 1985, a portaria nº 48 extingue a Secretaria de Cultura e transforma a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em uma nova Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esta secretaria tinha como finalidade coordenar, supervisionar e executar o inventário, a classificação, o tombamento, a conservação e a restauração de bens de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico, bem como o tombamento e a proteção do acervo natural e paisagístico existente no país. Seu superior direto era o próprio Ministério da Cultura e, segundo o artigo 4 desta portaria, o SPHAN também era o órgão supervisor da Fundação Nacional Pró-Memória e da Fundação Casa de Rui Barbosa. • O decreto nº 92.489, de 24/3/1986, novamente confirmou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como órgão da administração direta, subordinado diretamente ao Ministério da Cultura. Sua estrutura consistia de um Conselho Consultivo e sua competência era promover e preservar a herança cultural do país, considerando suas raízes regionais, as relações com o ecossistema e os efeitos da estratificação social; estimular a criatividade, tendo em conta a pluralidade cultural e a ação contestadora; inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país; tomba e fiscalizar o comércio de obras de arte. • Em 17 de julho de 1986, a portaria nº 284 proveu o órgão da seguinte estrutura: Conselho Consultivo, Gabinete do Secretário, Consultoria Técnica, Coordenadoria de Proteção, Coordenadoria de Conservação, Coordenadoria Jurídica, Coordenadoria de Registro e Documentação, Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus, Coordenadoria de Arqueologia, Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira e Diretorias Regionais. • O Ministério da Cultura foi extinto pela medida provisória nº 150, de 15/3/1990, que foi ratificada pela lei nº 8.028, sem oferecer qualquer referência legal quanto à vinculação ministerial da SPHAN. • A lei nº 8.029, de 12/4/1990, que dispôs sobre a extinção e a dissolução de entidades da Administração Pública Federal, ratificando a medida provisória nº 151, de 15/3/1990, autorizou a constituição do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC como sucessor da SPHAN. Entretanto, o IBPC só foi criado em 3 de setembro de 1990, pelo decreto nº 99.492, que constituiu a Fundação Instituto Brasileiro de Arte e Cultura. Como não foi encontrada em nenhuma outra norma legal qualquer referência sobre a extinção da SPHAN, consideramos como a data da extinção da Secretaria a data de criação do IBPC, pois foi este o órgão que sucedeu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. • Pela medida provisória nº 610, de 8/9/1994, o IBPC passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. • O decreto nº 2.807, de 21/10/1998, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências. • Em 12/8/2003, o decreto nº 4.805, que aprova a nova estrutura regimental do Ministério da Cultura, transfere a unidade Cinemateca Brasileira, até então vinculada à 9ª Superintendência Regional (SP), para a Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais do Ministério da Cultura. • Em 19/8/2003, o decreto nº 4.811 aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências. Por esse decreto, o Centro Nacional de Cultura Popular da Fundação Nacional de Arte – Funarte passa a integrar o quadro de unidades especiais do IPHAN. A nova estrutura organizacional tem a seguinte composição: Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; Assessoria de Promoção do Patrimônio Cultural; Departamento de Planejamento e Administração; Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens Culturais; Departamento de Museus e Centros Culturais; além de Unidades Especiais: museus e centros culturais e superintendências regionais. • Em 2004, o decreto nº 5.040, de 7/4/2004, revoga o decreto anterior e aprova a nova estrutura do IPHAN e dá outras providências. A nova estrutura organizacional fica, então, com a seguinte composição: Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio
--	--

	<p>Cultural; Departamento de Planejamento e Administração; Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial; Departamento de Museus e Centros Culturais; Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio Cultural; Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência, além de Unidades Especiais: museus e centros culturais e superintendências regionais. Por esse decreto, foi ampliado para 21 o número de superintendências regionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 67 anos de existência, o órgão responsável pela gestão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve as seguintes denominações e dirigentes: <ul style="list-style-type: none"> - 1937-46 – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rodrigo Melo Franco de Andrade; - 1946-67 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rodrigo Melo Franco de Andrade; - 1967-70 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Renato Soeiro; - 1970-79 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Renato Soeiro; - 1979-80 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Aloísio Sérgio Magalhães; - 1980-81 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória: Aloísio Sérgio Magalhães; - 1981-82 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória: Aloísio Sérgio Magalhães; - 1982-85 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Irapoan Cavalcanti Lyra, e da Fundação Nacional Pró-Memória: Marcos Vinícios Villaça; - 1985-86 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; - 1986-87 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, e da Fundação Nacional Pró-Memória: Joaquim Arruda Falcão; - 1987-88 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória: Oswaldo José de Campos Melo; - 1988-89 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Augusto Carlos da Silva Telles, e da Fundação Nacional Pró-Memória: Oswaldo José de Campos Melo/Augusto Carlos da Silva Telles; - 1989-90 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória: Ítalo Campofiorito; - 1990-91 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural: Lélia Gontijo Soares (Lélia Coelho Frota); - 1991-93 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural: Jayme Zettel; - 1993-94 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural: Francisco Manoel Melo Franco; - 1994-99 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Glauco Campello; - 1999-2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Carlos Henrique Heck; - 2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Maria Elisa Costa; - 2004 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Antonio Augusto Arantes Neto
5.2.3 Locais	<p>Com sede em Brasília, DF, o IPHAN atua junto à sociedade em todo o território nacional, através de superintendências regionais, além de possuir em sua estrutura diversas unidades organizacionais localizadas em 50 diferentes cidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Antonio Prado/RS (Escritório Técnico, vinculado à 12ª SR) • Aracaju/SE (8ª Superintendência Regional, responsável por SE e AL) • Belém/PA (2ª Superintendência Regional, responsável por PA e AP) • Belo Horizonte/MG (13ª Superintendência Regional-Sede, responsável por MG) • Brasília/DF (Administração Central e 15ª Superintendência Regional); • Cabo Frio/RJ (Escritório Técnico, vinculado à 6ª SR) • Campo Grande/MS (18ª Superintendência Regional) • Congonhas/ MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR) • Corumbá/MS (Escritório Técnico, vinculado à 18ª SR) • Cuiabá/MT (18ª Sub-Regional, vinculada à 14ª SR) • Curitiba/PR (10ª Superintendência Regional, responsável por PR) • Diamantina/MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR) • Florianópolis/SC (11ª Superintendência Regional, responsável por SC) • Fortaleza/CE (4ª Superintendência Regional, responsável por CE) • Goiânia/GO (14ª Superintendência Regional, responsável por GO e TO) • Goiás/GO (Escritório Técnico, vinculado à 14ª SR) • Jaboatão dos Guararapes/PE (5ª Sub-Regional, vinculada à 5ª SR) • João Pessoa/PB (4ª Sub-Regional, vinculada à 20ª SR) • Laguna/SC (Escritório Técnico, vinculado à 11ª SR)

	<ul style="list-style-type: none"> • Lençóis/BA (Escritório Técnico, vinculado à 7ª SR) • Maceió/AL (17ª Superintendência Regional, responsável por AL) • Manaus/AM (1ª Superintendência Regional, responsável por AM e RR) • Mariana/MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR) • Mucugê/BA (Escritório Técnico vinculado ao de Lençóis) • Natal/RN (20ª Superintendência Regional, responsável por RN e PB) • Natividade/TO (2ª Sub-Regional, vinculada à 14ª SR) • Olinda/PE (19ª Sub-Regional, vinculada à 5ª SR) • Ouro Preto/MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR); • Parati/RJ (Escritório Técnico, responsável por Parati e Angra dos Reis, vinculados à 6ª SR) • Petrópolis/RJ (Escritório Técnico, vinculado à 6ª SR); • Pirenópolis/GO (Escritório Técnico vinculado à 14ª SR) • Porto Alegre/RS (12ª Superintendência Regional, responsável por RS) • Porto Seguro/BA (Escritório Técnico, vinculado à 7ª SR) • Recife/PE (5ª Superintendência Regional, responsável por PE) • Rio Branco/AC (16ª Superintendência Regional, responsável por AC e RO) • Rio de Contas/BA (Escritório Técnico, vinculado à 7ª SR) • Rio de Janeiro/RJ (6ª Superintendência Regional, responsável por RJ); • Sabará/MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR) • Salvador/BA (7ª Superintendência Regional, responsável por BA) • São Francisco do Sul/SC (Escritório Técnico, vinculado à 11ª SR) • São João del Rei/MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR) • São Luís/MA (3ª Superintendência Regional, responsável por MA) • São Miguel das Missões/RS (Escritório Técnico, vinculado à 12ª SR) • São Paulo/SP (9ª Superintendência Regional-Sede, responsável por SP) • São Raimundo Nonato/PI (Escritório Técnico, vinculado à 19ª SR) • Serro/MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR) • Teresina/PI (19ª Superintendência Regional, responsável pelo PI) • Tiradentes/MG (Escritório Técnico, vinculado à 13ª SR) • Vassouras/RJ (Escritório Técnico, vinculado à 6ª SR) • Vitória/ES (21ª Superintendência Regional)
5.2.4 Status legal	Órgão público do Executivo Federal
5.2.5 Funções, ocupações e atividades	<p>O IPHAN tem por finalidade pesquisar, promover, fiscalizar e proteger o patrimônio cultural, nos termos da Constituição e, especialmente:</p> <p>I – formular e coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;</p> <p>II – formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos para conservação e preservação do patrimônio cultural;</p> <p>III – desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para conservação e preservação do patrimônio cultural;</p> <p>IV – promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural;</p> <p>V – exercer os poderes discricionário e de polícia administrativa para proteção do patrimônio cultural brasileiro;</p> <p>VI – aplicar as penalidades previstas na legislação de proteção ao patrimônio cultural;</p> <p>VII – exercer as competências estabelecidas no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na lei nº 4.845, de 1º de novembro de 1965, e na lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.</p>
5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade	<ul style="list-style-type: none"> . Lei nº 378, de 13/1/1937, que cria o IPHAN; . Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, que cria o instituto do tombamento; . Lei de Arqueologia nº 3.924, de 26/7/1961; . Constituição Federal de 1988, art. 215 e 216, de 5/10/1988; . Decreto nº 99.492, de 3/9/1990, que constitui o IPHAN como autarquia federal; . Decreto nº 2.807, de 21/10/1998, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do IPHAN; . Decreto nº 3.551, de 4/8/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial; . Decreto nº 4.805, de 12/8/2003, que aprova a estrutura regimental, cargos e gratificações do Ministério da Cultura; . Decreto nº 4.811, de 19/8/2003, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do IPHAN.

5.2.7 Estruturas internas/Genealogia	<p>O IPHAN tem a seguinte estrutura básica:</p> <p>I – órgãos colegiados: Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;</p> <p>II – órgãos de assistência direta e imediata ao presidente: Gabinete;</p> <p>III – órgãos seccionais: Procuradoria Federal; Auditoria Interna; Departamento de Planejamento e Administração;</p> <p>IV – órgãos específicos singulares: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial; Departamento de Museus e Centros Culturais; Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural e Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência;</p> <p>V – unidades descentralizadas: Superintendências Regionais; Unidades Especiais: museus e centros culturais, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capela Santa Luzia (Vitória/ES) • Casa Alberto Torres (Itaboraí/RJ) • Casa Borba Gato (Sabará/MG) • Casa Chica da Silva (Diamantina/MG) • Casa da Baronesa (Ouro Preto/MG) • Casa da Princesa (Pilar de Goiás/GO) • Casa de Cultura de Santa Bárbara (Santa Bárbara/MG) • Casa do Bonfim (Diamantina/MG) • Casa dos Otoni (Serro/MG) • Casa Setecentista (Mariana/MG) • Forte Defensor Perpétuo (Parati/RJ) • Museu Casa da Hera (Vassouras/RJ) • Museu Casa de Benjamim Constant (Rio de Janeiro/RJ) • Museu Casa dos Sete Candeeiros (Salvador/BA) • Museu da Abolição (Recife/PE) • Museu da Casa Coronel Joaquim Lacerda (Lapa/PR) • Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG) • Museu da República (Rio de Janeiro/RJ) • Museu das Missões (São Miguel das Missões/RS) • Museu de Arqueologia de Itaipu (Niterói/RJ) • Museu de Arte Religiosa e Tradicional (Cabo Frio/RJ) • Museu de Arte Sacra (Parati/RJ) • Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (Santa Teresa/ES) • Museu do Ouro (Sabará/MG) • Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro/RJ) • Museu Imperial (Petrópolis/RJ) • Museu Lasar Segall (São Paulo/SP) • Museu Nacional de Belas-Artes (Rio de Janeiro/RJ) • Museu Regional de Cachoeira (Cachoeira/BA) • Museu Regional de São João del Rei (São João del Rei/MG) • Museu Solar Monjardim (Vitória/ES) • Museu Victor Meirelles (Florianópolis/SC) • Museu Villa-Lobos (Rio de Janeiro/RJ) • Museus Castro Maia (Rio de Janeiro/RJ) • Paço Imperial (Rio de Janeiro/RJ) • Palácio Gustavo Capanema (Rio de Janeiro/RJ) • Sítio Roberto Burle Marx (Rio de Janeiro/RJ)
5.2.8 Contexto geral	<p>A instituição foi criada em 13 de janeiro de 1937 pela lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade que elaborasse um anteprojeto de lei para salvaguarda desses bens e confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantação do Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o decreto-lei nº 25, que organiza a "proteção do patrimônio histórico e artístico nacional".</p> <p>Nessa missão, Rodrigo contou com a colaboração de outros brasileiros ilustres, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Intelectual e homem de ação, Rodrigo concentrou seus esforços na proteção dos bens patrimoniais do país, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos, realizando tombamentos, restaurações e revitalizações, que asseguraram a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, bem como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis.</p>

5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS		
<i>Primeiro relacionamento</i>		
5.3.1- Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Brasil. Ministério da Cultura
	Identificadores	
5.3.2- Categoria do relacionamento	Hierárquica	
5.3.3- Descrição do relacionamento	<i>Título</i>	
	<i>Narrativa</i>	Subordinado ao Ministério da Cultura
5.3.4- Datas do relacionamento	Datas ISO 8601	1985-
<i>Segundo relacionamento</i>		
5.3.1- Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
	Identificadores	
5.3.2- Categoria do relacionamento	Associativa	
5.3.3 - Descrição do relacionamento	<i>Título</i>	
	<i>Narrativa</i>	É membro do ICCROM – International Centre for the Study of Preservation and Restoration of Cultural Property
5.3.4- Datas do relacionamento	Datas ISO 8601	2000-
5.4 ÁREA DE CONTROLE		
5.4.1- Identificador do registro de autoridade	BR IPHAN E 1	
5.4.2- Identificadores da instituição	Arquivo Central do IPHAN	
5.4.3- Regras e/ou convenções	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. <i>ISAAR (CPF)</i> : International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2. ed. Canberra, 2003. 70 p.	
5.4.4- Status	Versão preliminar	
5.4.5- Nível de detalhamento	Integral	
5.4.6- Datas de criação, revisão ou obsolescência	Criação: 20/9/2003; Revisão: 22/9/2004	
5.4.7- Idioma(s) e sistema(s) de escrita	Português	
5.4.8- Fontes	<p>Bibliografia consultada:</p> <p>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Sobre o Iphan. [on-line] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.iphan.gov.br. Arquivo capturado em 12/05/2003.</p> <p>PROGRAMA de Gestão Documental no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Etapa 1: os acervos e os serviços arquivísticos do Iphan. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos, mar. 2001.</p>	
5.4.9- Notas de manutenção	Autores: Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope	

Exemplo 3 – Descrição de pessoa

5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
5.1.1 Tipo de entidade	Pessoa
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Feio, José Lacerda de Araújo, 1912-1973
5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras	
5.1.5 Outras formas do nome	
5.1.6 Identificadores para entidades coletivas	
5.2 ÁREA DE DESCRIÇÃO	
5.2.1 Datas de existência	n. 21/4 /1912; m. 19/9/1973
	<i>Datas ISO 8601</i> n. 1912-4-21 / m. 1973-9-19
5.2.2 História	<p>Médico pela Faculdade Nacional de Medicina (1936), bacharel e licenciado em História Natural pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1940), ingressou no Museu Nacional (MN), na Divisão de Zoologia, como naturalista interino (1941), mais tarde efetivado por concurso (1944) e classificado como zoólogo (1966). Entre as décadas de 1960 e 1970, dedicou-se também a pesquisar a história do Palácio de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, sede do Museu Nacional, reunindo farto material e referências bibliográficas sobre o tema.</p> <p>Pais: Francisco A. C. de Araújo Feio e Maria José Lacerda de Araújo Feio Esposa: Haydée Costa de Araújo Feio (n. 15/12/1911) Filhos: Ceci (n. 22/12/1944) e José (n. 18/6/1946)</p> <p>As denominações de duas espécies animais derivam de seu nome: <i>Ariamnes feioi Mello Leitão</i>, 1947 (<i>Araneae, Therididae</i>); <i>Eccrotatarus feioi Carvalho</i>, 1953 (<i>Hemiptera, Miridae</i>).</p>
5.2.3 Locais	Rio de Janeiro (nascimento e morte)
5.2.5 Funções, ocupações e atividades	<p>Médico, naturalista e zoólogo do Museu Nacional (MN), especialista em aracnídeos (aranhas, escorpiões e pseudoescorpiões), professor e pesquisador.</p> <p>No MN, foi:</p> <p>1941-1945 substituto eventual do chefe da Divisão de Zoologia João Moojen de Oliveira;</p> <p>1942-1947 substituto eventual da diretora da instituição; 1946 chefe da Divisão de Zoologia; 1953-1954 responsável pela Divisão de Botânica; 1954-1955 substituto eventual do responsável pela Divisão de Botânica (Fernando Segadas Viana); 1957-1959 substituto eventual do chefe da Divisão de Zoologia (Antenor Leitão de Carvalho); 1958-1959 chefe da Seção de Extensão Cultural; 1958 superintendente dos processos de organização das exposições; 1959-1966? chefe da Seção de Invertebrados; 1967-1971 diretor do MN.</p> <p>Participou diretamente das seguintes exposições:</p> <p>1950 <i>II Exposição temporária do Museu Nacional – Ilha da Trindade</i>, no Museu Nacional, como integrante da equipe organizadora;</p> <p>1956 <i>Sala 1 de Zoologia – Introdução à Zoologia, História do microscópio, Protozoários, Cnidários, Ctenóforos e Espongiários</i>, no Museu Nacional, no planejamento, organização e realização;</p> <p>1956 <i>Exposição temporária sobre o centenário de nascimento de Adolfo Lutz</i>, no Museu Nacional;</p> <p>1957 <i>Sala 2 de Zoologia – Setor de Protoartrópodes e Aracnídeos</i>, no Museu Nacional, no planejamento, organização e realização;</p> <p>1958 <i>Sala 3 de Zoologia – Setor de Miriápodes</i>, no Museu Nacional, no planejamento, organização e realização;</p> <p>1958 <i>I Exposição Pedagógica – Geografia, Ciências etc.</i>, realizada na Casa do Professor (?), como membro;</p> <p>1959 <i>Exposição Comemorativa do Centenário da obra de Darwin</i>, no Museu Nacional, em conjunto com o British Council, no planejamento, organização e realização.</p> <p>Atuou, ainda, como:</p>

1944, 1957 1947	examinador de concurso público de provas; membro do grupo do Conselho Nacional de Geografia para levantamento da região onde seria localizada a capital;
1950	coordenador dos trabalhos de Biogeografia e Ecologia;
1951	membro do grupo do anteprojeto de Código de Caça e Pesca;
1953- ?	membro do College d' Experts pour l'Ecologie Animale de la Zone Aride da UNESCO;
1958, 1959- 1961, 1963	vice-presidente da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus – ONICOM;
1959- ?	representante do MN no IBECC do Ministério das Relações Exteriores;
1960	coordenador da mesa Arachnida e Biogeografia no I Congresso de Zoologia;
1961	membro do grupo de estudos e normas de combate e profilaxia contra <i>Latrodectus mactans</i> (aranha viúva negra) da Secretaria Geral de Saúde do Estado da Guanabara.
Autor de vários trabalhos científicos, como:	
1937	Heterogeneidade da Terra. <i>Revista de Educação</i> , Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 41-42;
1937	Intemperismo, agente geológico. <i>Revista de Educação</i> , Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 78-79;
1937	Vento, agente geológico. <i>Revista de Educação</i> , Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 141-142;
1937	História Natural. <i>Magna Vox</i> , v. 1, n. 2, p. 15-20;
1937	História Natural, rudimentos de biologia geral. <i>Magna Vox</i> , v. 1, n. 3, p. 12;
1938	Hipóteses cosmogônicas. <i>Revista Didática e Científica do Colégio Universitário</i> , v. 1, n. 2, p. 33-37;
1938	[Teoria de Wegener das translações continentais: África e América foram alguma vez juntas? Conferência pública 1/12/1938];
1939 jun.	[<i>Aspectos regionais da geologia do estado de Minas Gerais</i> . Palestra preparatória para os alunos do Colégio Universitário];
1939	Geologia histórica e seus fins. <i>Revista Didática e Científica do Colégio Universitário</i> , v. 2, n. 3, p. 17-19;
1939	Sobre um novo método de fixação pelo tanino para Ctenophoros: súmula da Academia Brasileira de Ciências. <i>Jornal do Comércio</i> , Rio de Janeiro, 20/12/1939;
1941	Sobre um curioso pseudoescorpião <i>Geogarypus</i> (G.) itaparinensis. <i>Papeis Avulsos Dep. Zool. do Estado de São Paulo</i> , n. 1, p. 241-244;
1941	<i>Sinopse de sistemática zoológica</i> . Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Comércio. 171 p. il.;
1941	[Apreciação bibliográfica sobre <i>Sinopse de sistemática zoológica</i> . <i>Jornal do Brasil</i> , Rio de Janeiro].
1942	Sobre o apresamento e sucção de algumas espécies de <i>Pachyolpium</i> e <i>Lustrobernes</i> (Pseudoescorpiones). <i>Boletim do Museu Nacional</i> , N. S., Zool., Rio de Janeiro, n.3, p. 114-120, il.;
1944	<i>Victorwithius monoplacophorus</i> n. gen. n. sp. da subfamília <i>Withiinae</i> Chamberlin, 1931 (Pseudoescorpiones: Cheliferidae). <i>Boletim do Museu Nacional</i> , N.S., Zoologia, Rio de Janeiro, n. 28, p. 1-7. il.;
1945	Novos pseudoescorpiões da região neotropical. <i>Boletim do Museu Nacional</i> , N. S., Zool., Rio de Janeiro, n. 44, p. 1-47;
1945	Geologia histórica e seus fins. <i>Revista do Museu Nacional</i> , Rio de Janeiro, n. 5, p. 17-19;
1946	[Sobre o gênero <i>Pycnochrnes</i> Beier, 1932, com a descrição de <i>P. guarany</i> , sp.n. do Paraguai. In: <i>Livro de homenagem a R.F. d'Almeida</i> , p. 167-176];
1947	Geologia histórica e seus fins. <i>Boletim Geográfico</i> , v. 5, n. 50, p. 166-168;
1947	[Em 18/12, palestra sobre a zoogeografia e os demais setores da geografia];
1948	Revisão do trabalho de P. Dansereau: a distribuição e estrutura de um trabalho biogeográfico. <i>Revista Brasileira de Geografia</i> , v. 12, n. 3, p. 445-470;
1948	_____, LEITÃO, Cândido Firmino de Melo. Notas sobre pequena coleção de aracnídeos do Peru. <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi</i> , Belém, n. 10, p. 313-324. il.;
1949	[Apostilas do curso de Didática Especial de História Natural. Faculdade Nacional de Filosofia];
1949	Aranhas da Foz do Koluene (desenhos dos sp. científicos). <i>Boletim do Museu Nacional</i> , n.s., Zoologia, Rio de Janeiro, n. 92, p. 1-35;
1949	[O primeiro trabalho sobre zoogeografia publicado no Brasil. In: REUNIÃO SUL-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA, 1: 1949. <i>Anais</i> .];
1950?	[Os pseudoescorpiões. <i>Revista do Museu Nacional</i> , Rio de Janeiro, ..., n. p....];
1950	[Informe fornecido a C. Hoff sobre pseudoescorpiões. <i>Arthropoda</i> , v. 12, n. 4, p. ...]
1950	_____, CARVALHO, José Cândido de Melo. Sobre alguns gordiáceos do Brasil e da República Argentina (Nematomorpha, Gordioidea). <i>Anais da Academia Brasileira de Ciências</i> , v. 22, n. 2, p. 193-206;
1950	[<i>Relatório de viagem à Ilha da Trindade: Expedição João Alberto</i> . Rio de Janeiro: Museu Nacional. p. (datilografado)];

	<p>1950 A Biogeografia e os outros setores da geografia: as etapas de um trabalho biogeográfico. <i>Revista Brasileira de Geografia</i>, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 445-470. il.;</p> <p>1951 A Ilha da Trindade. <i>O Jornal</i>, Rio de Janeiro, 7/8/1951;</p> <p>1951 [A <i>biologia nos tempos modernos</i>. Palestra proferida na Radio Ministério da Educação em 8/6/1951];</p> <p>1951 Melo Leitão e a Geografia. <i>Boletim Geográfico</i>, v. 14, n. 97, p. 59-60. [Reeditado em <i>Fauna</i>, v. 16, n. 8, p. 17-19];</p> <p>1951? [Fauna do Brasil. Rio de Janeiro: IBECC.]</p> <p>1952 [Conceito biológico de espécie e raça. Palestras para o Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais]</p> <p>1952 Uma curiosa magalomorfa arborícola Paracenobiopalma – gercormophila, gn.n., sp.n (Aranae, Barychelidade). <i>Boletim do Museu Nacional</i>, N.S., <i>Zoologia</i>, Rio de Janeiro, n. 113, p. 1-23. il.;</p> <p>1953 Contribuição ao conhecimento da história da zoogeografia do Brasil. <i>Publicações Avulsas do Museu Nacional</i>, Rio de Janeiro, n. 12, p. 1-22;</p> <p>1953 [Primeiro trabalho sobre zoogeografia publicado no Brasil. In: REUNIÃO SUL-AMERICANA DE GEOGRAFIA, 1: 1949. <i>Anais</i>];</p> <p>1953 [Contribuição ao conhecimento da história da zoogeografia do Brasil (1500-1550). In: REUNIÃO PAN-AMERICANA DE GEOGRAFIA, 1: 1949. <i>Anais</i>]</p> <p>1955 [Contribuição à conceituação de biogeografia. Tese para o concurso de livre-docência. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade do Distrito Federal (dat.)];</p> <p>1956 [Razões que justificam a técnica empregada na exposição de protozoa, poríferas e cnidário do Museu Nacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS, 1. <i>Anais</i>.];</p> <p>1956 [Questionários sobre museus: sua apresentação lúdica, seus níveis e objetivos. In: CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS, 1. <i>Anais</i>];</p> <p>1958 [Conferência <i>História do Museu da Ciência e a Museologia</i>, no salão nobre da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, dia 26 de agosto];</p> <p>1958 Vamos conhecer a natureza. <i>Revista Escola Secundária</i>, n. 6, p. 86-89;</p> <p>1959 Apresentação das exposições de invertebrados do Museu Nacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS, 2. São Paulo];</p> <p>1959 Les salles des invertébrés aux Museu Nacional. <i>Museum</i>, Paris, v.12, n.4, p. 229-240;</p> <p>1959 [Técnica museológica e museográfica. In: CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS, 2. São Paulo];</p> <p>1959 [_____. LEONTISINIS, Sólon. Uma observação sobre visitantes de exposição de museu de ciência. In: CONGRESSO NACIONAL DE MUSEUS, 2. São Paulo];</p> <p>1959 Consideraciones sobre Chernetinae com la descripcion de Maxcheres birabeni generoy especienuevos (Arácnida, Pseudoscorpiones). <i>Neotropica</i>, v. 5, n. 18, p. 71-82;</p> <p>1960 O Museu Nacional e o doutor Emílio Joaquim da Silva Maia. <i>Publicações Avulsas do Museu Nacional</i>, Rio de Janeiro, n. 35, 31p.</p> <p>1960 [Museus escolares. In: CONGRESSO DE PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO, 1. <i>Anais</i>.];</p> <p>1960 Contribuição ao conceito de biogeografia. <i>Publicações Avulsas Museu Nacional</i>, Rio de Janeiro, n. 36, p. 1-21;</p> <p>1960 [Contribuição ao inventário crítico da zoologia no Brasil (1500-1960): Pseudoescorpiões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 1. Rio de Janeiro.]</p> <p>1961 FAUNA BRASILEIRA. In: <i>Enciclopédia Delta Larousse</i>. p. 6801-6810;</p> <p>1961 FAUNA BRASILEIRA. In: <i>Enciclopédia Delta Larousse</i>. 2. ed., p....];</p> <p>1961 [De 16 a 22/10, participou do II Congresso Brasileiro de Zoologia, realizado em Porto Alegre, RS, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul];</p> <p>1961 ago. O problema de <i>Latrodectus mactans</i>. In: CICLO DE PALESTRAS DO MUSEU NACIONAL.</p> <p>1961 [Conceitos e objetivos da zoogeografia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 2. Porto Alegre.]</p> <p>1961 [O problema do recrudescimento de população de <i>Latrodectus mactans</i> nas proximidades do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 2. Porto Alegre.]</p> <p>1961 Como agir contra as viúvas negras. <i>Tribuna da Imprensa</i>, 11/8/1961.</p>
5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade	<p>1941 Decreto de 9/9/1941, designado naturalista interino do quadro permanente do Ministério da Educação e Saúde;</p> <p>1941 Portaria MN n. 15, de 5/11/1941, designado substituto eventual do chefe da Divisão de Zoologia;</p> <p>1942 Portaria MES n. 75, de 23/3/1942, designado para serviços de tratamento e revisão de coleções zoológicas;</p> <p>1946 Portaria MN n. 16, de 27/6/1946, designado para a função de chefe da Divisão de Zoologia;</p> <p>1946 Portaria MN n. 40, de 11/10/1946, tornada sem efeito Portaria MN n. 16, de 27/6/1946;</p> <p>1947 Portaria MN n. 38, de 15/5/1947, elogiado pelo excepcional zelo e especial dedicação revelados no preparo das exposições de antropologia inauguradas em 13/4/1947;</p>

1947	Portaria MN n. 83, de 24/11/1947, designado para representar o MN na III Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada em 30/11/1947;
1949	Portaria MN n. 32, de 27/6/1949, designado para integrar a Comissão de Publicações;
1950	Portaria MN n. 1, de 6/1/1950, designado para representar o MN na V Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros realizada em Belo Horizonte, na segunda quinzena do mês de janeiro de 1950;
1950	Portaria MN n. 38, de 2/10/1950, designado para, sem prejuízo dos seus encargos na Divisão de Zoologia, colaborar nos trabalhos do Serviço de Biogeografia e Ecologia(?), cabendo-lhe a coordenação dos trabalhos, publicada no <i>Boletim de Pessoal</i> n. 133, de 10/11/1950, p. 1.884;
1951	Portaria MN n. 2, de 5/1/1951, designado para representar o MN na 2ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Botânica, realizada de 8 a 16 de janeiro de 1951;
1954	Portaria MN n. 3, de 12/3/1954, designado para substituto eventual do responsável pela Divisão de Botânica (Fernando Segadas Vianna);
1955	Portaria MN n. 28, de 30/6/1955, dispensado da substituição eventual do responsável pela Divisão de Botânica;
1956	Portaria MN n. 6, de 25/1/1956, elogiado pela dedicação e zelo na organização e apresentação da 1ª Sala de Zoologia inaugurada em 10 de janeiro de 1956, publicada no <i>Boletim de Pessoal</i> n. 6, de 8/2/1956;
1956	Ofício MN n. 659, de 16/10/1956 ao presidente do ICOM, escolhido por unanimidade pela Congregação do MN como representante do MN na Comissão Nacional do ICOM
1957	Portaria MN n. 19, de 22/5/1957, designado substituto eventual da chefia da Divisão de Zoologia (Antenor Leitão de Carvalho), publicada no <i>Boletim de Pessoal</i> n. 23, de 24/3/1958;
1957	Portaria MN n. 24, de 6/6/1957, elogiado pela dedicação e zelo na organização e apresentação das exposições de zoologia – sala 2, publicada no <i>Boletim de Pessoal</i> n. 58, de 29/7/1957;
1958	Portaria MN n. 26, de 10/6/1958, elogiado pelos serviços prestados na organização e execução das novas exposições de zoologia;
1958	Portaria MN n. 53, de 31/10/1958, designado para a chefia da Seção de Extensão Cultural do MN no lugar de Newton Dias dos Santos, publicada no <i>Boletim de Pessoal</i> n. 90, de 31/11/1958;
1958	Portaria MN n. 58, de 18/11/1958, dispensado da substituição eventual da chefia da Divisão de Zoologia;
1959	Portaria MN n. 7, de 18/11/1959, dispensado da chefia da Seção de Extensão Cultural do MN;
1965	Ofício MN n. 206, de 17/3/1965, eleito pela Congregação para representante do colegiado junto ao Conselho Universitário, substituindo Paulo de Miranda Ribeiro;
1966	Decreto n. 58.741, de 28/6/1966, classificado como zoólogo a partir de 1/6/1964, publicado no D. O. U. de 11/7/1966

5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS

Primeiro relacionamento

5.3.1 Nomes/ identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Torres, Heloísa Alberto, 1895-1977
	<i>Identificadores</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento	Hierárquica	
5.3.3 Descrição do relacionamento	<i>Título</i>	Substituto eventual de Heloísa Alberto Torres na direção do Museu Nacional (1942-1947) e na presidência da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (1959?-1961?).
	<i>Narrativa</i>	
5.3.4 Datas do relacionamento		1942-1961?
	<i>Datas ISO 8601</i>	

<i>Segundo relacionamento</i>		
5.3.1 Nomes/ identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas	<i>Forma(s) autorizada(s) do nome</i>	Museu Nacional (Brasil)
	<i>Identificadores</i>	
5.3.2 Categoria do relacionamento	Associativa	
5.3.3 Descrição do relacionamento	<i>Título Narrativa</i>	Funcionário e diretor do Museu Nacional
5.3.4 Datas do relacionamento		1941-1973
	<i>Datas ISO 8601</i>	
5.4 ÁREA DE CONTROLE		
5.4.1 Identificador do registro de autoridade	BR MN P 1i	
5.4.2 Identificadores da instituição	nome: Museu Nacional (Brasil) código: BR MN	
5.4.3 Regras e/ou convenções	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 6023</i> : Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2000. 22 p. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. <i>ISAAR (CPF)</i> : International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2. ed. Canberra, 2003. 70 p. INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. <i>ISO 8601</i> : Data elements and interchange formats – Information interchange – Representation of dates and times. 2. ed. Geneva, 2000. 16 p.	
5.4.4 Status	Versão preliminar	
5.4.5 Nível de detalhamento	Integral	
5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência	11/5/2003 (criação); 27/9/2004 (revisão)	
5.4.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita	Português	
5.4.8 Fontes		
5.4.9 Notas de manutenção	Autora: Silvia Ninita de Moura Estevão e-mail: silvia@arquivonacional.gov.br	
6 RELACIONANDO ENTIDADES COLETIVAS, PESSOAS E FAMÍLIAS A MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E OUTROS RECURSOS		
<i>Primeiro recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	José Feio
	<i>Identificadores</i>	BR MN JF
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Material arquivístico – fundo	
6.3 Natureza dos relacionamentos	Produtor	
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<i>Datas ISO 8601</i>	1898-1973 (datas-limite de produção do acervo)
<i>Segundo recurso relacionado</i>		
6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	<i>Títulos</i>	Museu Nacional
	<i>Identificadores</i>	BR MN MN
6.2 Tipos dos recursos relacionados	Material arquivístico – fundo	
6.3 Natureza dos relacionamentos	Assunto	
6.4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<i>Datas ISO 8601</i>	1941-1973 (período de atividade na instituição)